



MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PPGEDUCAMPO

GILMARA BORGES FERREIRA

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE FEIRA DE SANTANA (SINTRAFS): INSTRUMENTO DE LUTA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

AMARGOSA - BAHIA
2025

GILMARA BORGES FERREIRA

**O SINDICATO DOS TRABALHADORES DA
AGRICULTURA FAMILIAR DE FEIRA DE SANTANA
(SINTRAFS): INSTRUMENTO DE LUTA DOS
TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS**

Trabalho de conclusão do curso de pós graduação -
Mestrado Profissional em Educação do Campo
PPGEDUCAMPO. Pela Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia-UFRB.

Orientadora: Prof. Dra. Silvana Lucia Lima

Linha de Pesquisa: II Agroecologia, Trabalho,
Movimentos sociais do Campo e Educação.

AMARGOSA- BAHIA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ferreira, Gilmar Borges

F383s O sindicato dos trabalhadores da agricultura familiar de Feira de Santana (SINTRAFS): instrumento de luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais / Gilmar Borges Ferreira. – Amargosa, BA, 2025. 133 f.: il. color.

Orientador (a): Prof. Dra. Silvana Lucia Lima.
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Formação de Professores, 2025.

Bibliografia: p. 130-133.

1. Movimentos sociais. 2. Trabalhadores rurais. 3. Agricultura familiar. I. Ferreira, Silvana Lucia, (orient.). II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD - 303.484

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – CFP/UFRB.

Bibliotecário: Diogo Lima (CRB-5/BA-2901)

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE FEIRA DE SANTANA (SINTRAFS): INSTRUMENTO DE LUTA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Centro de Formação de Professores (CFP), como requisito básico para obtenção do grau de Mestre em Educação do Campo.

Linha de Pesquisa 2: Agroecologia, Trabalho, Movimentos Sociais do Campo e Educação.
BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 SILVANA LÚCIA DA SILVA LIMA
Data: 09/08/2025 20:00:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Silvana Lúcia da Silva Lima – UFRB
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 TATIANA RIBEIRO VELLOSO
Data: 19/08/2025 11:22:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Tatiana Ribeiro Velloso – UFRB
(Examinadora Interna)

Documento assinado digitalmente
 PRISCILA BRASILEIRO SILVA DO NASCIMENTO
Data: 10/08/2025 23:10:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Priscila Brasileiro Silva do Nascimento – UFRB
(Examinadora Interna)

Documento assinado digitalmente
 GILMAR DOS SANTOS ANDRADE
Data: 10/08/2025 15:10:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gilmar dos Santos Andrade – UNEB
(Examinador Externo)

AMARGOSA- BAHIA
2025

AGRADECIMENTOS

“Trabalhadora Rural, é hora de se levantar, unidas vamos lutar, nossos direitos vamos conquistar” (Movimento de Mulheres).

Ao parar para refletir sobre as principais questões que me atravessam, posso destacar o quanto ecoa forte dentro de mim, a voz única da minha mãe cantando o refrão da música colocada acima, muitas foram as vezes que a ouvi cantar. Sim, eu consegui. Na contramão de tudo que tem sido historicamente reservado para a vida de uma mulher negra e rural, eu sigo contrariando as estatísticas e vencendo.

E, para que eu chegasse até aqui, aconteceu o levante de uma mulher negra e trabalhadora rural que não se acovardou nem se calou diante da pobreza, da fome, do machismo, e decidiu somar com muitas outras na luta por um campo mais justo. Eu preciso gritar aos quatro cantos do mundo que eu sou reflexo da luta da minha mãe, Maria Conceição Borges Ferreira, e de tantas outras mulheres rurais que não desistiram de lutar em busca de justiça social.

Eu sou resultado de muitas mãos, dos cuidados da minha avó, Izabel Gomes (In memoriam); dos carinhos do meu pai, José teles (In memoriam); Da companhia e atenção dos meus irmãos, Tânia, Joice, Jurandi, Marccone, Daniela e Fernanda. Uma grande rede de apoio que foi construída para cuidar da caçula enquanto minha mãe se ausentava para participar, de manifestações, ocupações e cursos de formação. Rede que ultrapassava as barreiras familiares, e aqui destaco a contribuição de Ninha da Matinha (In memoriam) que me adotou como parte de sua família e por diversas vezes transformou sua casa em minha casa.

Minha trajetória tem sido marcada por muito apoio, carinho e solidariedade, e eu sou infinitamente grata por ter essa sorte. Aos 21 anos, no final de um curso técnico em agropecuária, nasceu minha filha, Maria Luiza. Minha pequena, desde então, vive uma jornada muito parecida com a que eu vivi quando criança. Desde 18 dias de vida precisou dividir a mamãe com a rotina corrida de estudos. Ao concluir o curso técnico, segui com a graduação e pós-graduação. Nesse percurso algumas mulheres se colocaram a disposição, e numa grande rede de apoio dividiram a maternidade comigo, para que eu não precisasse desistir do sonho da graduação. Sou eternamente grata a minha sogra,

Neusa Lima (In memoriam), minhas cunhadas Fernanda e Fatima, obrigado por terem somado comigo no desafio da maternidade.

É muito gratificante olhar para minha trajetória e constatar que em nenhum momento, estive só. Dentre essas pessoas que nunca soltam minha mão, esta o meu companheiro, Ademi Lima, ele se faz sempre presente, desde compartilhar as tarefas da casa, os compromissos com Lu, me levar para assistir as aulas, acompanhar de pertinho as etapas de construção da pesquisa, e ser a pessoa amiga, o braço forte, o porto seguro nos momentos de choros e incerteza.

Posso afirmar com toda certeza que a etapa mais importante de minha pesquisa foi partilhar desse momento com a Família Borges e meus amigos, que seguem acreditando no meu potencial; aqui vou citar alguns, pois as contribuições deles nesse processo jamais serão esquecidas. Muito obrigado, Tatiana Velloso, Magnólia Pereira, Silvana Sousa, Keu Silva, Marta Perreira, Lucimara Santos, Taynara Fernandes, Eliane Rodrigues, Genival Moura, Francianny Hiza, pela contribuição, atenção, companheirismo e paciência que vocês tiveram comigo.

Quero agradecer e parabenizar ao programa PPGEDUCAMPO, que tem sido um importante espaço político-científico para os movimentos sociais do campo, provando que a ciência e a luta devem seguir de mãos dadas em busca da justiça social. Agradeço também minha orientadora, Silvana Lucia, e à nossa coordenadora, Ana Cristina Givigi (kiki), que, durante esses dois anos de parceria, demonstraram muito carinho, atenção, compromisso político e dedicação. Para mim ocupar esse espaço não foi fácil, mas foi muito mais leve com a contribuição de vocês.

Aproveito este espaço para agradecer a cada um de vocês que, das diversas formas, contribuíram na construção do caminho que me permitiu chegar até aqui. Tornar-me mestre em educação do campo me traz uma sensação especial de conquista, que passa longe da vaidade. É o sentimento da vitória de uma menina da roça. Um dia essa conquista foi o sonho de sua avó, mãe, irmã e tantas outras que lhe antecedeu, mas foram podadas por um sistema social que trabalha para a manutenção do privilégio de uma classe branca, burguesa e dominante.

Mãe, nós vamos seguir vencendo.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar um resgate histórico do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Feira de Santana (SINTRAFS), analisando sua trajetória enquanto instrumento de luta dos/as trabalhadores/as rurais. Para isso, foi necessário levantar as principais ações do SINTRAFS ao longo de seus 54 anos de existência, ressaltando sua relevância tanto para a própria entidade quanto para as novas gerações que hoje integram organizações sindicais e precisam compreender como se constituiu historicamente o espaço político de luta e resistência do sindicalismo rural feirense. O estudo resgata as principais estratégias de mobilização adotadas pelos/as trabalhadores/as rurais em defesa do sindicato, desde a luta pela terra até a retomada da entidade, que em determinado momento esteve sob o controle de mandatários municipais. Esse levantamento foi realizado por meio de análises documentais, entrevistas e consulta a jornais da época, o que possibilitou tornar público o percurso histórico do SINTRAFS, desde sua fundação até os dias atuais. Ficou evidente uma trajetória marcada por intensa luta, resistência, resiliência, fé, persistência e força, em um município caracterizado por fortes traços de conservadorismo político. Para conquistar legitimidade e se manter firme durante tantos anos na defesa da classe trabalhadora, o sindicato contou com o apoio de diversas organizações e consolidou sua base por meio da formação política sindical, inspirada na educação popular, do campo e contextualizada

Palavras-chave: Sindicato; Luta pela terra Agricultura Familiar.

ABSTRACT

This paper aims to provide a historical overview of the Union of Family Farming Workers of Feira de Santana (SINTRAFS), analyzing its trajectory as an instrument of struggle for rural workers. To this end, the study identified and analyzed the union's main actions over its 54 years of existence, highlighting its relevance both to the consolidation of the entity itself and to the education of new generations who now participate in trade union organizations and need to understand how the political space of struggle and resistance in rural unionism in Feira de Santana was historically shaped. The study recovers the main mobilization strategies adopted by rural workers in defense of the union—from the fight for land to the reclamation of the entity during periods when it was under the control of municipal authorities. This investigation was carried out through documentary analysis, interviews, and consultation of newspapers from the time, which made it possible to bring to light the historical path of SINTRAFS, from its founding to the present day. What emerges is a trajectory marked by intense struggle, resistance, resilience, faith, persistence, and collective strength in a municipality historically characterized by strong traces of political conservatism. In order to gain legitimacy and remain active over the years in defending the working class, the union relied on the support of various organizations and consolidated its base through political and union education inspired by popular education, grounded in rural contexts and territorial realities.

Keywords: Trade Union; Land struggle; Family Agriculture.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOMA - Associação Comunitária de Matinha

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

ASA - Articulação Semiárido Brasileiro

ASCOOB - A Cooperativa de Crédito de Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia

CATRUFS- Centro de Apoio Aos Trabalhadores Rurais da Região De Feira de Santana

CEDITER- Comissão Ecumenica dos Direitos da Terra

CODETER - Colegiado de Desenvolvimento Territorial

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CONCLAT- I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

CONTRAF - Confederação Nacional da Agricultura Familiar

COOPERHAF - Cooperativa da Agricultura Familiar da Bahia

COOPERFEIRA- Cooperativa Pecuária Feira de Santana

CRA- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DEM - Democratas

DESENVALE- Companhia de desenvolvimento do vale do Paraguaçu

EDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A

FETAG - Federação dos Trabalhadores da Agricultura

FETRAF - Federação dos Trabalhadores Da Agricultura Familiar

FUNRURAL -Fundo de Assistência e Previdência do trabalhador rural

ICM- Imposto sobre Circulação de Mercadoria

INTERBA- Instituto de Terras da Bahia

IOC-Inspetoria de Obras Contra as Secas

LEDOC - Licenciatura Em Educação do Campo

MAB- Movimento Atingidos Por Barragens

MMTR- Movimento de Mulheres Trabalhadores Rurais

MOC - Movimento de Organização Comunitária

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PDS-Partido Democrático Social

PSD - Partido Social Democrático

PTB-Partido trabalhista brasileiro

SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Feira de Santana

STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UDN-União Democrática Nacional

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Linha do tempo dos acontecimentos históricos... Erro! Indicador não definido.	
Figura 2 São José das Itapororocas.....	29
Figura 3 Linha do Tempo do SINTRAF de Feira de Santana de 1970-1989	36
Figura 4 Composição da Diretoria Provisória STR, em 1971	37
Figura 5 Direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) Feira de Santana, em 1973	38
Figura 6 Direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, em 1976	40
Figura 7 Direção do STR – Feira de Santana, em 1979	42
Figura 8 Carteira do STR Feira de Santana das Primeiras Mulheres Filiadas, em 1971	44
Figura 9 Direção do Sindicato 1983	46
Figura 10 Dionizio discursando em Manifestação no Centro do município de Feira de Santana.....	47
Figura 11 Publicação da fundação do CATRUFs	50
Figura 12 Relatório Produzido no Encontro dos Atigidos por Barragens	51
Figura 13 Festa de 1º de Maio com Participação de Sindicatos da Região.....	53
Figura 14 As Instituições que contribuíram na consolidação do STR Feira de Santana.....	54
Figura 15 Direção do STR de Feira de Santana, em 1986.....	58
Figura 16 Direção do STR de Feira de Santana, em 1989.....	63
Figura 17 Repercussão da Eleição de Nina do STR de Feira de Santana.....	65
Figura 18 Repercussão nos jornais Nina na presidência.....	66
Figura 19 Criação do departamento de Mulheres do STR de Feira de Santana, em 1991	67
Figura 20 Reunião da Organização de Mulheres do STR de Feira de Santana	68
Figura 21 Direção do STR de Feira de Santana, em 1992.....	69
Figura 22 1º e a Caravana da Cidadania em Feira de Santana	71
Figura 23 Lula em Feira de Santana pela Caravana da cidadania	72
Figura 24 Cartaz de Divulgação da Marcha Contra Fome	73
Figura 25 recorte de Jornal que repercutindo a marcha contra a fome.	73
Figura 26 Linha do Tempo dos Marcos do SINTRAF de Feira de Santana de 1990 a 2024	75
Figura 27 Direção do STR – Feira de Santana, em 1995	79
Figura 28 Solenidade de posse da direção eleita do STR de Feira de Santana, em 1995	80
Figura 29 Direção do STR de Feira de Santana, em 1998.....	82
Figura 30 Congresso da Juventude Rural de Feira de Santana.....	83
Figura 31 Manifestação no INSS, em Feira de Santana	85
Figura 32 Mobilizações do Março Mulher, em Feira de Santana.....	86
Figura 33 Direção do STR de Feira de Santana, em 2001.....	87

Figura 34 O Sindicato e seu destaque na imprensa	88
Figura 35 Contrução da 1º Cisterna do município de Feira de Santana pelo programa um milhão de cisternas	89
Figura 36 Vigília Pela Vida, em Feira de Santana.....	91
Figura 37 Luto no Campo em 1º de Maio, em Feira de Santana.....	92
Figura 38 Direção do SINTRAF de Feira de Santana, em 2004	93
Figura 39 Assembléia que deliberou participação do sindicato na fundação da FETRAF	94
Figura 40. 1º Encontro Estadual da Agricultura Familiar, em Feira de Santana.....	96
Figura 41 Direção do SINTRAF de Feira de Santana, em 2008	98
Figura 42 Acampamento dos Agricultores na Câmara de Vereadores do município de Feira de Santana - BA.....	99
Figura 43 Acampamento. Luto no Campo.....	100
Figura 44 Agricultores em frente a Prefeitura Municipal de Feira de Santana	100
Figura 45. Direção do SINTRAF de Feira de Santana, em 2012	102
Figura 46 Mapa dos dstritos de Feira de Santana – BA, em 2025.....	105
Figura 47 Direção do SINTRAF de Feira de Santana, em 2012	107
Figura 48 Direção do SINTRAF de Feira de Santana, em 2020	109
Figura 49 Sindicato pede atenção pela zona rural	110
Figura 50 Mapa dos municípios alcaçados pela Feira Virtual.....	112
Figura 51 Entrega de Produtos da Feira.....	113
Figura 52 Convite Plenária de Juventude	114
Figura 53 Materias destacando a atuação do SINTRAF.....	116
Figura 54 Direção do SINTRAF de Feira de Santana, em 2024	117

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 PERCURSO METODOLÓGICO	18
2. NASCIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS RURAIS ENQUANTO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA ÀS DESIGUALDADES.....	21
2.1. FEIRA DE SANTANA: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO	28
3. FUNDAÇÃO DO SINDICATO E SUA TRAJETÓRIA EM FEIRA DE SANTANA: PRINCIPAIS CONQUISTAS DOS TRABALHADORES RURAIS	35
3.1 OS AGRICULTORES TOMAM A DIREÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FEIRA DE SANTANA: A LUTA PELA VIDA DIGNA NO CAMPO	45
3.2 A LUTA PELO REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA BARRAGEM DA USINA HIDRELÉTRICA PEDRA DO CAVALO E CRIAÇÃO DO POLO SINDICAL DA REGIÃO DE FEIRA DE SANTANA. Erro! Indicador não definido.	
3.2.1A FUNDAÇÃO DA APAEB	56
3.3 A SUPERAÇÃO DO COMBATE À SECA, E A LUTA POR POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO	59
4. O PAPEL DO SINDICATO NA FORMAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES FEIRENSES: A DINÂMICA NA ORGANIZAÇÃO DE SUA BASE	62
4.1FORMAÇÃO POLÍTICA ENQUANTO INSTRUMENTO DE LUTA E RESISTÊNCIA	75
4.2 O STR AGORA É SINTRAF: BREVE HISTÓRICO DE FUNDAÇÃO DA FETRAF	94
4.3. O SINTRAF E SUA LUTA POR VIDA DIGNA NO CAMPO.....	97
4.3.1 O CAMPO VIROU CIDADE: A CRIAÇÃO DE SEIS NOVOS BAIRROS EM FEIRA DE SANTANA	104
4.3.1.1 AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA.....	109
4.4 IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PARA ORGANIZAÇÃO SINDICAL .	117
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
6. REFERÊNCIAS:	125

1. INTRODUÇÃO

Só tem enxada e título de eleitor, para votar em seu fulano engravatado, que nada faz pelo pobre agricultor, que não tem terra para fazer seu roçado. (Jorge Perreira Lima).

Os sindicatos nascem enquanto movimento de resistência da classe trabalhadora, durante a Revolução Industrial na Europa a partir do século XVIII, que não se acovardou diante dos abusos cometidos pelo patronato, numa condição de exploração intensificada no momento de constituição do sistema capitalista.

A organização de forma coletiva que ocasionou a realização de movimentos grevistas, manifestações e paralisações têm sido algumas das importantes estratégias adotadas pelos movimentos dos trabalhadores organizados. Essas ações foram possibilitando a conquista das condições mínimas de trabalho, a exemplo da redução de carga horária, jornadas semanais menores, retiradas de gestantes e crianças dos ambientes insalubres das fábricas, conquista do salário mínimo e direitos trabalhistas.

Esse movimento na realidade brasileira se constitui durante a implantação das primeiras fábricas, e transformação dos modelos produtivos durante o século XIX. Importante considerar que no Brasil a experiência de organização da classe trabalhadora a partir de sindicatos surge por meio dos imigrantes europeus e do movimento anarquista, que mais tarde daria origem ao anarcosindicalismo.

No campo, os sindicatos também surgem enquanto estratégia de resistência, e para se manterem fortalecidos durante regimes governamentais autoritários ocorridos no Brasil, a exemplo da era Vargas, que vigorou de 1930 a 1945. A classe trabalhadora rural precisou organizar movimentos independentes, e se fortalecer em organizações de base, para que pudessem ocupar os espaços sindicais, e fossem juridicamente reconhecidos.

Os trabalhadores compõem uma classe que historicamente tem sua mão de obra explorada pelos setores patronais, que além da realidade com a implantação das fábricas nos centros urbanos, o campo brasileiro herdou a cultura do sistema escravocrata calcado no latifúndio e na monocultura e no modelo agro exportador. Essa situação de exploração da classe trabalhadora se aprofunda mais com a implantação do sistema capitalista, com o advento da Revolução

Verde, durante uma modernização conservadora¹ do campo, na segunda metade do século XX.

O processo de luta e resistência construído historicamente pela classe trabalhadora enfatiza a importância das ações formativas visando que as novas gerações compreendam a construção das relações sociais e políticas.

Resgatar o contexto de luta do sindicato dos trabalhadores rurais de Feira de Santana, também é um importante ato político de fortalecimento da organização social de base, vez que possibilita às novas gerações de agricultores, agricultoras e dirigentes sindicais conhecer o histórico de luta do sindicato e se apropriarem. Esse entedimento da importância das organizações sindicais a partir da história de um espaço de disputa política, onde até a direção do sindicato teve que ser conquistada por agricultores que organizaram a entidade e possibilitaram a eleição e permanência de outros agricultores para direção, fortalece a luta da classe trabalhadora.

O percurso político que atravessa o sindicato é uma história que precisa ser publicizada, apresentando a resistência dos agricultores que lutaram pela terra, a partir da conquista da posse da terra da Fazenda Candeal, no Distrito da Matinha dos Pretos, em Feira de Santana, e posteriormente a direção do STR e fizeram história, para que direitos básicos da população rural feirense fossem conquistados.

Contar a história do SINTRAFS – Feira de Santana além de compromisso político com as lutas, me permite revisitar minhas memórias. Para falar de mim, da minha trajetória na organização social e justificar a importância da escrita deste trabalho, é relevante falar da minha mãe, Maria Conceição Borges Ferreira que, insatisfeita com a vida que levava e cansada de ver os filhos passarem por privações, decide enfrentar o machismo, preconceito e se engaja no movimento de mulheres rurais, no final da década de 1980. Essa iniciativa transformou a história da minha mãe, da nossa família, e de muitos agricultores familiares do município de Feira de Santana.

Em 1995, Conceição Borges (como passa a ser conhecida) engajou-se no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e integrou a direção do STR; a partir daí, suas ações crescem e ao longo dos anos se destaca na defesa dos agricultores e agricultoras familiares. Por algumas vezes, presidiu o STR/ SINTRAFS e ganhou destaque na direção de diversas

¹ Especialmente no contexto da **Revolução Verde**, refere-se a um processo de transformação agrícola que introduziu inovações tecnológicas no meio rural **sem alterar de forma significativa a estrutura fundiária concentradora de terras** — ou seja, promovendo mudanças no modelo de produção mantendo relações sociais desiguais.

entidades representativas da classe trabalhadora, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) e Movimento de Organização Comunitária (MOC), organizações sindicais e sociais que assumiu a direção.

Seria impossível falar de mim, da minha trajetória nas organizações sociais e justificar a importância da escrita deste trabalho, sem falar da minha mãe, por isso, eu costumo me apresentar como filha da militância. Cresci nos corredores do sindicato, nas reuniões comunitárias, organizações de base, nas manifestações e ocupações, vendo a figura mais importante da minha vida lutar pelos direitos da classe trabalhadora.

Tive a oportunidade de colher o fruto da luta da minha mãe e das diversas organizações sociais do campo, quando ingressei no curso de Licenciatura em Educação do Campo numa universidade federal; tive a oportunidade de unir o conhecimento tradicional com a vida acadêmica e ser prova viva da importância da educação contextualizada para os filhos e filhas de agricultores.

Ao concluir o curso na Licenciatura em Educação Do Campo (LEDOC), saí com a certeza que minha missão é multiplicar tudo que aprendi com minha mãe, as organizações sociais e o corpo docente daquele curso; multiplicando a esperança para os filhos e filhas de agricultores, a mesma esperança que um dia encontrou a filha de Conceição, aluna de classe multisseriada, com déficit de aprendizagem, que tinha o sonho de sentar na cadeira de uma universidade pública, mas contava com a negativa de sete vestibulares.

Em 2012, parei vestibular para 1º Turma da LEDOC da UFRB e, quando não tinha nem a expectativa de conferir a lista com resultado, recebi a ligação de uma amiga, informando a aprovação no vestibular para o curso que mudaria a sua vida. Ao concluir a graduação, fiz uma especialização em pedagogia histórico-crítica na UFBA, e comecei a trabalhar com atividades formativas em sindicatos, associações e agroindústrias. Uma das tarefas era desenvolver estudos de viabilidade econômica, trabalhando estratégias de fortalecimento dos grupos de produção e formação política. Essas atividades me aproximaram mais das organizações sociais, políticas e principalmente do SINTRAF, atizando o meu desejo de seguir estudando e pesquisando, me permitindo contribuir na sistematização da história de uma entidade que tem protagonismo na história da classe trabalhadora rural Feirense, e segue há mais de cinquenta anos construindo a luta e resistência junto aos Agricultores Familiares do município de Feira de Santana.

Nesta trajetória de vida, construo esta pesquisa com o objetivo analisar a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar Feira de Santana–

SINTRAFS, destacando o processo de luta, resistência, organização social e política de 1971 a 2025.

Para tanto, foram necessários realizar um estudo bibliográfico sobre o histórico das organizações sindicais rurais enquanto movimento de resistência às desigualdades; contextualizar o processo de fundação do sindicato e sua trajetória em Feira de Santana, a partir do campo de sua atuação, parcerias e principais conquistas dos trabalhadores rurais; evidenciar o papel do sindicato na formação e emancipação das mulheres feirenses e da dinâmica na organização de sua base, a partir da criação das delegacias sindicais, enquanto rede de resistência e de luta por políticas públicas; e apresentar as principais ações formativas realizadas pelo sindicato, destacando as contribuições da formação política enquanto instrumento de luta e resistência das organizações sociais.

O presente trabalho está dividido em capítulos e subcapítulos. O capítulo I traz a contextualização histórica no nascimento das principais organizações sociais e sindicais no nosso país, nele foi construído uma linha do tempo com o resumo dos principais acontecimentos. O capítulo resgata as primeiras formas de organização política no campo, e traz como essas organizações foram reprimidas em governos com regimes autoritários, e no contexto de golpe militar. Também retrata os movimentos e o processo de ruptura dentro das organizações sindicais, e suas consequências. O capítulo ainda traz um breve resgate histórico de Feira de Santana, com suas marcantes contradições urbanas e rurais.

No capítulo II é realizado um resgate da trajetória histórica do SINTRAF, nele contém uma linha do tempo destacando os marcos da entidade da década de 1970 até 1989, nessa contextualização inicia-se o processo de apresentação das personalidade que passaram pela história dessa entidade, e seus destaques atuando na direção do Sindicato. No subcapítulo é realizado um resgate de todo o período em que culminou na chegada dos trabalhadores rurais na direção da entidade, e os desafios que encontraram após chegarem até a direção da organização.

No capítulo III o texto traz a organização política dentro da direção do SINTRAF para levar a presidência da entidade a 1º mulher, traz a repercussão dessa eleição no município, e os passos que a agricultora trilhou que transformou a dinâmica com que a entidade lidava com as mulheres. É feito um resgate das principais mobilizações feitas na época, e das principais organizações para fortalecer o movimento de mulheres.

No capítulo IV traz a importância das atividades formativas dentro da organização sindical, destacando a contribuição do sindicato na construção do percurso formativo de muitas

lideranças que se destacam a nível estadual. A educação contextualizada também é pautada no capítulo, a partir do debate das diretrizes da pedagogia do movimento e sua função na construção de lideranças combativas.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Feira de Santana é o segundo município mais populoso da Bahia, localizado a cerca de 100 km de Salvador, e desempenha um papel estratégico por ser um importante entroncamento rodoviário do Nordeste. Conhecida como a “Princesa do Sertão”, a cidade possui grande relevância econômica e comercial, destacando-se como polo regional de serviços, comércio atacadista e varejista, além de abrigar setores industriais diversificados. No entanto, o campo de Feira de Santana mantém traços marcantes de ruralidade. Embora o setor industrial tenha grande importância, a agricultura ainda desempenha um papel fundamental na economia local, com destaque para a produção baseada na agricultura familiar.

Considerando essa diversidade econômica e social, optamos por uma abordagem qualitativa para o desenvolvimento da pesquisa, a qual, segundo Neves (1996, p. 1), compreende “um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os comportamentos de um sistema complexo de significados”. Minayo (2002) ainda ressalta que a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, dando prioridade ao universo dos significados, metodologia que trouxe uma mobilidade importante para o desenvolvimento da pesquisa, abordagem dos entrevistados, possibilitando uma liberdade muito maior de interação com as questões do sindicato, não se limitando apenas aos questionamentos acadêmicos, mas construindo uma dinâmica de pesquisa que possibilitasse um resgate do processo histórico de forma bastante interativa e dinâmica, possibilitando uma escuta sensível e a construção um material que trace com fidelidade os processos vivenciados pelas pessoas que construíram a história do SINTRAF.

O estudo foi conduzido a partir dos princípios da pesquisa militante, que, conforme Brandão (1981) e Souza (2016), pressupõe o envolvimento direto do pesquisador com o objeto de estudo, de modo a contribuir para a transformação da realidade investigada. Tal perspectiva compreende que a produção do conhecimento não é neutra, mas situada, implicada e comprometida com as lutas e interesses da classe trabalhadora.

Inspirada na concepção marxista e da práxis, a pesquisa reconhece que teoria e prática são dimensões indissociáveis, e que a investigação científica, quando articulada à ação política,

pode potencializar processos de emancipação social (MARX, 1845).

A relação com o objeto de estudo é marcada por uma trajetória de vida profundamente vinculada ao sindicato. Desde a infância, cresceu nos corredores da entidade, acompanhando a atuação da minha mãe, que sempre esteve presente na direção e, por algumas vezes, ocupou a cadeira da presidência. Essa vivência permitiu uma compreensão singular da importância do sindicato, fortalecendo a percepção de sua importância enquanto um instrumento educativo, político de luta e resistência, e que contribuir para sua organização é um compromisso político e social.

Foi realizado um levantamento bibliográfico, etapa fundamental no desenvolvimento de pesquisas científicas (2011), “a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador compreender o estado atual do conhecimento sobre determinado assunto, identificar lacunas e estabelecer bases teóricas sólidas para a condução de estudos mais aprofundados”.

Também foram realizados levantamento de fontes primárias, a partir de análises documentais. Os documentos foram disponibilizados pela direção do SINTRAF a exemplo de Atas de eleição, fundação, assembleias, reuniões, livros com as primeiras sistematizações da luta do sindicato e fotografias; o do CATRUFs - que é o polo sindical² da região de Feira De Santana, também disponibilizou recortes de jornais, fotografias, relatórios de atividades, estatutos, dados dos sindicatos da região e todas as informações relacionadas ao conflito da Barragem Pedra do Cavalo. Foram realizadas outras ações na busca por recortes de jornais, fotografias, também realizada roda de conversa com a direção da entidade, nessa atividade houve a construção da nossa primeira linha do tempo. Foi nesse momento que realizamos um levantamento dos nomes das pessoas que poderiam contribuir na construção da linha do tempo e resgate dos processos históricos vivenciados na entidade.

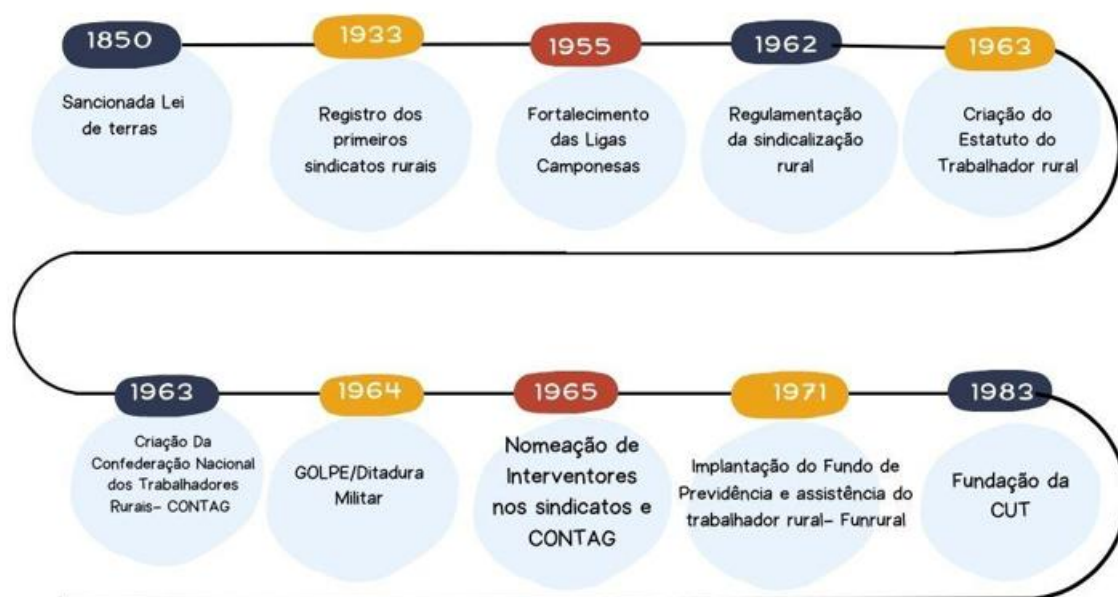
Foram realizadas entrevistas individuais com cinco lideranças que participaram ativamente do processo de retomada e organização do SINTRAF. Além disso, durante a construção da linha do tempo da entidade, houve um momento coletivo, com a participação de pelo menos doze membros da atual direção do sindicato. As entrevistas foram não estruturadas, definidas por Laville e Dione (1999, p. 190) Como a entrevista na qual o entrevistador apoia-se em um ou vários temas ou perguntas iniciais, previstas antecipadamente, para improvisar em seguida suas outras perguntas em função de suas intenções e das respostas obtidas de seu interlocutor. As perguntas iniciais sempre eram em direção da construção da linha do tempo, para que conseguíssemos reconstruir a trajetória da entidade com o maior número de

² Uma associação regional de sindicatos, que se organizam dessa forma para se fortalecer politicamente, fazendo o enfrentamento de forma coletiva, planejada e organizada.

informações possíveis, a cada encontro íamos conhecendo uma figura nova que foi fundamental no processo histórico do SINTRAF.

Nesse sentido, foram identificados alguns marcos importantes que se destacam na trajetória do sindicato, nesse sentido foram feitos três recortes na linha do tempo: a primeira contendo os principais marcos da conjuntura nacional que atravessam diretamente os momentos vivenciados pelo SINTRAF, na segunda os marcos do sindicato desde o ano de sua fundação até o ano em que a primeira mulher trabalhadora rural assume e a terceira linha do tempo ela se inicia na década de 1990 e vai até 2024, nesses destaques constam a mudança de atuação do sindicato. Na Figura 1 está a linha do tempo iniciada de forma coletiva coma direção do SINTRAF, nela constam acontecimentos históricos que afetaram diretamente o processo de organização social e sindical do campo.

Figura 1 Linha do tempo dos acontecimentos históricos



Fonte: Pesquisadora (2025)

Os participantes da pesquisa são pessoas que compõem ou compuseram a direção da entidade, agricultores que participaram ativamente das ações, professores que contribuíram no percurso formativo, e lideranças que acompanharam o processo de retomada e luta do SINTRAF desde a organização das lutas, composição das equipes de trabalho que auxiliavam as entidades, as atividades de formação política até a conquista da autonomia do sindicato.

Essa pesquisa realizou um resgate histórico das lutas firmadas por trabalhadores rurais

Feirenses a partir da estrutura do SINTRAF, dando evidência aos nomes dos agricultores que construíram um movimento pioneiro no município, fazendo enfrentamento aos fazendeiros e coronéis que grilaram, apropriaram de terras e exploram os trabalhadores do campo. É a história de uma entidade que fez um movimento revolucionário que precisa ser contado e massivamente divulgado, para que possamos compreender toda a trajetória de luta que está na base da organização Sindical feirense.

2. NASCIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS RURAIS ENQUANTO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA ÀS DESIGUALDADES

Desde a invasão ocorrida no Brasil, em 1500, até os dias atuais, foram inúmeras lutas travadas pelas populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e camponeses em geral, contra as arbitrariedades criadas desde o processo de colonização. Nos séculos XVI e XIX, os regimes de posse da terra no Brasil foram marcados por formas de concessão controladas pela Coroa portuguesa. Entre 1534 e 1822, vigorou o sistema de sesmarias, que consistia na doação de grandes porções de terra a indivíduos que se comprometiam a torná-las produtivas, especialmente voltadas à agricultura e à pecuária. Esse modelo favoreceu a formação de latifúndios e concentrou a posse da terra nas mãos de poucos, excluindo indígenas, africanos escravizados e camponeses do acesso à terra. Mesmo com o fim formal das sesmarias as ações desse período traz sérias consequências para o nosso país até os dias de hoje, dentre estas ações está a institucionalização da terra enquanto propriedade privada, - ação do estado, que se organiza economicamente contra o “risco eminente” que era a abolição da escravatura.

A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil.

Por outro lado, a história das lutas sociais e das revoltas populares registra muitas mobilizações nesse período. E um dos fatores de desestabilização do modelo agroexportador baseado na utilização da mão de obra do trabalhador escravizado é a revolta deste em relação às suas condições de vida e de trabalho (STEDILE, 2011, p.23).

A institucionalização da lei que tornou a terra propriedade privada, com a Lei de Terras, em 1850, foi mais uma ação do estado que sempre governou em benefício da classe dominante impedir que as pessoas negras liberais tivessem a possibilidade de reconstruir sua vida. Embora a lei áurea fosse tardiamente instaurada em 1888, a população negra ainda segue refém de um modelo econômico que os mantém na condição de subordinação até os dias de hoje, mas se faz necessário destacar que ao longo dos anos movimentos importantes de resistência se firmaram contra o modelo agrário imposto.

A história do Brasil, que pouco é disseminada, diversas organizações de resistência camponesa se mobilizaram em resposta à exclusão social e à concentração fundiária promovida pelo Estado e pelas elites agrárias. Dentre os exemplos mais marcantes foi a Luta de Canudos, no sertão da Bahia, liderado por Antônio Conselheiro no final do século XIX. A comunidade atraía sertanejos pobres, ex-escravizados e indígenas, formando um povoado autossuficiente, baseado na partilha e na rejeição ao modelo político dominante. Este modelo foi visto como ameaça à ordem republicana e à propriedade privada, Canudos foi brutalmente destruído pelo Exército em 1897, em um massacre que matou milhares de pessoas, e ficou marcada como uma das mais importantes organizações de resistência nordestina.

Outro exemplo de resistência foi a Guerra do Contestado (1912–1916), na divisa entre Paraná e Santa Catarina. A população local, formada por pequenos camponeses e trabalhadores expulsos por empresas estrangeiras e pelo avanço do capitalismo no campo, lutava contra o domínio dos latifundiários e a expropriação de suas terras. Já na década de 1930, surge no Ceará o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, liderado por José Lourenço. Assim como Canudos, o Caldeirão reunia famílias camponesas em um modelo comunitário de produção e vida coletiva. Mais uma vez organização foi vista como ameaça pelas autoridades e foi destruída violentamente. Esses movimentos demonstram que, apesar da repressão, a luta pela terra e por vida digna no campo sempre fez parte da história dos povos historicamente renegados no Brasil.

Para enfrentamento de todo esse ciclo de violências que se instaurou no país foi necessário muita organização e construção de unidade em meio ao caos. Trazendo um recorte das organizações de luta pela dignidade de vida no campo, tem o surgimento das organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que inicialmente buscavam melhores condições de trabalho nas propriedades arrendadas, e posteriormente segue se fortalecendo enquanto movimento em defesa da reforma agrária, passando a ser conhecidas como Ligas Camponesas. Esse movimento nasce entre 1945 e 1946, mas passa a sofrer desarticulação com repressão política.

As Ligas Camponesas seguem num movimento crescente e fortalecidas, contam com a liderança do partido comunista e caracterizam-se enquanto uma das primeiras organizações de massa popular e rural. Embora a criação de sindicato não fosse expressamente proibida na época, a legislação vigente era extremamente rigorosa e excludente, de forma que na literatura encontramos pouquíssimos sindicatos fundados e reconhecidos antes da década de 1950.

Em relação à existência de sindicatos nesse período, Stédile afirma.

Muito depois de se conseguir registrar um dos primeiros sindicatos rurais, em 1933, o dos trabalhadores do município de Campos (RJ), e, em 54, quando se registrou o

sindicato dos trabalhadores da Usina Barreiros (PE), somente essas duas organizações, e duas ou três mais (duas em São Paulo e uma na Bahia), funcionavam legalmente na área rural Brasileira (STEDILE, 2012, p.22).

O autor destaca que existiam a criação e estruturação de organizações sindicais rurais nesse período, mas não eram reconhecidas. Não nos surpreende que as organizações de trabalhadores eram tidas enquanto ameaça para o governo da época, principalmente porque as organizações sindicais até a década de 1930, embora não reconhecidas, eram um movimento de resistência³ crescente e que tinham grandes influências anarquistas, o que não impediu a criação, fortalecimento e popularização entre os trabalhadores rurais das ligas camponesas.

As Ligas Camponesas surgem no Nordeste brasileiro como resposta direta à histórica exclusão social e à concentração fundiária que marcava o campo, sobretudo em regiões como Pernambuco. A primeira organização desse tipo foi a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), criada nos anos 1950, e mais tarde conhecida como Liga da Galiléia. Localizada no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, sua origem esteve ligada à busca por soluções concretas para problemas cotidianos dos camponeses, como acesso à saúde, à educação, e até mesmo a condições dignas de sepultamento, funções que deveriam ser do Estado, mas que eram negligenciadas. Essas organizações nascem, portanto, como sociedades de assistência mútua, em meio à omissão do poder público e à predominância de um modelo agrário concentrador e excludente. O domínio do latifúndio impôs aos trabalhadores formas de exploração semifeudais, como o sistema de meia (em que metade da produção ficava com o proprietário da terra) ou o cambão (trabalho coletivo obrigatório em terras do senhor, sem remuneração). Nesse contexto, as Ligas Camponesas ganham força ao combinar práticas de solidariedade com mobilização política, denunciando a estrutura fundiária vigente e afirmando o direito dos camponeses à terra e à dignidade.

Em relação a popularização das Ligas Camponesas,

Os êxitos alcançados foram de tal importância que nem os elevados índices de analfabetismo no meio rural impediram a eleição de considerável número de representantes comunistas para as assembleias estaduais e municipais, com a grande contribuição da votação camponesa (STEDILE, 2012, p. 22)

Este movimento não passou despercebido pelos governantes da época, e logo se tornando alvo de retaliações, dentre estas a proscrição do partido comunista e consequentemente o fechamento das ligas camponesas, que voltou a se fortalecer por volta de 1955, após era Vargas.

Stedile (2012) traz que no período da ditadura militar o setor rural foi um dos mais

³ O primeiro congresso operário Brasileiro realizou-se de 15 a 20 de abril de 1906, contando com a participação de quarenta e três delegados, que representaram 28 federações e sociedades operárias de todo país (CUT, 2015).

reprimidos, sofrendo a maior parte dos assassinatos, perseguições e prisões arbitrárias. As constantes repressões se deram na tentativa de silenciar e desarticular as organizações de trabalhadores rurais que eram crescentes, mas nem as atrocidades cometidas no período ditatorial silenciou o anseio por justiça e acesso à terra dos trabalhadores rurais, resultando na realização, em 1961, do I Congresso Nacional dos Camponeses, ação que foi crucial para o levante das ligas camponesas. em aproximadamente um ano elas já tinham se expandido em mais de 50% dos estados brasileiros.

Além das Ligas Camponesas, estavam em ascensão a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que atuava em vários estados brasileiros e teve importante contribuição na organização dos trabalhadores com posterior abertura dos sindicatos após a aprovação do estatuto do trabalhador rural.

As organizações sociais camponesas de base também eram locais de disputa política, uma vez que foi APOIADA E disputada pelo Clero. STEDILE (2012, p. 59) ressalta que “o clero, que passou a se interessar pelo problema camponês, dividiu-se entre cristão de esquerda e cristãos de direita, para trabalhar na organização rural”. Embora tenha ocorrido a divisão, os sacerdotes de esquerda, direita e centro, todos foram designados para atuar em organizações dos trabalhadores rurais em diversos estados do país, nessa dinâmica nasce um movimento de base popular que dá espaço a criação das Comunidades Eclesiais de Base - CEBS nas comunidades rurais e periferias urbanas, e posteriormente a teologia da libertação⁴.

Se anteriormente todas as cartas Sindicais⁵ foram negadas pelo estado aos sindicatos até então ilegais, com crescimento da organização no campo e de formação de importantes coletivos de representação ficou insustentável manter a mesma postura, uma vez que o nível de organização foi considerado pelo estado irreversível, fator que pressionou a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, em dois de março de 1963, legislação que dentre outras conquistas, permitiu aos trabalhadores camponeses o direito à sindicalização, conquistado no governo de João Goulart, derrubado pelo golpe militar.

Nesse contexto, a Portaria nº 209 -A/25, de 25 de junho de 1962, do Ministério do Trabalho regulamentou a sindicalização rural no País, uma demanda antiga de setores rurais politicamente organizado, criando bases legais para a organização e o reconhecimento de sindicatos, federações e confederações de trabalhadores rurais e de empregadores. A portaria também estabeleceu categorias de enquadramento de atividades e profissões que deveriam orientar a criação de organizações sindicais de trabalhadores e empregadores (TEIXEIRA, 2023, p.38)

⁴ Em relação a teologia da libertação, Costa (2023) traz que a igreja católica realizou em 1968 uma conferência dos bispos, na colômbia, e nessa atividade houve a denúncia da violência institucionalizada, o que veio a mudar a postura da igreja e “unir-se aos pobres”, o que possibilitou o desenvolvimento de uma corrente mais teológica, o que fortaleceu setores mais progressistas do clero, e a opção por pastorais dirigida por trabalhadores.

⁵ É a concessão de personalidade jurídica para os sindicatos através do registro.

Essa portaria também caracterizou enquanto empregador: posseiros, arrendatários e categorias de pequenos produtores, condição que só foi resolvida em novembro de 1962 com a portaria de nº 255-A. Nesta portaria ficou estabelecido que as pessoas que exploram a atividade rural sem empregados estariam enquadradas enquanto trabalhadores, fator decisivo para os trabalhadores que não tinham acesso a terra, mas estavam enquadrados nas mesmas condições dos empregadores.

A regulamentação da sindicalização também amparou legalmente a criação da Confederação Nacional Dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiar (CONTAG), fundada em 20 de dezembro de 1963. Contudo, nos anos iniciais, a entidade praticamente não teve autonomia na sua governabilidade, uma vez que sofreu interferências em abril de 1964 por conta da perseguição instaurada no golpe militar. Em relação a esta intervenção Teixeira (2023, p. 42) aborda que:

Em abril de 1964 ocorreu o golpe de estado, destituindo o presidente da república. No bojo desse processo, a CONTAG sofreu intervenção por parte do Ministério do Trabalho, como tantas outras entidades sindicais no país. Com isso, a direção da entidade foi substituída por uma junta governativa nomeada pelo Ministério do Trabalho.

Segundo Teixeira (2023), essa junta interveio na entidade por um ano, até a convocação de novas eleições. O processo de intervenção ocorreu em várias entidades e sindicatos, principalmente os liderados por comunistas. Toda essa movimentação em relação às organizações de trabalhadores não tinha objetivos de exterminá-las, muito pelo contrário, o governo tinha como estratégia utilizar essas organizações como canal de comunicação com as camadas mais populares e domínio da classe trabalhadora.

Teixeira (2023) ainda traz que após a publicação do decreto lei de 27 de janeiro de 63, a situação das direções sindicais ficou muito mais complicada, uma vez que amparados pelos artigos 521, 528 e 549 associados a portaria nº 40 de 1965 destituíram as diretorias dos sindicatos, nomearam interventores,⁶ e a direção destituída era proibida de concorrer ao pleito eleitoral da entidade.

Ainda sobre a CONTAG é importante destacar que a entidade tenha saído descredibilizada no período da ditadura, sob acusação de ter participado do período ditatorial por conta da “tranquila” governabilidade da entidade, mas é importante contextualizar que parte dos interventores nomeados eram lideranças conhecidas da classe trabalhadora, que

⁶ Os interventores nos sindicatos geralmente eram lideranças de setores conservadores da igreja católica ou do sindicalismo dos estados unidos ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

trabalhavam na organização de base, e que eram oposição do partido comunista do Brasil (PCB)⁷, quando o período de intervenção cessou que os interventores disputaram as eleições sindicais eles começaram a se eleger.

Nas eleições de 1968 da CONTAG, um grupo de trabalhadores se organiza, propôs chapa alternativa e ganhou as eleições, as quais foram realizadas no 3º congresso da CONTAG. Duas chapas disputavam a direção da entidade: uma governista, composta por figuras ligadas ao regime militar e alinhadas à intervenção institucional; e outra de oposição, articulada por trabalhadores das bases sindicais. A vitória da chapa alternativa marcou um momento decisivo na retomada do controle da CONTAG pelas mãos da classe trabalhadora, resistência camponesa e articulação política construída nos territórios rurais. Toda a organização pela retomada da direção da CONTAG para a controle dos trabalhadores se deu através do movimento nas organizações de bases, as chamadas delegacias sindicais⁸, se tornaram importantes na virada da eleição.

Ainda que o Ministério do Trabalho dificultasse bastante o processo de criação dos sindicatos, no ano de 1971 com a implantação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRUAL) houve um aumento significativo na fundação de sindicatos, e busca dos trabalhadores do campo pela sindicalização, O Funrural foi um programa de assistência para trabalhadores rurais que garantia acesso à saúde, benefícios previdenciários e auxílio funerários. É nesse contexto de adesão às organizações sindicais no meio rural que nasce o sindicato dos trabalhadores rurais de Feira de Santana, na década de 1970. Por hora, seguimos contextualizando o percurso da CONTAG enquanto principal entidade de organização sindical rural de base, fator que não blindou a instituição do desgaste causado durante os governos autoritários, tendo por consequência, um crescente número de sindicatos opositores a confederação, parte significativa desses sindicatos compareceram ao congresso de fundação da Central Única Dos Trabalhadores (CUT).

Em 28 de agosto de 1983, momento em que antecede o processo de redemocratização, ocorreu a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Nesse evento, foi

⁷Fundado em 25 de março de 1922, o partido, foi a principal oposição ao sistema capitalista de Vargas até 1964; Também teve forte atuação no meio rural, na busca por consolidação de base para fortalecimento de seu projeto de transformação social.

⁸ As delegacias sindicais são núcleos organizacionais formados nas comunidades, que conta com uma liderança que geralmente mora na comunidade, e é porta voz das ações do e organização política dos sindicatos.

deliberada a fundação da CUT - maior central sindical e órgão máximo de representação da classe trabalhadora do nosso país. Em relação a fundação da CUT, Santos (2008) ainda ressalta que.

Poucos anos depois, em 1986, os sindicalistas que por divergências não participaram da fundação da CUT, fundaram outras centrais sindicais a exemplo da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) que, segundo Santana (2003: 293), "tendo em vista a tensão entre suas forças componentes, dará origem ainda à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1988, e, posteriormente, à Força Sindical, em 1991." Estas em suas pautas de reivindicações e planos de lutas não ensejaram a greve nem o fim da unicidade sindical. Pregando o sindicalismo de resultados defendendo a economia de mercado, adotando postura anticomunista se opondo a CUT e a setores de esquerda dentro da CGT (Santos, 2008, p.32).

Num movimento contrário ao dos grupos opositores, os sindicatos cutistas dão início a uma nova fase do movimento sindical - o novo sindicalismo, que Zanetti (1993) conceitua como, uma expressão que faz referência a um período histórico do movimento sindical, iniciada com as lutas de reposição salarial de 1977, e sucessivamente com a realização de grandes greves em 1978, que nasce no chão da fábrica SCANIA, se espalhando por todo país e marcando a quebra do modelo sindical controlado pelo estado.

Essa expressão manifesta uma clara vontade de distinguir este período em relação ao anterior, onde predominou uma organização é uma prática sindical que acabou sendo identificada como velho sindicalismo. Neste "velho", não se incluem as lutas dos trabalhadores e suas organizações anteriores a 1930, um período heróico do nosso movimento operário, que, inspirado em idéias libertárias, criou os primeiros sindicatos, organizou as primeiras lutas e enfrentou o Estado que via o movimento como caso de polícia. (ZANETTI,1993,p.4)

O velho sindicalismo é caracterizado por Zanetti (1993) como uma instituição corporativista que tem uma concepção de conciliação de classe, sem participação dos trabalhadores na gestão, com práticas assistencialistas, sendo este modelo de sindicalismo qualificado como “pelego”, por ter desempenhado um papel de amenizar o choque provocado pela luta de classe.

Em relação aos frutos do novo sindicalismo, Santos afirma.

São heranças do novo sindicalismo as características cujos eixos principais são: a derrubada da imposição do limite de ganhos econômicos para os trabalhadores; a livre negociação com o patronato e a busca por melhores condições de trabalho; a tendência de recorrer às greves; o uso político dos canais legais existentes; a admissão de novos protagonistas como líderes; e dentre tantos outros pontos, questiona os próprios limites do Estado corporativista, criando oportunidades de expansão da cidadania operária(Santos,2008,p.26).

É nesse contexto de organização que a Central Única dos Trabalhadores - CUT foi criada, se consolidando enquanto um dos principais instrumentos de luta da classe trabalhadora. Com o passar do tempo os sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais ampliaram as

formas de atuação, representando e fazendo a luta da classe trabalhadora das mais diversas maneiras. As comunidades rurais estão entre os espaços alcançados pelas organizações sindicais, em Feira de Santana a atuação política dessas organizações tem sido indispensável para a luta na atualidade.

2.1. FEIRA DE SANTANA: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO

Localizada a pouco mais de 100 quilômetros de Salvador, capital do estado, Feira de Santana é o segundo município mais populoso da Bahia, com aproximadamente 616 mil habitantes, segundo dados do IBGE (2022). Em termos de infraestrutura viária, destaca-se por possuir o maior entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste do Brasil, sendo cortada por três rodovias federais; BR-101, BR-116 e BR-324, e por três rodovias estaduais; BA-052, BA-503 e BA-504. Seu território é dividido em uma sede, 50 bairros e oito distritos, o que demonstra sua importância tanto no cenário urbano quanto rural do estado.

A história de Feira de Santana remonta ao período colonial, quando teve início o processo de povoamento da região que hoje constitui o município. Naquela época, o local era conhecido pela presença de diversos espelhos d'água, que serviam tanto para o abastecimento da população quanto como bebedouro para as boiadas que transitavam por ali. Essa característica geográfica foi determinante para que o povoado ficasse conhecido como Sant'Ana dos Olhos D'Água, nome que expressava a importância da água para a vida e para a economia local (Lima, 1990, p. 35).

A história mais comum sobre o surgimento de Feira de Santana, que majoritariamente é ensinada nas escolas, e atualmente compõe a matéria de apresentação da história do município na página oficial da prefeitura, é de que em meados do século XVII, o casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão construíram na Fazenda Olhos d'água, que pertencia ao casal, uma capela em homenagem senhora Santana e São Domingos, e em torno dessa capela se organizara um povoado que posteriormente se transformaria no município de Feira de Santana. Mas a versão que até os dias atuais é disseminada no município, é contestada por alguns estudiosos, dentre estes destacarei aqui a pesquisa da intelectual Zélia de Jesus Lima, que em seu trabalho

de mestrado dedicou seus estudos ao Lucas da Feira⁹, e no capítulo que dissertou sobre as origens da cidade de Feira de Santana, trouxe uma pesquisa documental minuciosa sobre a formação histórica territorial da cidade. Ao contestar a história de surgimento da cidade, Lima (1990, p. 39) afirma que

Quanto a Capela de Santana, as referências sobre o terreno para a sua construção datam de 28 de setembro de 1732, portanto, época posterior à criação da Freguesia de São José das Itapororocas (1696), pelo arcebispo D. Franco de Oli A vieira . As Cartas de Sesmaria de 1615, 1619 e 1653 revela que o Juiz João Lobo de Mesquita, da Câmara de Salvador, vendeu terras situadas entre Itapororocas, Jaculpe e Água Fria aos Peixoto Viegas, "e o vendedor não lhe dava título por se haverem perdido na tomada da Cidade do Salvador pelos holandeses". Examinando provisões, Alvarás, Relatos, Concessões e Autos de Tombamento relativos aos Viegas[^], verificou-se que esses colonos, após a expulsão daqueles invasores, abriram caminhos de boiadas na bacia do rio Jacuípe, em direção às "Itapororocas, construindo, ali, sobrados, casas e fazendas. Formaram assim o Morgado de São José, que certamente deu origem ao Arraial e Freguesia do mesmo nome.

A autora segue tratando de outros documentos que comprovam que a formação do povoado foi anterior a construção da capela pelo casal, dentre estes ela traz dados das atas da câmara municipal de Salvador, que mostram as negociações de gado com os holandeses e relatório enviado ao Vaticano, neles continham as casas e fazendas que povoavam as margens do rio Jacuípe.

Figura 2 São José das Itapororocas entre o final do século XIX e o início do século XX



Fonte: Kika Net (2023)

⁹ Lucas da Feira foi um homem negro escravizado, que se rebelou contra a estrutura social de sua época e liderou um grupo de escravizados fugitivos. Nas estradas que passavam os tropeiros, o bando liderado por Lucas praticava assaltos, ação que durou quase 20 anos, virando questão de honra dos senhores da época sua captura e execução.

Lima (1990) também dissertou sobre a estrutura social do município em XVII, e como ela estava organizada. Ao pegarmos uma pirâmide como referência a organização se apresentaria da seguinte forma: no topo da pirâmide os fazendeiros, comerciantes, representantes da igreja e os militares; logo em seguida vem os vaqueiros, que tinham sua origem majoritariamente indígena, e posteriormente compostos por pessoas miscigenadas.

Lima (1990) explica que para alcançaram esse status social, por conta da forma de recompensa aos vaqueiros nos tempos coloniais, que eram uma porcentagem em gado de corte, fator que os torna um grupo importante em 1860. Na penúltima posição da Pirâmide os Lavradores e roceiros, eles formavam a maior parte da população de São José, e eram “reféns” dos fazendeiros, em virtude da legislação da época, que não os autorizava a comprar terra, por esse motivo

os fazendeiros exigiam parte da produção dessas roças como pagamento pelo uso de suas terras. Por outro lado, a presença dos roceiros, com suas famílias, fortalecia o prestígio do senhor de terras ou fazendeiro, já que os índios adaptam-se melhor à vida e à condição de vaqueiros (LIMA.1990, p.42).

Formando a quarta e última posição da pirâmide social de São José, estão as pessoas negras que foram escravizadas, eles eram comprados pelos fazendeiros no porto de Salvador, Cachoeira ou até mesmo em Feira de Santana, uma mão de obra escrava para trabalhar na manutenção das fazendas e suas plantações. Ao tratar da estrutura social da época inicial da formação do município de Feira de Santana, Lima (2023) destaca o quanto os fazendeiros utilizavam do poder e prestígio para exercer influência em diversas questões, principalmente nas ações conjuntas com o governo municipal.

A análise apresentada por Lima (2023), é de grande relevância para que possamos compreender questões que nascem no período colonial, e que atravessam as relações sociais no município até os dias atuais, a exemplo da sua expressão comercial e relação com as feiras livres, questão agrária, além do expressivo comportamento conservador, em um município que ainda tem traços marcantes dos tempos registos pelo coronelismo.

Num recorte de Feira de Santana para década de 1960, é necessário ressaltar que este salto histórico, do período colonial para a década de 1960, é necessário para nos aproximarmos do contexto em que surgem as primeiras movimentações sindicais em Feira de Santana e da formação das organizações sociais que representaram e ainda representam a resistência popular no campo e na cidade.

Ao traçar um recorte das relações comerciais em Feira de Santana, vai se montando um

quebra cabeça de como se organizou, e tem se comportado as relações políticas até os dias atuais. Naquela conjuntura, Feira de Santana seguia se destacando por conta de seu traço comercial, fator facilitado por conta de sua proximidade com rodovias, realidade que não passou despercebido nos governos militares, eles buscavam desconcentrar a produção da indústrias do país para baratear os custos, e os estados norte e nordeste se mostravam ideal, por conta da desvalorização da força de trabalho. Nesse sentido, Santos(2007) traz que em foi aprovada a construção do Centro Industrial Subaé-CIS, tendo sua implantação efetivada em 1970; com com ele veio a implatação de muitas fabricas, concentração e fortalecimento da classe dominante que tinha todo amparo político.

Durante a Ditadura Militar (1964–1985), a Bahia foi governada por figuras alinhadas ao regime. Esses políticos atuaram como intermediários entre os interesses do governo federal e as elites locais, apoiando projetos de desenvolvimento industrial e modernização conservadora. A relação entre o poder público e os setores empresariais se estreitou, favorecendo políticas de incentivo fiscal e infraestrutura voltadas para atrair indústrias. Em Feira de Santana, esse contexto se traduziu no fortalecimento da cidade como polo regional, com o CIS sendo uma das expressões concretas dessa aliança entre governo e capital privado. A repressão política, embora mais intensa nos grandes centros, também se fez sentir na Bahia, com o controle sobre sindicatos e movimentos sociais, garantindo que a industrialização ocorresse sem grandes contestações populares.

Santos(2007) destaca que junto com o CIS¹⁰ Vinham iniciativas com a intenção de “educar” a classe trabalhadora feirense, dentre as iniciativas, organizações estatais e da sociedade civil se encarregaram da função, a exemplo do serviço nacional de aprendizado-senai e do Serviço de Integração do Imigrante-SIM, ações não governamentais gestadas com recursos públicos. essas entidades e sindicatos ligados ao patronato local se encarregaram de ministrar cursos.

O crescimento do setor comercial voltado para industrialização trouxe um declínio para o setor agrícola do município, fator que acelerou o processo de pecuarização das terras. No que se refere a esse processo, Santos(2007) afirma que os fazendeiros perceberam que era mais lucrativo deixar as criações em terras feirenses ao invés de levar sertão para fora. Esse movimento provocou uma valorização nas propriedades rurais do município, e terras que eram utilizadas por meeiros e arrendatários ao longo dos anos, passaram a ser retomadas por seus

¹⁰ Santos destaca que o CIS não é o marco zero na implatação de Induatrias na cidade, na década de 40 ja haviam registro de 29 estabelecimentos, que empregavam aproximadamente 214 pessoas.

supostos donos, como ocorrido com a fazenda Candéal¹¹.

Essa iniciativa resultou na organização dos pecuaristas para criarem a COOPERFEIRA, que tinha como atividade o corte e distribuição do gado para outros locais. Todo esse movimento econômico andou em conformidade com as organizações políticas locais, principalmente os políticos da ARENA¹²(Aliança Renovadora Nacional), resultando na eleição de João Durval Carneiro, opositor do partido PSD, essas relações políticas vamos conhecer a seguir.

Ao longo da década de 1970, Feira de Santana teve um alto índice de migrantes, pessoas que vinham de várias partes do Nordeste fugindo da famosa “seca de 70”, o fato do município ser cortado por diversas rodovias, facilitava a chegada desses retirantes. Freitas (1996) *apud* Santos(2007), afirma que esses novos moradores eram encaminhados para entidades de filantropia como a Associação Feirense de Assistência Social (AFAS) e o Serviço de Integração dos Migrantes (SIM). A chegada dessa população no município demandou a construção de casas populares, organização de serviços públicos a exemplo de transporte, saúde e educação pública.

Todo esse movimento histórico foi dando contornos políticos que até os dias atuais influenciam na dinâmica e organização sociopolítica da Princesa do Sertão¹³. Para compreendermos a movimentação política do município, será apresentado um recorte resumido da dinâmica política de Feira de Santana, da década de 1960 até os dias atuais.

No ano de 1962, foi eleito prefeito do município pelo PSD Francisco Pinto, de família de fazendeiros e donos de destilaria, o político já tinha exercido a vereança no município, e se destacado junto a população feirense por seu comportamento e ações populistas, além da proximidade com diversas organizações sociais do município. O mandato de Chico Pinto, como ficou conhecido, durou pouco, assim que se concretizou o golpe militar, o prefeito foi deposto, assumindo em seu lugar Joselito Amorim (UDN), na época ex-militar do exército, e professor de Matemática. Joselito governou por dois anos, e teve como sucessor João Durval - UND, que nas eleições anteriores ao golpe foi derrotado por Chico Pinto. A chegada de João durval ao poder, simbolizou também a chegada, e crescimento do *carlismo* no município¹⁴.

¹¹ Na década de 1970 que inicia o conflito da fazenda Candéal, momento em que supostos donos da fazenda tentam expulsar os agricultores posseiros da propriedade.

¹² Partido dos militares, e na cidade de Feira de Santana era representado por pecuaristas.

¹³ Apelido da cidade de Feira de Santana, foi chamada assim pela primeira vez por Ruy Barbosa em 1919, quando em campanha pela presidência da república visitou a cidade. Apelido que caiu no gosto da população e é comumente utilizado para se referir a cidade.

¹⁴ Carlismo é uma expressão comumente usada para fazer referência ao período de atuação político de Antônio

Em 1971, é eleito prefeito de Feira de Santana, o comerciante Agnaldo Soares Boaventura (PTB), e em 1976, foi eleito prefeito o Odontólogo Colbert Martins (PDS), tido como herdeiro político de Chico Pinto, Colbert é reconhecido até os dias como um dos prefeitos mais populares que Feira de Santana já teve, tendo entre a mais importante característica sua gestão muito próxima das camadas populares.

Feira de Santana ganhou contornos políticos que influenciam na dinâmica do município até os dias atuais, os mesmos nomes do cenário político municipal começaram a alternar a cadeira da prefeitura a cada pleito eleitoral.

O revezamento de poder continuou até o ano de 2000. Saiu João Durval e entrou, novamente, José Falcão em 1996. As décadas de 1980 e 1990 assistiram à eleição destas três figuras, José Falcão (1982 a 1988 e 1996, interrompido com sua morte em 1997), João Durval (1992-1996) e Colbert Martins (1976-1982 e 1988-1992) - um triângulo político que só acabou com a morte de Colbert Martins(SANTOS,2007, p.61).

Esse ciclo foi “quebrado” nos anos 2000, quando José Ronaldo de Carvalho -DEM, foi eleito prefeito em Feira de Santana, o político recebeu apoio de ACM e toda estrutura estatal, virando a representação do *carlismo* em Feira. Se passaram 25 anos, e o grupo político que governa o município é o mesmo escolhido por ACM, o que em 1999 pareceu a quebra de um ciclo, simbolizou a abertura de um novo, que tem mantido a Princesa do Sertão numa espécie de cárcere privado.

O atraso, desmandos, imposições e jogos políticos característicos do período coronelista e alimentado pelo *carlismo* segue em plena atividade na política municipal, possibilitando a manutenção de poder de um grupo político que pouco tem se movimentado para trazer mudanças efetivas para Feira de Santana, e na centralidade do problema encontra-se a população rural da Feirense, que segue refém de um projeto sem sensibilidade com a população do campo em que não investe em políticas públicas estruturantes para manutenção da permanência e sobrevivência digna no campo.

Feira de Santana em seu processo histórico de ocupação apresenta contradições marcantes de ruralidades dentro da urbanização com expressivo traço comercial. Esse contexto evidencia o desafio de compreender as aparentes contradições, de um lado, com a expressão urbana com importância comercial incontestável, e industrial que centraliza as atenções, e por outro, da existência do rural no contexto histórico de desigualdades agrárias (PTDRSS, 2017).

Ao realizar um recorte populacional, entre urbano e rural, os dados mais recentes do IBGE(2017) confirmam que Feira de Santana continua a apresentar um perfil

predominantemente urbano, embora com uma significativa população rural. Segundo a estimativa populacional de 2024, a cidade possui 657.948 habitantes, no entanto, a divisão entre população urbana e rural não está claramente especificada na estimativa de 2024. Os dados do censo realizado em 2010, traz que o município tem 91,7% da população residente na zona urbana, que representam 556.642 habitantes, e a população que reside na zona rural representa 8,3%, com 46.007 habitantes, realidade que coloca o município com o maior número de pessoas residentes, em números absolutos, do estado da Bahia (IBGE, 2010).

A população residente no campo no município é majoritariamente composta por agricultores familiares, esses trabalhadores geralmente possuem pequenas propriedades, dentre o principal desafio enfrentado está o acesso a terra e o processo de urbanização no campo, que tem acelerado a expulsão desses agricultores em direção ao centro do município de Feira de Santana. No que diz respeito às propriedades em Feira de Santana, 6.156 estabelecimentos tem uma área de 4.579 hectares, e, que, portanto, são estabelecimento em áreas menores de 2 hectares; enquanto 119 estabelecimentos ocupam uma área de 29.127 hectares, superando 100 hectares por estabelecimento (PTDRS, 2017).

A desigualdade existente no município que tem maioria de sua população concentrada em áreas urbanas, mas que a economia agrícola está entre os principais setores geradores e concentradores de riquezas, tendo grande relevância na economia do município. Seguindo o debate sobre propriedade da terra em Feira de Santana, Oliveira (1997) disserta sobre a presença dos minifúndios, em que esta realidade cada vez mais vem se agravando por conta da formação de novas famílias e consequentemente da divisão das terras com os herdeiros.

Logo, observa-se que muitos estabelecimentos estão concentrados em pequenas áreas de terra, concentradas nas mãos de uma minoria. Segundo IBGE (2017), o perfil fundiário do município de Feira de Santana se encontra em situação de concentração de terras, muitos casos estão sem uso ou são áreas de baixa produtividade, que poderiam ser redistribuídas, contribuindo com a redução da desigualdade social tão presente.

No município de Feira de Santana não há nenhum assentamento de reforma agrária, mas existem duas áreas ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): uma às margens da BR 116 Sul, no distrito de Ipuacu, outra na Fazenda Mocó, no bairro do Campo do Gado, em uma área pertencente ao Governo do Estado da Bahia. Em Feira de Santana existem quatro comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares: a comunidade da Matinha dos Pretos, e que foi certificada em no dia 5 de fevereiro de 2014, Lagoa Grande que a certificação aconteceu em 17 de abril de 2007; e Candéal II, em

29 de novembro de 2016 e a mais recente foi a comunidade de Moita da Onça reconhecida em 20 de Julho de 2024. O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes quilombola no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

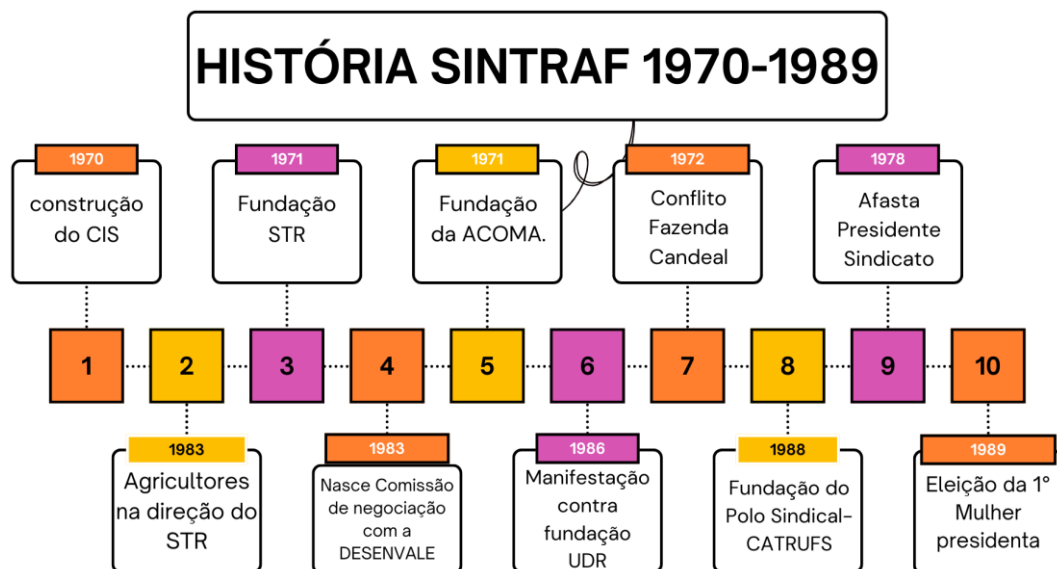
3. FUNDAÇÃO DO SINDICATO E SUA TRAJETÓRIA EM FEIRA DE SANTANA: PRINCIPAIS CONQUISTAS DOS TRABALHADORES RURAIS

Irá chegar um novo dia, um novo céu, uma nova terra ,um novo mar e nesse dia os oprimidos, numa só voz a liberdade irá cantar(Ismael Tressmann e Marli Lutz).

Neste capítulo enfatizamos organização política dentro da direção do SINTRAF para levar a presidência da entidade a 1º mulher, trazendo a repercussão dessa eleição no município, e os passos que a agricultora trilhou que transformou a dinâmica com que a entidade lidava com as mulheres. Também foi feito um resgate das principais mobilizações realizadas na época, e das principais organizações para fortalecer o movimento de mulheres.

Para contextualizar o processo histórico de formação organização política do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Feira de Santana (SINTRAFS), sintetizamos em uma linha do tempo os principais marcos que atravessam o percurso histórico da entidade.

Figura 3 Linha do Tempo do SINTRAF de Feira de Santana de 1970-1989



Fonte: Pesquisadora(2025)

É importante destacar que, ao ser fundado em 23 de janeiro de 1971, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Feira de Santana contava apenas com a participação de homens. Em 1973, 1976, 1979 e 1983, essa realidade se manteve, e a única mulher que aparece nesses registros compôs a suplência do conselho fiscal. O STR Feira de Santana nasce enquanto instrumento de manutenção dos privilégios de fazendeiros da região. Sobre o processo da fundação Oliveira¹⁵ afirma:

Inicialmente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana foi uma organização vinculada aos interesses dos fazendeiros e políticos que usavam a entidade como um instrumento de manipulação e auto-promoção, negando-se em defender os reais interesses dos trabalhadores rurais. Aliás, essa foi a história da origem dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Brasil: a sua grande maioria foi fundada por iniciativa dos fazendeiros, de delegados de polícia, prefeitos etc. que defendiam os interesses dos setores dominantes. (OLIVEIRA,1997, P.15).

Ao ser fundado em janeiro de 1971, cumprindo uma determinação estatutária o sindicato nomeia uma diretoria provisória, para conduzir os trabalhos até o pleito eleitoral, segundo Ata

¹⁵ O professor e sociólogo Ilides Ferreira Oliveira, trouxe importante contribuição durante a década de 90 na organização de base do STR Feira, publicando o livro RESISTIR PARA SOBREVIVER: O TRABALHADOR RURAL DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA. Neste trabalho ele realiza um importante resgate histórico da atuação do sindicato, além da apresentação da realidade socioeconômica dos agricultores, na época da pesquisa. O professor também foi uma figura comprometida com a formação e organização política das lideranças sindicais e comunitárias, todas essas ações eram articuladas em parceria com o Movimento de Organização Comunitária - MOC.

de fundação era composta pelas pessoas conforme ilustrado na Figura 4.

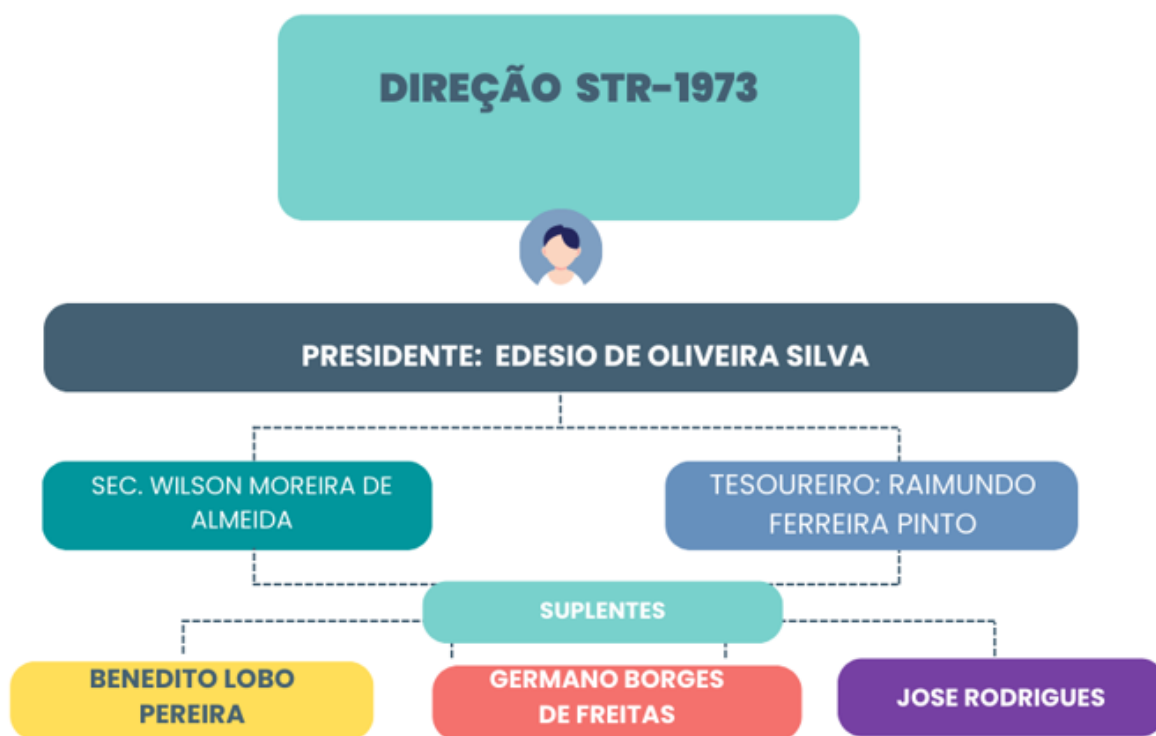
Figura 4 Composição da Diretoria Provisória STR, em 1971



Fonte: Pesquisadora(2025)

Esse grupo ficou na gestão do sindicato até o ano de 1973, e no mês de setembro do referido ano deram início ao pleito eleitoral para o próximo grupo que ficaria na gestão por mais três anos. O grupo empossado, em 11 de outubro de 1973, tinha como composição, a diretoria executiva descrita na Figura 5.

Figura 5 Direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) Feira de Santana, em 1973



Fonte: Pesquisadora(2025)

O STR Feira de Santana não fica por muito tempo na mão dos poderosos da região, e para contextualizar essa história, precisamos conhecer a história do primeiro conflito agrário registrado no município de Feira de Santana. Este conflito ocorreu na fazenda Candéal, hoje comunidade quilombola, que ainda no período escravocrata era referência pelas suas dimensões e prestígio que trazia aos seus proprietários, sendo comparada como pequeno reino.

Demonstra a têmpera desta vida política do nosso pastoreio o aspecto que oferecia o solar de Candéal, onde o imponente Tenente-Coronel Antônio Alves de Freitas Borja, tipo de senhor feudal, pontificava como um conde europeu. Pequeno Reino a sua fazenda. Reino de limites definidos, mas de projeção alargada. Ali, o mundo gozava de extraterritorialidade. Com sua lei, com sua justiça (SOUZA, *apud* BOAVENTURA, 1989, p.363).

A caracterização feita por Boaventura (1989) nos leva a compreender que a fazenda Candéal era um vasto latifúndio, consolidado ainda durante o período escravocrata. Com várias senzalas e muitas pessoas negras escravizadas, a fazenda funcionava sob um regime autoritário e autônomo, comandada pelo Tenente-Coronel Antônio Alves de Freitas Borja, descrito como um verdadeiro senhor feudal. Quando alguns escravizados conseguiam fugir, refugiavam-se em uma área de mata densa, conhecida como Matinha. Foi nesse contexto que se formou o povoado que, mais tarde, daria origem à atual comunidade quilombola de Matinha dos Pretos.

Com o passar do tempo e o fim da escravidão, a fazenda Candéal foi sendo desmembrada e arrendada a famílias de trabalhadores rurais. Ao longo das décadas seguintes, especialmente no século XX, essas famílias passaram a enfrentar novas formas de exploração. Na década de 1970, esse cenário culminou em um importante conflito agrário. Em 1972, trabalhadores rurais passaram a se opor aos preços abusivos cobrados pelos fazendeiros e grileiros de terra, marcando o início de uma luta por justiça fundiária e melhores condições de vida.

Sobre esse episódio, Oliveira (1997, p. 15) afirma que:

Em 1972, os trabalhadores rurais de Feira de Santana iniciaram um movimento de luta pela terra revelando assim a necessidade de lutar pelos seus direitos. Nesse período, surge o primeiro conflito de terra em Feira de Santana, na Fazenda Candéal, no Distrito de Maria Quitéria. Nessa época, a única organização que existia era a Associação Comunitária de Matinha (ACOMA), fundada em 1971, através da orientação MOC (Movimento de Organização Comunitária); essa entidade foi solicitada a ajudar os trabalhadores, orientando a procurar o Sindicato e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) que colocou um advogado à posição do Sindicato para defender os trabalhadores rurais ameaçados de expulsão de suas terras.

O conflito que inicia provoca um intenso processo de organização das comunidades, que contam com o apoio das entidades que aparecem na citação, e através da FETAG começam a ser assessoradas pelo advogado Eugênio Lyra¹⁶. Com a intensificação do conflito, em 1975, houve o assassinato do agricultor Joaquim Pereira dos Santos, ele foi morto por policiais a mando dos fazendeiros, além desse assassinato, outros trabalhadores foram presos e torturados. Essa ação, que teve o objetivo de intimidar a comunidade, serviu como combustível para potencializar a sede de justiça que os moradores da fazenda Candéal tinham.

Em seu trabalho, Souza (2011) faz entrevistas com os moradores que testemunharam o conflito, e em relação a repercussão do atentado na comunidade, aborda que:

Quando houve a emergência, que houve a grilagem do Candéal, o pessoal todo passando por dificuldade tava sendo ameaçado. Tavam querendo derrubar casa, as ameaças que tava tendo no Candéal, que resultou na morte de Joaquim. Nós fazia reunião aqui na Matinha sempre aos sábados. Vinha com o pessoal do MOC, vinha Ildes Ferreira, Tereza Terezinha, vinha o Padre Albertino Carneiro, aí um sábado a gente tava reunido aqui, o povo do Candéal veio quase em massa lotou aqui o centro. Todo mundo com medo assombrado com a situação que tava acontecendo no Candéal pedindo ajuda e a gente não sabia o que fazer foi quando o ex Padre Albertino, na época ele era padre, chegou pra reunião aí com a gente e depois que ele ouviu tudo, ele usou uma frase bem conhecida, ele disse: - Tem um troço aí chamado sindicato que isso aí que vai resolver a situação de vocês! Só que essa coisa de sindicato ninguém conhecia. Perguntava ao pessoal sobre sindicato e ninguém conhecia. Não sabia do sindicato que tava sendo fundado, foi que ele orientou a gente a procurar um sindicato; eu digo a gente porque a gente entrou todo mundo em apoio ao pessoal morador do Candéal. Nós, apesar de não tá atingido pelo problema, nós juntou em

¹⁶ Eugênio Lyra foi um jovem advogado que contribuiu no processo de conquista das terras da fazenda Candéal, mas posteriormente teve sua vida ceifada por grileiros de terra na cidade de Santa Maria da Vitória.

apoio ao pessoal de lá. Aí que a gente foi procurar o sindicato, conversar, expor a situação pra o sindicato. Através da associação, a gente descobriu o sindicato e reforçamos o sindicato porque esse pessoal todo se associou. A gente começou a se associar também e o sindicato pode se dizer que foi fundado na Matinha e que ele cresceu, se fortaleceu, abasteceu através da luta na fazenda Candéal e nós da Associação da Matinha (SOUZA, 2011, p. 88).

Souza (2011) contextualiza a realidade da comunidade, que através da mobilização e da organização durante o conflito, ela também traz nomes de figuras importantes que contribuíram na organização dessas comunidades e dos agricultores, para enfrentamento a luta, a exemplo do padre Albertino Carneiro¹⁷ que na época foi uma figura muito importante na luta pela terra e na apresentação da importância do sindicato (que estava na mão de fazendeiros) na luta dos trabalhadores começam um movimento de divulgação e filiação dos trabalhadores rurais ao sindicato, com esse fortalecimento e a repercussão do episódio de violência e assassinato. No ano de 1978, o título das terras passa a ser fornecido pelo Instituto de Terras da Bahia - INTERBA para as famílias da Fazenda Candéal.

Em relação a direção do STR, no ano de 1976 o mesmo grupo faria manutenção na direção do sindicato, mas os agricultores mobilizados pela luta da fazenda Candéal decidiram acompanhar mais de perto as ações da entidade. Foi a primeira vez que houve disputa entre duas chapas na eleição do sindicato, ambas com representação dos fazendeiros, mas um movimento positivo ocorreu em relação a eleição da chapa 1, o grupo vitorioso, nela continha dois representantes dos trabalhadores rurais, embora num movimento tímido, estava oficialmente inserido na estrutura sindical da categoria, os agricultores em questão era o José Caciano e e Lourenço Ferreira. A Figura 6 apresenta a composição da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, em 1976.

Figura 6 Direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, em 1976

¹⁷ Albertino Carneiro foi fundador do movimento de organização comunitária (MOC) e teve grandes contribuições na organização e formação dos trabalhadores rurais que posteriormente se tornaram lideranças importantes no sindicato dos trabalhadores rurais.



Fonte: Pesquisadora(2025)

Com a aproximação dos agricultores da Fazenda Candéal e da comunidade de Matinha ao STR, eles compreenderam o papel da entidade e intensificaram as cobranças por posicionamento em defesa dos trabalhadores. No livro de ata da fundação da entidade é possível encontrar registros de participações mais ativa das pessoas que lideraram o movimento da Fazenda Candéal nas assembleias do STR, a exemplo de Dionísio Pereira. Os trabalhadores passaram a acompanhar a vida do sindicato de perto, e passaram a questionar a forma como a entidade estava sendo gestada, em 1978 passam a exigir a renúncia do presidente, que era um estudante filho de fazendeiro, por tanto representante dos fazendeiros e comerciantes, que foi expulso depois de ter vários casos de corrupção descobertos.

Em relação a esse período, Oliveira (1997, p. 17) afirma que

a partir desse momento, os trabalhadores da zona rural, mais conscientes dos seus direitos, começaram a exigir que o Sindicato ampliasse sua atuação em favor do trabalhador do campo. Assim, em 1978, os trabalhadores, não satisfeitos com a atuação do presidente Wilson Moreira e com a sua administração à frente do Sindicato, reivindicam a sua renúncia, o que foi inevitável diante das irregularidades administrativo-financeiras da sua gestão. Com a sua renúncia, por pressão dos associados, a presidência foi assumida pelo Vice-Presidente, Nelson Araújo, que, a partir desse momento começa a ampliar a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais do município.

Em seu trabalho, Oliveira (1997) afirma que Nelson Araújo ao assumir a presidência do

STR, em 1978, teve uma gestão mais próxima aos trabalhadores, mas ao consultar os jornais da época, podemos observar que a liderança não distanciou o sindicato do modelo de gestão em conformidade com os interesses políticos dos fazendeiros.

No ano de 1979, ocorre eleição para mais um triênio na direção do sindicato, e nesse período os trabalhadores rurais organizados já conseguem uma inserção na direção da entidade numa posição mais privilegiada, Dionísio consegue chegar a um cargo na diretoria efetiva. Acompanhado as anotações das atas da entidade, essa eleição se apresentou como um momento de ruptura, entre os que seguiram com os trabalhadores rurais, e os que mantiveram um comportamento conservador, e mais uma vez a chapa que tinha trabalhadores rurais na composição foi eleita. Na Figura 7 é apresentada a composição da direção do STR – Feira de Santana, em 1979.

Figura 7 Direção do STR – Feira de Santana, em 1979



Fonte: Pesquisadora(2025)

Embora em maior número, e em posição de importante na direção do sindicato, os trabalhadores tinham movimentação limitada, e essa realidade só muda quando eles assumem efetivamente a direção. Santos (2007) afirma que em 1980, houve no município um encontro de trabalhadores rurais, esse encontro foi mobilizado pelo diretório estadual do partido, mas o STR de Feira se recusou a participar, sob alegação de interesses políticos no evento.

Outro fato importante que acontece na gestão de Nelson, é o início das obras e até indenização dos atingidos pela barragem Pedra do Cavalo, que trataremos logo mais, o enfrentamento e denúncia é construído por uma comissão, e só conta com efetivo apoio do sindicato quando os trabalhadores chegam a direção.

Depois que conquistam a posse das terras da fazenda Candéal, os moradores das comunidades de Matinhas dos Pretos e da Fazenda Candéal seguem realizando conquistas, todas regadas por muita luta, dentre elas começam a pressionar o sindicato para autorização de sindicalização das mulheres. Na Figura 8 podemos ver as carteiras sindicais das primeiras mulheres filiadas. É comum encontrar nos trabalhos que dissertam sobre o sindicato que a sindicalização da mulher era proibida, o que pode ser contestado com os documentos que provam a sindicalização de mulheres nos mesmo ano em que a entidade foi fundada. As Mulheres proibidas de se sindicalizarem eram as mulheres casadas, sob alegação de que acessarem todos os direitos através dos maridos, ainda nos relatos das mulheres com mais tempo de filiação do sindicato é forte as negativas na filiação das mulheres solteiras também, exigindo várias provas documentais, e fazendo com que as agricultoras deem várias viagens na entidade na tentativa de filiação.

Uma realidade que é incontestável ao analisarmos os documentos do sindicato, correspondentes à época de sua fundação, até meados da década de 1980 é a negativa na participação da mulheres nas atividades da entidade, tendo registro de participação em direção, e nas assembleias começa uma participação de uma única mulher que ficava na relatório, secretariando as atividades.

Figura 8 Carteira do STR Feira de Santana das Primeiras Mulheres Filiadas, em 1971



Fonte: Família das Agricultoras

A Figura 8 apresenta as carteiras do STR das agricultoras Cornélia Vitório, emitida em quinze de maio de um mil novecentos e setenta e dois; e de Isaura Dias de Carvalho, mãe e filha. Conceição Borges, em entrevista relata, que a filiação não era proibida, mas a participação era negada, a filiação era necessária para acessar ao FUNRURAL, e aos programas médicos.

Santos (2007) trata que a participação da mulher na entidade era negada sob os argumentos de que a mulher acessava todos os direitos através do seu marido, além disso era difundida entre os agricultores que existia uma lei que proibia a filiação feminina, história que foi desmentida, e apontada como invenção dos fazendeiros para excluir as mulheres da organização sindical. Desse momento de luta do sindicato, Oliveira (1997, p. 17) também trata que

É relevante destacar que nesse momento o Sindicato iniciou uma grande luta na defesa do direito à sindicalização da mulher trabalhadora rural, o que não era permitido até então, aderindo à campanha nacional em defesa da Previdência Social para os

trabalhadores rurais, reivindicando principalmente melhoria dos serviços de saúde e o direito à aposentadoria da mulher, o que veio a se tornar realidade dez anos depois com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Essa aproximação das comunidades junto ao sindicato foi fazendo com que cada vez mais os moradores se apoderassem do sindicato e da importância da luta sindical, os agricultores seguiram compondo a gestão, e chegou o momento em que estavam prontos e organizados para pautar uma chapa majoritariamente composta por trabalhadores rurais.

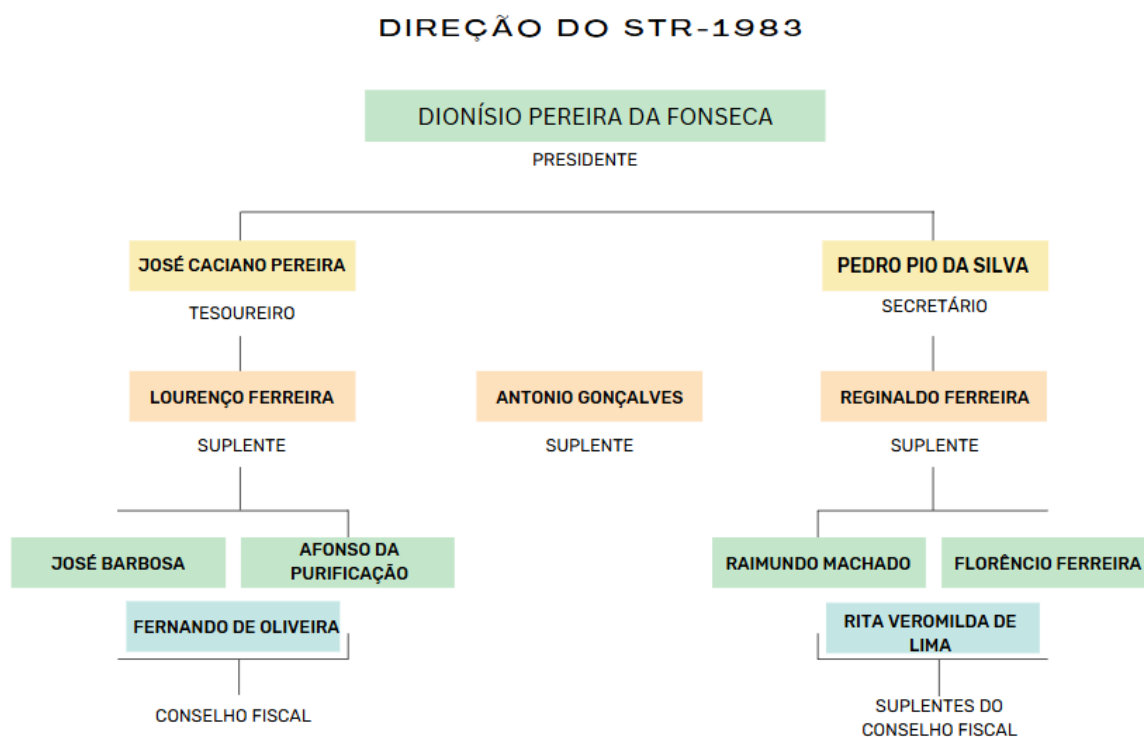
3.1 OS AGRICULTORES TOMAM A DIREÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FEIRA DE SANTANA: A LUTA PELA VIDA DIGNA NO CAMPO

“Já chega de tanto sofrer, já chega de tanto esperar, a luta vai ser mais difícil, na lei ou na marra nós vamos ganhar.” (Benedito Monteiro)

E chegando em de Janeiro do ano de 1983 os trabalhadores rurais efetivamente conquistam a direção do sindicato, elegendo como presidente o trabalhador rural, negro¹⁸ e quilombola, Dionísio Pereira Fonseca.

¹⁸ Realizar um recorte racial em relação aos dirigentes que tomaram a direção do sindicato da mão de fazendeiros, num contexto de conflito agrário, trata-se de demarcar um espaço muito importante numa história de luta que vem historicamente sendo construída agricultores majoritariamente negros, que enfrenta o racismo estrutural e toma a direção do sindicato de quem historicamente foram nossos algozes.

Figura 9 Direção do Sindicato 1983



Fonte: Pesquisadora(2025)

A participação de mulheres na diretoria efetiva segue sendo um grande desafio, a única mulher do grupo aparece na suplência do conselho fiscal, essa composição já dá sinais de quem embora os trabalhadores tenham conquistado a direção do STR, a luta para as mulheres estava apenas começando.

Figura 10 Dionizio discursando em Manifestação no Centro do município de Feira de Santana



Fonte: Arquivo CATRUFs

No centro da Figura 10 aparece Dionízio, dando continuidade à luta que se inicia no conflito pelas terras da fazenda Candéal, mas que o desafiou a lutar em defesa dos trabalhadores rurais feirenses. Esse episódio marcou não apenas uma ruptura com a lógica do latifúndio, mas também o despertar de uma consciência coletiva entre os trabalhadores rurais da região. Dionízio, nesse contexto, emerge como uma liderança significativa, sendo desafiado a ampliar sua atuação em defesa dos direitos dos camponeses feirenses. A gestão de Diosísio segue tendo importante destaque na organização, mobilização e na luta pela terra, nesse momento o sindicato se organiza em defesa dos trabalhadores rurais atingidos pela construção da barragem hidrelétrica de pedra do cavalo.

É nesse cenário de retomada e fortalecimento da organização sindical que o STR se posiciona frente a uma nova ameaça: a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo, com obras que impactariam diversas comunidades de Feira de Santana e de algumas cidades da região. Cria-se, então, uma articulação que assume um papel central na organização dos trabalhadores rurais atingidos pelas obras. Essa luta contou também o apoio do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, sendo marcada pela realizações encontros,

mobilizações e debates para tratar da problemática. A Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu (DESENVALE) deu início, em 1978, às obras de implantação da Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo. Essa grande construção teve impactos diretos sobre mais de mil famílias residentes em onze municípios. Além de Feira de Santana, foram atingidos os municípios de Antônio Cardoso, Santo Estêvão, Muritiba, São Gonçalo dos Campos, Governador Mangabeira, Cachoeira, Castro Alves, Conceição da Feira, Cabaceiras do Paraguaçu e Rafael Jambeiro.

Apesar da magnitude dos impactos socioambientais e territoriais, o processo foi marcado pelo silêncio da grande imprensa. Conforme aponta Oliveira (1997), a cobertura midiática foi omissa, e, quando se manifestava, destacava apenas os supostos benefícios da obra, negligenciando as denúncias e os apelos das comunidades atingidas. Nesse contexto de invisibilidade e desinformação, o STR e sua liderança, sob Dionízio, tornam-se vozes fundamentais na denúncia dos abusos e na articulação por justiça social e reassentamento digno para as famílias deslocadas.

As matérias divulgadas tinham sempre a finalidade de enaltecer a obra que "iria resolver o problema da falta d'água das populações urbanas da região metropolitana de Salvador e da região; que iria permitir a geração de energia elétrica; que iria favorecer a irrigação de muitos hectares de terra; que passaria a favorecer o criatório de peixes e patos" etc. (Oliveira, 1997, p.182).

A DESENVALE iniciou o mapeamento das famílias que seriam atingidas, ao começar o pagamento das indenizações no ano de 1983, denúncias de disparidade no valor das indenizações, onde os fazendeiros recebiam valores maiores que os trabalhadores rurais e posseiros, e falta de reassentamento das famílias, fizeram surgir grande mobilização no movimento sindical regional, levando os sindicatos dos trabalhadores rurais de parte dos municípios afetados se organizar para pensar coletivamente em ações para pressionar o governo e solucionar o impasse das famílias atingidas com obra operada pela DESENVALE.

Oliveira (1997) aponta que, naquele momento, poucos sindicatos apresentavam autonomia e organização política suficientes para enfrentar um projeto de grande porte como a construção da barragem de Pedra do Cavalo. Essa fragilidade contribuiu para o fortalecimento da empresa responsável pela obra e dificultou a mobilização social. No entanto, esse cenário começou a mudar a partir de 1982, com a criação de uma comissão formada por diversas entidades da sociedade civil, que passaram a desempenhar um papel central na articulação e resistência dos trabalhadores rurais.

Faziam parte dessa comissão a Comissão Evangélica dos Direitos da Terra (CEDITER), o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG-BA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Diocese de Feira de Santana. Cada uma dessas organizações cumpria um papel social relevante: atuavam na promoção dos direitos humanos, no fortalecimento da agricultura familiar, na organização comunitária e na defesa dos trabalhadores do campo.

Segundo Oliveira (1997), a comissão atuava em duas frentes principais. A primeira consistia em mobilizar e conscientizar os camponeses, por meio do movimento sindical local, sobre os impactos do projeto e seus direitos. A segunda frente visava sensibilizar a opinião pública quanto à gravidade da situação vivida pelas comunidades atingidas. No entanto, o autor reconhece que a tarefa não foi simples. A pouca experiência dos sindicatos locais, somada ao histórico de insucesso em resistências anteriores — como no caso da barragem de Sobradinho, onde os camponeses pouco puderam fazer —, tornou o processo ainda mais desafiador.

Dentre as principais estratégia da comissão estava rever as indenizações e os critérios adotados, que a empresa DESENVALE já tinha formado com muitos agricultores, e a partir desse movimento que a comissão passa a se fortalecer e ganhar uma maior credibilidade dos trabalhadores, onde a revisão das indenizações passam a ser até seis vezes superior que o valor pago pela empresa.

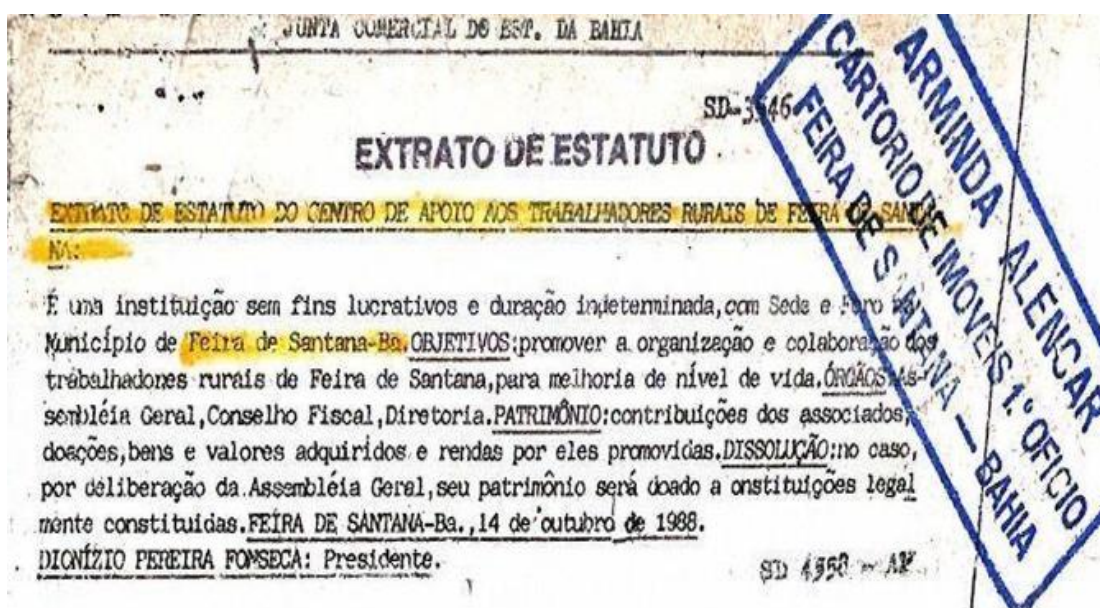
Nesse momento, a equipe de trabalho se utilizava de dois mecanismos que foram muito importantes: o primeiro foi a vinda de pessoas de Petrolândia-Pe, onde estava sendo construída uma outra barragem (Itaparica) e os camponeses já desenvolviam uma experiência de luta há mais tempo; essas pessoas - técnicos e camponeses - relatam sua experiência, seus fracassos e vitórias, o que se constituiu num fator de animação muito grande; o segundo mecanismo foi uma visita de uma equipe de camponeses até Petrolândia para conhecer de perto a luta de lá (Oliveira, 2007, p.183).

A partir desse momento a organização dos trabalhadores segue se ampliando, conseguindo incorporar a comissão de representação da DESENVALE, dialogando mais de perto e negociando alternativas para as reivindicações. As organizações que compuseram essa comissão teve contribuição fundamental para o movimento a exemplo da CEDITER que forneceu, bolsa auxílio para estagiários do curso direito, que contribuíram no levantamento e mapeamento das questões com as famílias atingidas; o MOC forneceu assistência técnica, liberação das instalações físicas para realização das reuniões de planejamento, além de todo apoio institucional, fornecendo o nome para a mobilização de recursos. Nos documentos analisados foi possível identificar a submissão propostas de custeio de atividades, endereçadas

a Coordenadoria Ecumênica de Serviço- CESE¹⁹ . Todas essas ações eram de fundamental importância para organização e fortalecimento da base dos sindicatos que conquistaram autonomia e passaram a se organizar como Polo Sindical. Com o apoio dessas entidades o polo sindical pressionava cada vez mais a empresa e governo em busca de solução para as famílias atingidas pela barragem.

Em 15 de novembro de 1988 o Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana - CATRUFs, teve seu estatuto aprovado e publicado nos jornais do município.

Figura 11 Publicação da fundação do CATRUFs



Fonte: Arquivo CATRUFs

A Figura 11 apresenta o recorte do jornal que publicou o estatuto social do polo, tendo Dionízio Pereira como presidente, esse momento foi mais uma conquista da luta dos trabalhadores, que impulsionados pelo conflito agrário da fazenda Candéal, não recuou nem mais um dia da luta em defesa de seus direitos. Embora o MOC e CEDITER, fossem parceiros importantes, o reconhecimento do CATRUFs enquanto pessoa jurídica representava a conquista da autonomia sindical, e símbolo de unificação dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais dos municípios atingidos pela construção da barragem Pedra do Cavalo.

Essas ações não ficaram isoladas na região de Feira de Santana, visto que outras barragens

¹⁹ Uma organização ecumênica, composta por seis igrejas cristãs que tem atuação em várias regiões do país, através da defesa dos direitos humanos e promoção da igualdade.

estavam sendo construídas na região nordeste, a organização dos sindicatos unificou o movimento e no ano de 1989 participaram do 1º Encontro de Regional de Barragens - NE, realizado em Igarassú-PE em março de 89. Nessa atividade contou com representação dos atingidos pela barragem do Castanhão-CE, Xingó/Pão de Açúcar- AL/SE, Pedra do Cavalo/BA e Itaparica -PE/BA. Foi uma atividade de caráter, organizativo e formativo para as lideranças que atuavam na linha de frente da luta em defesa dos atingidos por barragens.

Figura 12 Relatório Produzido no Encontro dos Atigidos por Barragens

V) COMPLEMENTAÇÃO EM PLENÁRIA

a) Região Nordeste- USINAS HIDRAÚLICAS FUTURAS

USINAS	LOCALIZAÇÃO	CONFIGURAÇÃO
1. XINGÓ	Rio São Francisco-NE	1985 (AL/SE/BA)
2. ITAPEBI	Rio Jequitinhonha-BA	2000 (BA)
3. BELÉM	Rio São Francisco-NE	2000 (BA)
4. PEDRA BRANCA	Rio São Francisco-NE	2000 (PE)
5. PARATUIGA	Rio São Francisco-NE	2000 (?)
6. ARACA	Rio Parnaíba-PI	2005 (?)
7. SALTO DA	Rio Jequitinhonha-NE	2010 (BA/PE)
8. GATOS III	Rio São Francisco-NE	? ?
9. PÃO DE AÇÚCAR	Rio São Francisco-NE	Fase de estudo
10. CASTANHÃO	Rio Jaguaribe-CE	? ?
11. SACOS	Rio São Francisco-NE	? ?
12. ALTO FÊMEAS	-BA	? ?

b) USINAS DE OPERAÇÃO:

1. Paulo Afonso - I - BA	10. Araras - (CE)
2. Paulo Afonso - II- BA	11. Coremas-Paraíba - (PB)
3. Paulo Afonso - III-BA	12. Piloto - (?)
4. Paulo Afonso - IV -BA	13. Sobradinho - (BA)
5. Moxotó - (BA/PE)	14. Itaparica - (PE/BA)
6. Funil - (BA)	15. Pedra do Cavalo (término)-(BA)
7. Pedra - (BA)	16. Correntina - (BA)
8. Bananeiras - (BA)	17. Pedra - (BA)
9. Espangalha - (PE)	18. Itapecuruzinho- (BA)

FONTE: Arquivo do CATRUFs

Na Figura 12, observa-se um recorte do relatório produzido durante o evento, neste documento continha a relação de barragens iniciadas, as que estavam em operação e as que iriam iniciar construção, no relatório os trabalhadores já faziam levantamento dos impactos, mensuraram quantidade de pessoas atingidas e traçaram coletivamente estratégia de enfrentamento e resistência, além de pautar a intensificação da formação política para a população dos municípios atingidos.

Quando ocorreu o encontro regional de barragens, o polo sindical já havia assentado 700 famílias da 1º etapa, no ano de 1986 restando de acordo com um mapeamento preliminar realizado pela entidade 200 famílias pertencentes a 2º etapa, mas na análise documental foi

possível identificar documento de reivindicações solicitando assentamento de famílias da 2º e 3º etapas.

A segunda grande conquista (e a mais importante) foi o reassentamento, isto é, o movimento sindical conseguiu que outra terra fosse providenciada para que os trabalhadores rurais atingidos (proprietários e posseiros) fossem reassentados. A terra, inclusive, foi escolhida pelo movimento sindical, cabendo em média 10 tarefas (pouco mais de 4 hectares) para cada um. Essa terra foi cedida com casas e cercas. Já foram reassentadas 650 famílias, havendo ainda umas 150 que não estão ainda definidas (integraram a 2º cota). (Arquivo CATRUFs. 31/03/1985).

O reassentamento das famílias foi uma conquista muito importante, mas além do reassentamento estavam entre as reivindicações dos trabalhadores a autorização para a pesca, que estava proibida, perfuração de poços, instalação de energia elétrica e construção de casas. Essas e outras reivindicações eram pensadas coletivamente e levadas para debate numa reunião que ocorria mensalmente, entre representantes dos trabalhadores, do governo do estado e da DESENVALE.

Foram muitos momentos de enfrentamento, manifestações e denúncias para que tudo que fosse combinado durante as reuniões fossem cumpridos, a partir da unificação entre sindicatos e entidades representativas, a classe trabalhadora sai vitoriosa e a organização sindical rural fortalecida. Em relação ao reassentamento das famílias da 2º etapa Oliveira disserta.

Retomou-se a luta da Barragem Pedra do Cavalo com manifestações públicas em Feira de Santana e Salvador, conseguindo-se, junto ao governo do estado, a compra de mais 700 tarefas de terras (300 Hectares) para reassentamento das famílias incluídas na segunda etapa dos trabalhadores atingidos pela Barragem com a respectiva construção das casas da Gameleirinha. (OLIVEIRA,1997, P.18).

Essa etapa de reassentamento das famílias atingidas ocorreu sob muita pressão ao governo do estado, nesse período a responsabilidade com as famílias atingidas tinha sido passada para a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR.

Ao entrevistar o agricultor José Caciano Pereira que atuou na direção do polo sindical e no STR Feira, perguntamos sobre marcos importantes em sua gestão no sindicato, e o agricultor nos responde que “O Polo foi um dos instrumentos que a gente aprendeu a enfrentar qualquer prefeito, qualquer governador”. A fala do agricultor reafirma a importância da criação do polo sindical, e está em conformidade com um depoimento que um agricultor reassentado concedeu entrevista para pesquisa de Oliveira.

"No início ninguém acreditava que aquelas reuniões serviam de nada. Eu mesmo ia pras reuniões da DESENVALE, ia pras reuniões do Sindicato, e só ficava escutando os outros falarem. Depois eu entendi, e outros também, que a luta era da gente, que a gente devia mesmo lutar pelo que é nosso, e tal, hoje, cada um com o seu pedaço de chão. Mas quem lutou ganhou, e quem não lutou, lutou contra nós, também ganhou, e eu acho isso meio errado"(OLIVEIRA,1997,p.186)

A fala do agricultor reafirma quanto esse momento momento de mobilizações e persistência ensinou, que os trabalhadores rurais unificados e organizados poderiam pressionar as diversas estruturas governamentais, inclusive a conquista de reparação e justiça social junto ao estado.

Figura 13 Festa de 1º de Maio com Participação de Sindicatos da Região



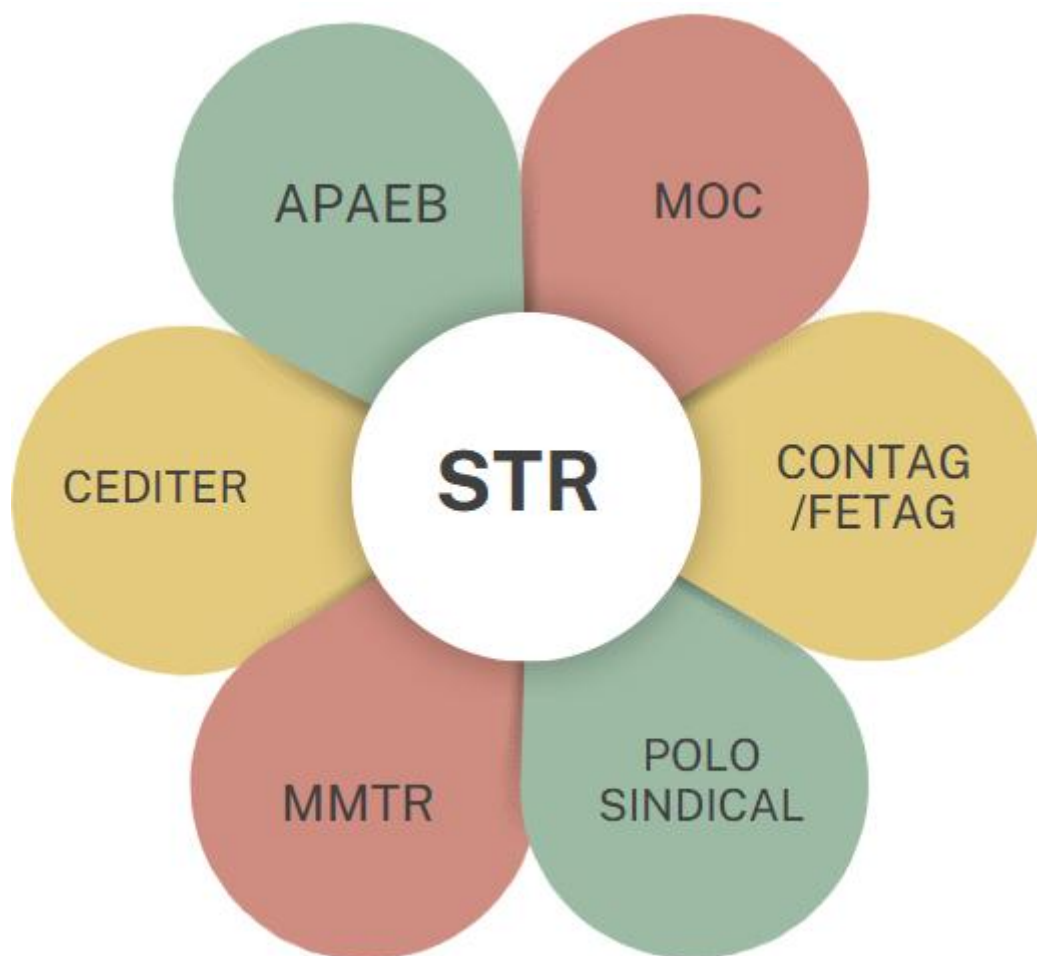
Fonte: Arquivo CATRUFs

Ao longo do tempo as pautas do Polo Sindical foram se ampliando e os sindicatos de outros municípios ao reconhecer a importância da organização coletiva foram se aproximando, alguns sindicatos após sanarem o problema que tinham em comum, a barragem, foram se desfilando do CATRUFs. Mas a luta do polo sindical não se resumiu à luta da barragem, e na década de 1990 até os dias atuais, segue travando importantes lutas na defesa dos Agricultores Familiares, e fortalecendo a formação, luta e organização sindical.

A criação, organização e fortalecimento do Polo Sindical foi fundamental para a luta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, mobilizações, manifestações, conselhos, debate conjuntural e diversas outras ações passaram a ser debatidas a nível regional. Além do CATRUFs, outros grupos de entidades foram fundamentais no processo de retomada,

organização e emancipação do STR.

Figura 14 As Instituições que contribuíram na consolidação do STR Feira de Santana



Fonte: Pesquisadora(2025)

A Figura 10 é inspirada no diagrama de Venn²⁰ e com ela buscamos apresentar às entidades que foram fundamentais no processo de formação histórica do sindicato, em alguns momentos assumindo o protagonismo na formação política dos agricultores, oferecendo assessoria jurídica, técnica ou possibilitando os processos de comercialização, ações que

²⁰ Maneira gráfica de apresentar conjuntos. instrumento bastante utilizado em diagnósticos rurais participativos, para pensar as organizações que estão próximas e fortalecem o grupo pesquisado.

construíram um sindicato forte, autônomo e combativo.

O Movimento de Organização Comunitária (MOC) é uma organização não governamental com atuação histórica em Feira de Santana, região e alguns municípios da Bahia. Fundado pelo padre Albertino Carneiro, a entidade tem direcionado sua atuação com objetivo de fortalecer organizações sociais promovendo um desenvolvimento sustentável de comunidades rurais, o MOC tem se destacado historicamente por sua atuação junto a agricultores familiares, mulheres, jovens e crianças. Com ações voltadas para organização e fortalecimento comunitário através de ações que promovam a educação contextualizada, convivência com o semiárido, segurança alimentar e economia solidária, o MOC ao longo de sua história tem contruído processos participativos que buscam garantir direitos e fortalecer os sujeitos do campo. Ao longo dos anos, tem sido um parceiro fundamental do SINTRAF, contribuído nas mobilizações, na construção de propostas de políticas públicas voltadas para as populações do Campo.

A CONTAG e a FETAG-BA desempenham um papel central na organização do sindicalismo rural no Brasil e no estado. Com origem ligada à luta por direitos trabalhistas, acesso à terra, previdência social e políticas públicas para o campo, essas entidades têm atuado como articuladoras das pautas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em nível nacional e estadual. A FETAG, filiada à CONTAG, representa os sindicatos rurais baianos e promove ações de formação, mobilização e incidência política. Ambas as entidades foram fundamentais na consolidação do SINTRAF e em conquistas históricas para a agricultura familiar, embora o o sindicato tenha migrado para contribuir na fundação da FETRAF, as duas entidades continuam presentes nos processos de resistência, defesa de direitos e construção de alternativas para o fortalecimento do campo.

O Polo Sindical de Feira de Santana foi uma entidade criada pelos sindicatos rurais da região com o objetivo de se organizarem politicamente diante dos impactos provocados pela construção da barragem de Pedra do Cavalo. Surgindo como resposta à necessidade de articulação e força coletiva, o Polo se consolidou como um espaço estratégico de mobilização e enfrentamento às autoridades municipais, estaduais e à própria estrutura do Estado. Sua atuação foi fundamental não apenas no processo de luta por reassentamento e reparação das famílias atingidas, mas também no fortalecimento da organização sindical em Feira de Santana e em diversos municípios do entorno. A experiência acumulada nesse período reforçou a consciência política dos trabalhadores rurais e mostrou que, através da unidade e da organização, era possível conquistar direitos e enfrentar os poderes constituídos.

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) teve um papel decisivo na

organização e formação política das trabalhadoras rurais de Feira de Santana. Em um contexto marcado pela forte presença masculina nos espaços de poder, o MMTR foi fundamental para fortalecer a consciência de gênero no campo e construir bases sólidas de atuação coletiva. Por meio de encontros, formações e mobilizações, o movimento contribuiu para que as mulheres trabalhadoras rurais passassem a disputar espaços historicamente negados a elas, como a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana. A atuação do MMTR não apenas ampliou a participação das mulheres nas decisões políticas e sindicais, mas também reafirmou a luta por igualdade e reconhecimento dentro das organizações do campo.

A Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER) foi uma das entidades que atuaram diretamente no apoio aos trabalhadores e trabalhadoras rurais atingidos pela barragem de Pedra do Cavalo. Com uma proposta baseada na justiça social e na defesa dos direitos humanos, a CEDITER teve presença marcante nas mobilizações, contribuindo de forma significativa para o fortalecimento político do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana. Sua atuação junto às comunidades atingidas se deu por meio de ações formativas, articulação e apoio jurídico, reforçando a importância da solidariedade e do diálogo ecumênico nas lutas do campo. Ao lado de outras organizações, a CEDITER foi peça importante na construção de uma resistência coletiva frente às violações sofridas historicamente pelo povo do campo.

Dentre as entidades que contribuíram de forma decisiva para a organização política e produtiva dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, destaca-se a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB). Fruto de uma mobilização iniciada por agricultores insatisfeitos, a APAEB surge como resposta coletiva a uma série de desafios enfrentados pela agricultura familiar, articulando a luta por direitos com a busca por alternativas viáveis de comercialização. Com apoio do MOC e protagonismo dos próprios camponeses, a entidade construiu um modelo de organização que ultrapassou os limites de Serrinha e, anos depois, chegou a Feira de Santana, marcando um novo momento na trajetória das lutas do campo e se conectando diretamente com a renovação sindical.

3.2.1A FUNDAÇÃO DA APAEB

Dentre essas entidades, está a Associação dos Pequenos Agricultores do estado da Bahia (APAEB), fundada em julho de 1980. Oliveira(1997) traz que a entidade surge enquanto resultado de uma mobilização iniciada em 1978, por agricultores que estavam se sentindo

prejudicados por contas da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadoria - ICM. Com apoio fundamental do MOC, esse problema serviu de mola propulsora para realizações de encontros, que tratam da problemática relacionada à comercialização, mas de muitas outras questões que atravessavam a dinâmica dos agricultores. Oliveira (1997) afirma, que em uma dessas atividades realizadas no município de Serrinha um agricultor dá a sugestão da criação de uma cooperativa só de “pequenos” agricultores, sugestão acatada com bom ânimo, mas ao consultarem a legislação descobriram a impossibilidade da criação de uma cooperativa só de “pequenos”.

Após realizar-se um estudo jurídico sobre as possibilidades legais de uma Associação Civil atuar no campo da comercialização, cuja conclusão foi positiva, os camponeses passaram a discutir às questões como forma de funcionamento, objetivos, direitos e deveres dos associados e t c, resultando na fundação da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) em 02. 07. 1980 (Oliveira, 2007, p.165).

Essa iniciativa fortaleceu o processo produtivo dos agricultores, não só no financeiro e na organização coletiva para enfrentar a estrutura imposta pelo capital, mas também na mudança na dinâmica da produção. Oliveira(1997) aponta que os agricultores reduziram consideravelmente a utilização de arado mecânico, a utilização de sementes de meia, o índice de trabalho de ganho e aumentaram o volume da produção, a exemplo da cultura do milho.

Oliveira ainda destaca que a APAEB, inicialmente, era desacreditada pelos sindicatos, principalmente os que ainda contavam com representações dos fazendeiros nas direções. Contudo, à medida que essas direções foram sendo ocupadas por representantes dos trabalhadores rurais, essa relação foi se estreitando. Parafraseando um agricultor, Oliveira descreve o sindicato e a APAEB como “dois frutos da mesma árvore”.

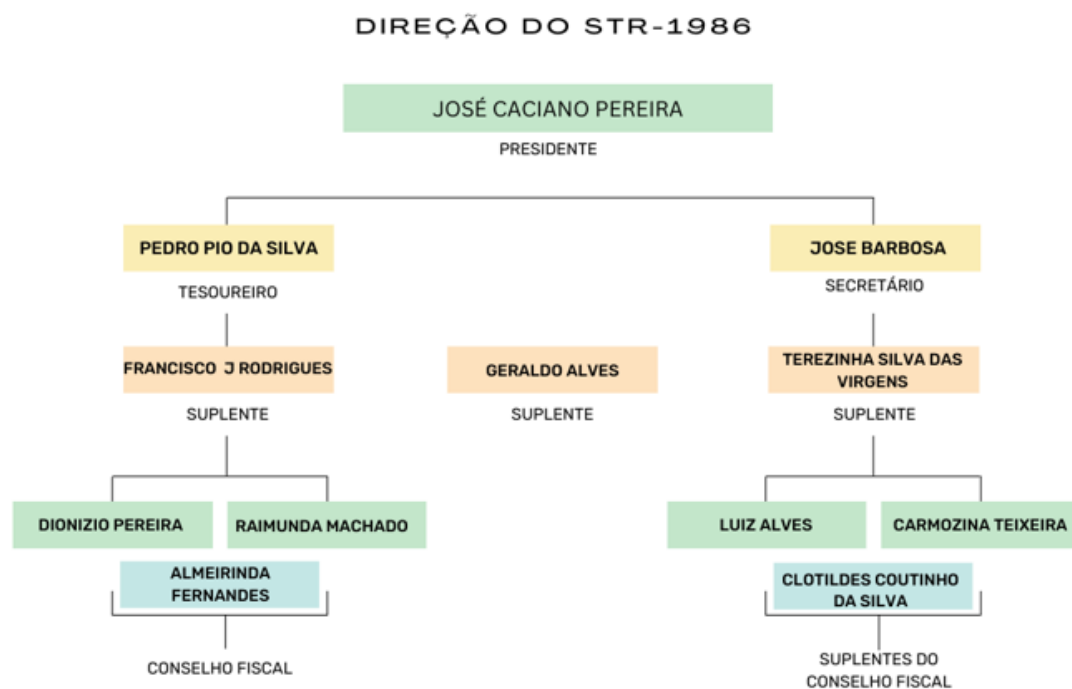
A entidade funcionava de forma centralizada e ficava no município de Serrinha. Contudo, uma assembleia realizada na década de 1990 aprovou a municipalização da APAEB, e, no ano de 1995, foi fundada a APAEB Feira de Santana.

O mandato de Dionízio Pereira na direção do STR simboliza a retomada, por parte da classe trabalhadora, de um espaço historicamente seu. Sua gestão foi marcada por importantes conquistas, desde a luta pelo reassentamento das famílias atingidas pela barragem de Pedra do Cavalo até o fortalecimento da organização sindical no campo. Dionízio também se destacou na luta pela terra da fazenda Candéal e contribuiu significativamente para a consolidação de uma gestão participativa e eficaz no sindicato durante o triênio de seu mandato.

Sua atuação criou bases sólidas para a sucessão sindical, participou da construção do Polo Sindical da Região de Feira de Santana, contribuiu na organização da APAEB e integrou a

direção do SICOOB Feira, cooperativa de crédito criada por trabalhadores rurais do município. Esse conjunto de ações pavimentou o caminho para novas lideranças e para o aprofundamento da participação popular nas decisões do campo. No ano de 1986, o agricultor José Caciano Pereira da Silva, homem negro e morador da comunidade de Lagoa Grande — reconhecida como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares em 3 de maio de 2007 — assume a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana. Um dos marcos históricos da chapa liderada por Caciano, que saiu vitoriosa naquele pleito, foi a significativa participação de mulheres em sua composição

Figura 15 Direção do STR de Feira de Santana, em 1986



Fonte: Pesquisadora(2025)

Ações muito importantes ocorreram na gestão de Cassiano, dentre elas, os primeiros debates sobre a fundação das delegacias, na oportunidade Caciano viaja para Santarém-PA para conhecer as experiências das implantações das delegacias. A experiência funcionou como intercâmbio, e lideranças do Pará vieram contribuir na organização das delegacias do STR feira. Conforme descrito na ata da assembleia deliberativa do Sindicato, inicialmente seriam fundadas

nove delegacias, sendo ela em Lagoa grande, Matinha, Pitiá²¹, Lagoa Salgada, Venda Nova, Jenipapo I, Santa Cruz, Olhos D'água da Formiga, e Bravo. Para fundação das delegacias tem-se a necessidade de eleger delegados que atuarão nas comunidades, para isso é lavrada uma ata de abertura da delegacia, nela é registrada as ações da delegacia. Elas funcionam como núcleos de mobilização, formação, organização e também como pontos de cobrança da mensalidade sindical.

A gestão de Caciano intensificou os processos formativos para a organização das mulheres, posteriormente essa organização resultou na criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), no município de Feira de Santana. Oliveira (2007) reforça que foi na gestão de Caciano que se intensificaram as manifestações na luta por medidas que amenizassem os impactos causados pela seca, que tinha dentre as principais reivindicações a criação de frentes de trabalho, doação de cestas básicas, abastecimento de água nas comunidades rurais via carros pipas, distribuição de sementes para os agricultores, além do direito de manifestar-se livremente.

Seguindo o modelo da gestão anterior, o agricultor que agora presidia o sindicato, fez de sua gestão combativa, trazendo à pauta da reforma agrária, e educação para jovens e adultos camponeses prioridade. Para conseguir colocar na agenda política as reivindicações dos trabalhadores rurais, a direção do sindicato se organizou enquanto caravana e foram até Brasília pressionar parlamentares a aprovarem suas reivindicações durante a votação da constituinte de 1988, que ocorreu no ano subsequente.

3.3 A SUPERAÇÃO DO COMBATE À SECA, E A LUTA POR POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

As questões relacionadas à seca sempre estiveram na centralidade da luta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e essa problemática relacionada ao clima está no cotidiano da realidade enfrentada por toda a região Nordeste do país. O historiador Joaquim Alves (1982), apud Silva (2006), aponta que os primeiros registros de seca na região Nordeste do país datam de 1587, destacando um relato de Fernão Cardin sobre a fuga de indígenas do sertão em direção ao litoral. Esse movimento era em busca de alimentos, fator que chamou a atenção dos colonizadores pela grande quantidade de migrantes indígenas.

Silva(2006) ainda ressalta que a realidade da seca colocava os indígenas que viviam nas

²¹ Delegacia localizada no município de Coração de Maria. Aos agricultores do município eram atendidos pelo sindicato de Feira.

regiões atingidas em condições nômades. O autor destaca que, ainda no período colonial, a seca só passa a ser pautada como problema quando ocorre a disseminação da população branca no sertão, que começa a sofrer, causando prejuízo aos colonizadores e à expansão pecuária bovina. As medidas tomadas pela Coroa eram paliativas e superficiais. Mesmo com o fim da colonização, durante o Primeiro Reinado, as ações governamentais seguiam a mesma linha de atuação. Silva aponta que a ajuda só chegava após muitos pedidos das províncias. A distribuição de alimentos foi uma medida adotada até o período Regencial, quando o Império fez a liberação de recursos para a abertura de poços.

Ações dessa natureza continuaram sendo realizadas, mas todas as iniciativas serviam para a manutenção e o fortalecimento dos grandes proprietários.

Quando se trata da institucionalização do combate à seca, Silva (2006) traz que ocorre a partir da criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas -IOCS, o autor aponta como um órgão que tinha importante capacidade técnica e que trouxe importantes contribuições na pesquisa sobre o Nordeste Brasileiro, mas destaca que o estudo das condições físicas desconectadas da realidade social traria pouco avanço na realidade da população sertaneja. As ações governamentais de combate à seca são apontadas por Batista e Campos da seguinte forma.

O combate à seca, baseado em instrumentos das famigeradas frentes de trabalho como os carros-pipa, a escavação de açudes em terras dos mais ricos e ações que mantinham uns cada vez mais ricos às custas da maioria pobre e miserável, forma a base da indústria da seca. Esta estratégia gerou a concentração da terra, da água, do saber, do poder e o aumento crescente da fome e da miséria no Semiárido (Batista; Campos, 2013, p. 53)

Para os autores essas iniciativas serviam para manutenção do enriquecimento, concentração de terras, da água e do saber e consecutivamente a concentração de rendas na mão de poucos, ressaltando que as políticas voltadas para realização de grandes obras era para assistir aos mais ricos, e tinham vínculo com projetos assistencialistas, ações que pareciam atos de bondade mas que serviam para a manutenção do poder da classe dominante, dentre estes instrumentos o voto de cabresto. Essa política de combate à seca atravessa diretamente as questões do STR, e a mobilização política dos trabalhadores passa a cobrar solução para um problema que parecia não ter fim.

A construção de frustração e fracasso das políticas de combate à seca e de modernização econômica conservadora justificam a necessidade de construção de alternativas de desenvolvimento para o Semi-árido. Nesse contexto, novos atores sociais passam a defender alternativas baseadas na sustentabilidade do desenvolvimento, disputando os processos de

formulação de políticas públicas para o Semiárido (Silva, 2006).

Deixar de combater a seca e buscar alternativas de convivência com o Semi Árido tornou-se um divisor de águas na vida do movimento sindical rural, que serviu de facilitador para aplicação das ações assistencialistas governamentais, a exemplo das frentes de trabalho distribuições de cestas básicas, agora se firmou enquanto entidade representativa com importante poder de mobilização de base que construiu junto com Ongs, a Articulação do semi Árido-ASA²² e demais organizações do campo as estratégias de convivência com o semiárido.

Conviver com o Semiárido significa viver, produzir e desenvolver-se, não dentro de uma mentalidade que valoriza e promove a concentração de bens, mas sim enfatiza a partilha, a justiça e a equidade, querendo bem à natureza e cuidando de sua conservação. Conviver com o Semiárido não significa apenas empregar Autonomia e Protagonismo Social tecnologias diferentes, quer sejam baratas ou caras. Significa abraçar uma proposta de desenvolvimento que afirma ser o semiárido viável, ser o seu povo inteligente e capaz, ser a natureza do semiárido rica e possível, desde que os seres humanos com ela se relacionem de modo respeitoso e que haja políticas públicas adequadas (Batista; Campos, 2013, p. 53).

A convivência com o semiárido está diretamente ligada aos programas sociais e a efetivação de políticas públicas estruturantes, não é sobre mudar um clima, mas organização sociopolítica da convivência com as adversidades do clima da região Nordeste. Para tanto Batista e Campos(2013) elencam como estratégias fundamentais de convivência com o semiárido a reforma agrária, o plantio de culturas e criação de animais adequados à bioma caatinga, o armazenamento adequado de água para consumo e para produção, através das cisternas específicas para cada finalidade, possibilitar o acesso a crédito, potencializando as experiências de crédito comunitários, criação de política pública para partilha justa da água, realização de trabalho educativo sobre conservação do solo e biodiversidade, garantir políticas e assistência técnica, evitar grandes obras com finalidade de concentrar dinheiro na mão de poucos, organização dos ciclos produtivos respeitando os princípios agroecológicos. Os autores destacam ainda que dentre os elementos chave para convivência com o semiárido está o armazenamento de alimentação para os animais, e exemplifica algumas técnicas importantes, como a silagem , feno cultivo de plantas forrageiras, plantas resistentes e a criação de bancos de sementes.

Essas estratégias ganham força no Brasil a partir dos anos 2000, com a implementação de um conjunto de políticas públicas voltadas para o semiárido, especialmente nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003–2016). Programas como o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), voltado para o acesso à água potável, e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2),

²² ASA- Uma rede formada que conta com a participação de aproximadamente mil organizações da sociedade civil , que atuam na construção e desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida.

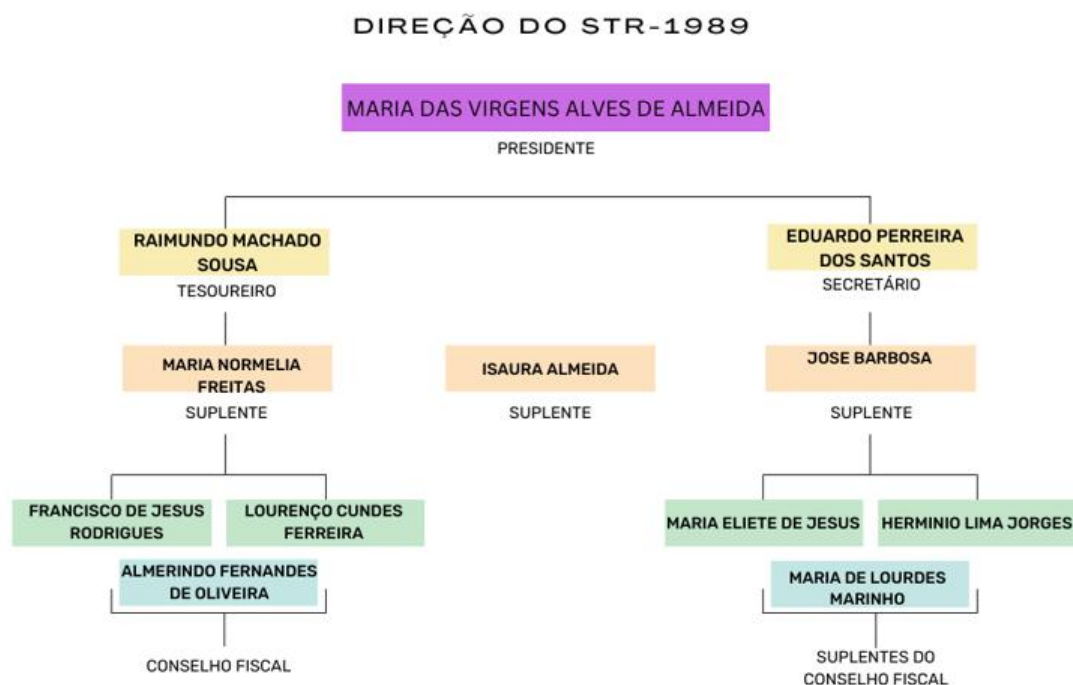
focado na produção, foram estruturantes nesse processo. Ações como a instalação de cisternas escolares, cisternas de produção, barreiros trincheira, calçadões, bombas d'água populares, entre outras tecnologias sociais desenvolvidas em diálogo com as comunidades, foram essenciais para garantir segurança hídrica e alimentar. Essas políticas, articuladas a programas de transferência de renda e fortalecimento da agricultura familiar, tiveram impacto direto na redução da fome, na ampliação da cidadania e no enraizamento de uma cultura de resistência e autonomia no semiárido, transformando a lógica do combate à seca em convivência com o clima semiárido.

4. O PAPEL DO SINDICATO NA FORMAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES FEIRENSES: A DINÂMICA NA ORGANIZAÇÃO DE SUA BASE

Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher... Porque a luta não é só dos companheiros... participando sem medo de ser mulher. (Movimento de Mulheres)

Em 28 de Janeiro de 1989, Maria das Virgens de Almeida é eleita presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana. Ninha da Matinha, como era conhecida, mulher negra, quilombola, nascida na comunidade de Matinha dos Pretos, ela foi a primeira mulher a presidir o sindicato dos trabalhadores rurais de Feira, e, uma das primeiras da Bahia, a chegada de Ninha a presciência do sindicato simbolizada a vitória da mulheres trabalhadoras rurais Feirenses, que por muitos anos foram impedida de participar da organização sindical.

Figura 16 Direção do STR de Feira de Santana, em 1989



Fonte: Pesquisadora(2025)

É importante destacar que a chegada da quilombola à liderança do sindicato não ocorreu de forma repentina, mas é também fruto de um movimento que estava se fortalecendo no nordeste, e tomando os debates dos eventos sindicais nacionais, que era a ampliação da participação de mulheres nas organizações sindicais.

Esse debate começa a surgir com mais força a partir do nascimento de uma organização de trabalhadoras rurais no estado do Pernambuco, que posteriormente virou Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais-MMTR, essas trabalhadoras eram assistidas pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e agricultoras Familiares do Estado do Pernambuco - FETRAP. A entidade tinha como assessora a Vanete Almeida²³, quem em suas atividades junto a instituição identificam a necessidade de realizar um trabalho com a mulheres, ao dar início as

²³ Vanete Almeida não era trabalhadora rural e não começou seu envolvimento com o movimento sindical por conta de questões específicas de mulheres. No fim da década de 70 e início da década de 80, Vanete atuava junto a setores da Igreja Católica, é conhecida como uma liderança local, acaba sendo convidada por Euclides Almeida Nascimento, ex-presidente e na época diretor da Fetape, para realizar um trabalho de organização sindical na região tornando-se assessora da Fetape no Pólo Sertão Central. (Bordalo 2011)

reuniões nos grupos de mulheres começam a surgir problemas em comum, e na centralidade da pauta reivindicativa a exclusão das mulheres nos contratos para trabalhar nas frentes de serviço, a reivindicação ganhou fôlego, e as mulheres pernambucanas tencionaram até a conquistar o direito. Mas outras lutas seguiam na direção do grupo de mulheres que decidiram cobrar por direitos, dentre esses estava a sindicalização, direito também conquistado, mas pautar nacionalmente um movimento específico de mulheres não foi um exercício fácil, e a proposta sofreu resistência dentro de importantes eventos de organizações sindicais, mas as mulheres resistiram e em 1991 cria a comissão estadual de Mulheres rurais, que passa a pautar cota de participação feminina e ampliar o movimento em defesa da difusão nacional do MMTR.

A tese, defendida por Maria Lima Ferreira de Souza (Dona Lia), única mulher presidente de sindicato em Pernambuco naquela época, foi aprovada por unanimidade. Tinha como objetivo criar um mecanismo de pressão para com os STRs e federações, uma vez que a tese constava agora nos anais do IV Congresso Nacional. De forma sucinta, podemos observar que desde então, a aplicação efetiva da cota se tornou uma das principais bandeiras do MMTR-Sertão Central. Campanhas para a associação das mulheres e, sobretudo, pela qualificação da sua participação nos sindicatos, uma vez que muitas vezes elas ocupam cargos de suplência ou de secretarias, tornaram-se o foco da atuação do movimento (Bordalo, 2011, p.124).

As ações do MMTR impactam de forma direta a dinâmica do STR Feira, que por sua vez, amplia o debate da participação feminina na gestão de Caciano, elege Ninha da Matinha Presidenta do STR, criam e fortalecem o MMTR do município de Feira de Santana. E com quatro meses de gestão, Ninha já pautava a luta das mulheres, em uma assembleia realizada em 29 de maio de 1989 já estava pautando os nomes das mulheres que participaram do congresso realizado pela FETAG, no mês de julho daquele ano.

A gestão da agricultora se destacou pela conquista de algumas lutas, ampliação de atuação do sindicato nas comunidades rurais, mas diferente dos presidentes anteriores, que prioritariamente lidavam com organização e mobilização sindical na base, Ninha tinha mais alguns acréscimos de luta. A eleição de Ninha repercutiu de forma preconceituosa do município e, a agricultura, além da luta na organização sindical, teve que travar uma guerra contra o machismo, racismo e intolerância religiosa.

Figura 17 Repercussão da Eleição de Ninha do STR de Feira de Santana 1989



Fonte:(SANTOS, 2008): Reportagem de 6 de janeiro de 1989 do Jornal Feira Hoje

A Figura 18 apresenta um recorte do jornal Feira hoje, a matéria destacava a eleição de uma mulher para o sindicato dos trabalhadores rurais. Ainda na mesma semana o mesmo jornal vinculava a matéria que tratava da quebra de tabu que era uma mulher ocupar esse espaço corriqueiramente ocupado por homens.

Figura 18 Repercussão nos jornais Ninha na presidência 1989



Fonte: (SANTOS, 2008) Reportagem do dia 8 de janeiro de 1989 do Jornal Feira Hoje)

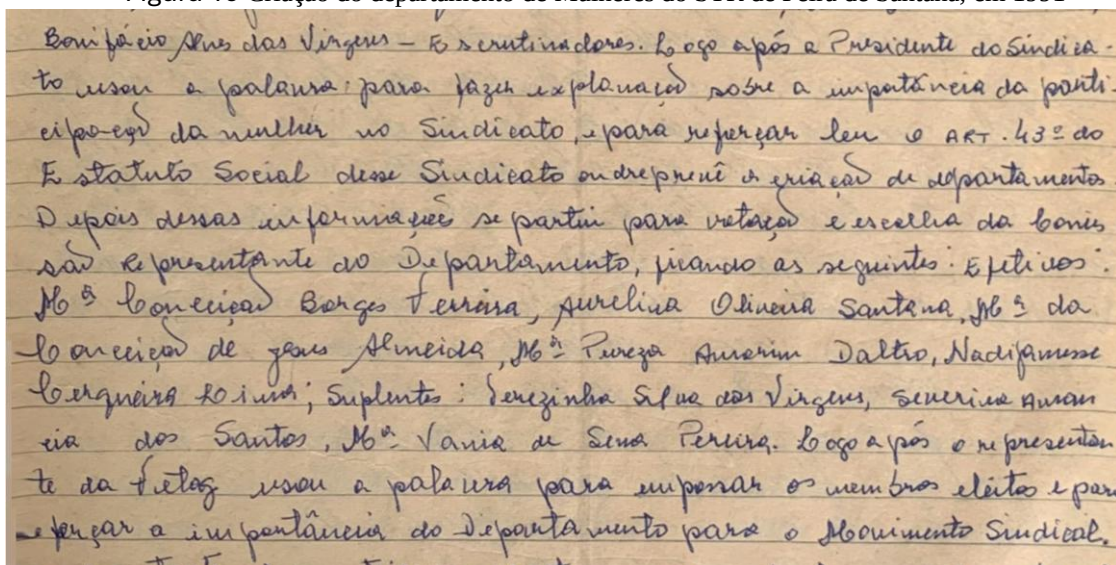
Uma mulher, negra rural e evangélica ousou sentar-se na cadeira da presidência do sindicato e fazer história, construindo caminhos para que muitas mulheres rurais acessassem direitos básicos e ousassem sonhar e realizar seus sonhos. A eleição de Ninha para presidência do sindicato, foi classificada por Maria Conceição Borges durante a entrevista concedida para pesquisa, como um marco muito importante na história do sindicato. Conceição comenta que em programa de rádio vinculado na época da eleição de Ninha questionaram “como se coloca uma mulher preta e protestante para ser presidente do sindicato?”. O comentário mencionado por Conceição foi feito por um Frei, conhecido e muito respeitado do município. Para SANTOS (2008), isso pode ser reflexo da disputa de poder, e controle das instituições por parte da Igreja Católica, que foi muito intensa nas décadas de 1980 e 1990, mas o que não pode deixar de ser evidenciado é o quanto Ninha foi vítima de racismo, misoginia e intolerância religiosa .

A direção do sindicato não recuou, nem se intimidou, e seguiram pautando políticas que amenizassem os impactos da seca; a direção também ampliou o apoio ao movimento de

mulheres, as ações dessa gestão é descrita por Conceição Borges como um marco, ela diz “outra coisa importante, foi a entrada de Ninha no sindicato, e abre o estatuto para cumprir um parágrafo importante, que é organizar o departamento de mulheres” Conceição afirma que a partir da organização desse departamento a mulher passou ter vez e voz.

No mandato de Ninha(1989-1991) se intensificar manifestações e movimentos de resistência, realizando mobilizações em Salvador para pressionar o governo em relação a situação de fome que se encontrava no campo feirense, situação agravada pela seca, também foi na gestão da agricultora à retomada do debate de compra de terras para assentamento dos atingidos da barragem Pedra do Cavalo da 2º etapa, e o movimento de filiação do STR a CUT. A gestão de Ninha foi cercada de desafios, mas principalmente de conquistas incalculáveis, abrindo espaço para eleição de mais um companheiro de luta em defesa dos trabalhadores rurais, e no finalzinho do seu mandato, Ninha, funda 07/12/1991 o departamento de mulheres, ação que mudou historicamente a dinâmica do sindicato, ali institucionalmente era liquidados o sindicato que não tinha espaço para as mulheres.

Figura 19 Criação do departamento de Mulheres do STR de Feira de Santana, em 1991



Fonte: Ata SINTRAF

Acessaram o sindicato através do departamento de mulheres lideranças que se destacaram e deram importantes contribuições para o movimento sindical feirense e as organizações sociais do campo, a exemplo de Conceição Borges, Maria Pureza, Aurelina, Nadja Messe e Severina.

Figura 20 Reunião da Organização de Mulheres do STR de Feira de Santana



Fonte: Arquivo CATRUFs

As agricultoras estavam comprometidas com a luta em defesa dos trabalhadores rurais, e principalmente em defesa da mulher rural, que historicamente teve sua participação nas organizações políticas vetadas. O departamento de mulheres simbolizou a luta, resiliência, mas também uma instituição que resgatou muitas mulheres das condições de abuso, agressão, máximo, um movimento que passou para levar para nossa base formação política, e mostrar para as mulheres rurais, que elas são sujeitos de direito.

Em 28 de Janeiro de 1992, chega à Presidência do sindicato o agricultor, Lourenço Cundes Ferreira, homem negro, morador da comunidade de Ovo da Ema, na gestão do agricultor a presença e participação das mulheres eram intensas.

Figura 21 Direção do STR de Feira de Santana, em 1992



Fonte: Pesquisadora(2025)

Na gestão em que o Agricultor Lourenço preside o sindicato, já tem uma composição da direção com secretarias específicas, as atuações e intervenções nas comunidades eram decididas no coletivo mas as secretarias tinham uma ação mais direcionada, podendo trazer demandas específicas de cada área, intensificando as mobilizações dos agricultores em busca de políticas públicas. Essas políticas são ações governamentais que garantam à população direitos básicos em múltiplas áreas, como saúde, educação e lazer, ainda sobre, Saraiva e Ferrarezi(2006,p.31) abordam que as políticas públicas são influenciadas, a partir da sua incorporação ao elenco de ações setoriais do governo, pelas contingências que afetam a dinâmica estatal e pelas modificações que a teoria sofre como consequência. O Sindicato se manteve ativo na busca por políticas públicas estruturantes para o meio rural, e para tanto buscava unificar junto as agendas nacionais de lutas.

Durante a gestão de Lourenço à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, três grandes mobilizações marcaram a atuação da entidade. Dentre elas, destaca-se a

participação do sindicato em duas ocupações realizadas nas sedes da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), uma na Bahia e outra em Recife, Pernambuco. Essas ações tiveram como principal objetivo pressionar o governo federal para a ampliação das políticas emergenciais voltadas ao campo, como a criação de frentes de trabalho e o envio de cestas básicas para as comunidades atingidas pela seca. Segundo relatos de Conceição Borges, os agricultores chegaram a ocupar as instalações da superintendência, realizaram greve de fome e impediram a saída dos servidores até que o então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, aceitasse receber uma comissão de trabalhadores. As ocupações evidenciaram a ampliação das estratégias de luta diante da omissão do Estado e a força da mobilização sindical no enfrentamento das desigualdades no campo.

Conceição segue afirmando

ACM era tido como terror... nós cantamos, a Luta vai ser tão difícil, na lei ou na marra nós vamos ganhar. Quando foi sete horas da noite, a assessoria dele liga, diz que ele receberia 10 pessoas[...] aí foi Ninha, Dete, Zé de Anguera, Zilda de Serrinha, Fatima de Santo Estevão. Aí chegou na mesa de negociação, ele assumiu essa negociação, para vir frente de trabalho.

Nesse depoimento Conceição relembra como foi o processo de ocupação na SUDENE e as conquistas, e o enfrentamento que faziam ao governo da época, ela ainda ressalta que essas atividades sempre foram com passividade, sem violência, esses momentos sempre eram acompanhados de muitos cânticos de resistência.

1º Grito da Terra Brasil Também acontece na gestão de Lourenço, esse evento é uma mobilização nacional de caráter reivindicatório, promovida pela CONTAG e FETAGs. A mobilização entrou no calendário de lutas da classe trabalhadora e contabiliza algumas conquistas para os trabalhadores rurais.

Desde a retomada da direção do sindicato pelos trabalhadores, todas gestões passadas pela entidade intensificaram manifestações, através de ofícios, mobilizações, passeatas e denúncia na imprensa, solicitando do estado adesão de medidas que amenizassem os impactos da seca, mas poucas atitudes foram tomadas. Nos ofícios enviados para entidades parceiras, na intenção de mobilizar recursos para ajudar a custear a marcha, ler-se um trecho da contextualização do movimento.

Nós sabemos que a situação de fome e pobreza enfrentada pelo homem do campo não é por acaso. É o resultado da política dos governos estadual e federal que não tem compromisso com o povo, mas, sim, com o latifúndio, as grandes empresas e multinacionais. Para responder aos desafios lançados por esses governos, para denunciar e reivindicar os nossos direitos, é que este ano, as entidades nacionais

(CUT, CONTAG, MST, COIAB, MAB, CPTE, CMI, Movimento das mulheres agricultoras, Pró-central de movimentos populares, etc.) se uniram e reforçaram as jornadas de luta a nível nacional. Como fruto dessa discussão viu-se a importância da criação de fóruns estaduais como instrumento decisivos para o êxito das campanhas.

A redação inicial do documento do pedido de apoio era para contextualizar os encaminhamentos nacionais e como essas mobilizações se apresentaram na Bahia, onde houve a criação de um comando de apoio a realização das jornadas de mobilização. A primeira jornada aconteceu na cidade de Salvador entre 27 e 30 de abril do ano de 1992, contou com a participação de aproximadamente 500 trabalhadores rurais que ocuparam a assembleia legislativa, os trabalhadores foram recebidos pela truculência da polícia militar, mas no texto do documento analisado avaliam que a recepção violenta serviu enquanto instrumento de denúncia classificado como: “tiveram que enfrentar a violência da polícia, para ter, como ganho, além de desmascarar diante da opinião pública o atual governo, a necessidade de ACM ter de aceitar agendar audiência com o movimento dos trabalhadores”, a pressão na Bahia fez com que o governador aceitasse receber os trabalhadores rurais e agendasse audiência, mas a programação de mobilizações seguia conforme deliberado nacionalmente.

Figura 221° e a Caravana da Cidadania em Feira de Santana

1.º de Maio
DIA INTERNACIONAL DE LUTA DA CLASSE TRABALHADORA

Este ano, o 1.º de maio em Feira de Santana, contará com a presença da **CARAVANA DA CIDADANIA** contra a fome.

Estarão presentes: **Luiz Inácio Lula da Silva (LULA)**, **Jair Meneguelli**, e outras lideranças sindicais, populares e partidárias, além de artistas da terra e outras entidades culturais.

Às 08:00 hs. - Na Comunidade Rural do Socorro
Às 10:00 hs. - No Bairro da Rua Nova Praça da Feirinha
À partir das 13:00 hs. no estacionamento da Getúlio Vargas.

A cada dia, a classe trabalhadora brasileira, enfrenta o rebaixamento das suas condições de vida, aumentando ainda mais a fome, a miséria, o desemprego, fruto da ganância dos patrões e de uma política econômica do governo, subordinado aos interesses do FMI.

Precisamos nos mobilizar e lutar: **Contra a FOME**, em defesa do **EMPREGO** e **SALÁRIO**, pela **REFORMA AGRÁRIA** e contra a **PRIVATIZAÇÃO** das **ESTATAIS**.

CUT - Movimento Popular - Sindicatos Rurais e Urbanos - Partidos Políticos

Foi um ano de importantes mobilizações e Feira de Santana recebeu a Caravana da Cidadania, Contra a Fome, a caravana tinha como objetivo fazer mobilização para as atividades da agenda nacional, grupo que visitou Feira, tinha lideranças do movimento sindical nacional, dentre elas o ,hoje, presidente Lula. Além do centro do município, o grupo visitou algumas comunidades rurais, dentre elas a comunidade do socorro localizada no distrito de Tiquaruçu.

Figura 23 Lula em Feira de Santana pela Caravana da cidadania 1992



Fonte: Arquivo CATRUFs

A segunda jornada ocorreu de 27 a 30 de maio de 1992 em Brasília, a mobilização garantiu a participação de aproximadamente 1.000 trabalhadores rurais, que foram até os ministérios cobrar uma agenda de audiência com os ministros. O documento analisado contextualiza as circunstâncias das mobilizações descritas acima para pedir apoio financeiro para realização da 3ª Jornada, prevista para ser realizada entre os dias 19 e 25 de julho de 1992, uma atividade de 4 dias com abertura em feira de Santana, em paralelo lideranças do movimento iniciam mesas de negociações em Salvador.

Figura 24 Cartaz de Divulgação da Marcha Contra Fome 1992



Fonte: Arquivo CATRUEFS

Na Figura 24, encontra-se a fotografia do panfleto de mobilização da marcha contra a fome no campo. Foram meses de mobilização, várias entidades contribuíram financeiramente para custear as despesas da marcha com transporte, alimentação, lonas, combustível dentre outros itens básicos, além das instituições foram realizadas campanhas de doação de alimentos, tanto nas comunidades da zona rural, quanto em bairros do centro do município. A marcha reuniu aproximadamente 1.200 trabalhadores rurais de Feira de Santana e municípios da região, os trabalhadores rurais caminharam do centro de Feira de Santana até a sede da governadoria, na cidade de Salvador, totalizando 108 km, nas margens da BR 324, aproximadamente 100 horas, andando aproximadamente 25km por dia, com intervalos para as refeições e dormida.

Figura 25 recorte de Jornal que repercutindo a marcha contra a fome.

Trabalhadores iniciam "Marcha Contra a Fome"

Feira de Santana (Da Sucursal) — Trabalhadores rurais de várias regiões da Bahia iniciarão hoje, a partir das 11 horas, a "Marcha Contra a Fome", deslocando-se a pé de Feira de Santana até Salvador, com previsão de percorrer os 109km que separam as duas cidades até quarta-feira pela manhã. Os ruralistas pretendem se concentrar pacificamente na Governadoria, para manter uma audiência com o governador Antonio Carlos Magalhães.

"Vamos apresentar uma série de reivindicações em benefício do trabalhador do campo", explicou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira, Lourenço Gomes Ferreira, esperançoso de que "o governador olhe por nós". A "Marcha Contra a Fome" é organizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura na Bahia (Fetag), sindicatos da categoria, Pró-CUT e entidades que apoiam esse movimento, segundo informou Lourenço Cundes. A previsão é que 3.000 pessoas participem da marcha.

Movimento é pacífico

A Polícia Rodoviária Federal quer impedir, mas os trabalhadores rurais pretendem chegar, partindo de Feira de Santana, com a presença de cerca três mil participantes, percorrendo o acostamento da BR-324, ao Largo do Retiro, às 16 horas. Nesse local haverá um encontro com desempregados de Salvador e Região Metropolitana e, em assembleia, será discutida a pauta de reivindicações a ser encaminhada às autoridades.

A caminhada faz parte da jornada de luta nacional iniciada em abril e o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais, Manoel Messias, explica que o movimento é pacífico, em busca de soluções para esse segmento da sociedade, que tem ficado à margem no processo de desenvolvimento. "É grave a situação do homem do campo", no entender de Messias. "Não temos notícias de áreas desapropriadas para a reforma agrária em nosso estado, onde o número de famílias despejadas cresce. Quase 92% dos assalariados rurais não têm carteira de trabalho assinada, 50% ganha até um salário mínimo e o transporte deles é

SEGURANÇA/SAÚDE

O sindicalista disse que todas as providências já foram tomadas, acreditando que a programação está bem organizada. As comitivas de vários pontos do estado, como Juazeiro, Paulo Afonso, Ilhéus, Vitória da Conquista, Barreiras, Serrinha e outras regiões, deverão se concentrar às 10 horas na Praça da Catedral, onde logo após haverá um ato ecumênico.

A seguir será iniciada a caminhada para Salvador. Não há limite de idade, disse Lourenço Cundes, devendo participar da marcha pessoas de diferentes faixas etárias: crianças, adultos e velhos. Cada grupo levará alimentos e à noite serão montados acampamentos em locais adequados. Os trabalhadores rurais solicitaram apoio da Polícia Militar e das polícias Rodoviária Federal e Estadual, além do Detran. Também conseguiram duas ambulâncias, que farão todo o percurso, uma cedida pela prefeitura de Feira.

feito em caminhões abertos, sem segurança."

Messias lembra, ainda, que poucos pequenos produtores têm tido acesso a financiamentos e muitos são os que, atingidos por obras como as barragens de Itaparica e Pedra do Cavalo, estão sem assistência. Em entrevista concedida ontem, ao lado do secretário de política salarial da CUT, Nelson dos Santos, Messias disse que o movimento tem apoio do Movimento dos Sem-Terras e várias entidades. Para Nelson, a marcha pacífica é um direito do cidadão, previsto na Constituição, e ele tem certeza que os trabalhadores não causarão problemas. Proibir a marcha "é uma tentativa de o governo fazer calar o trabalhador para que ele não se manifeste na luta pelos seus direitos".

Esta pauta está calcada em sete eixos, como explica Messias. A reforma agrária, violência no campo, política agrícola, situação do pequeno produtor, questão da Lei da Previdência à qual vários municípios não tiveram acesso, as secas, o trabalhador da área das barragens, que despejaram muitos deles, e o assalariado rural.

Fonte: Arquivo CATRUFs

A mobilização teve uma repercussão muito positiva na mídia, e contou com a cobertura de alguns veículos de comunicação, fator que contribuiu na mobilização e intensificação da pressão ao governo. Os manifestantes tinham um documento para entregar ao governo com sete eixos para negociação: Reforma agrária, violência no campo, política agrícola, situação do pequeno produtor, questão da lei da previdência, a seca, situação dos trabalhadores atingidos

por barragens. Ao analisar a pauta reivindicatória do movimento, fica bastante evidente, que as ações do estado de combate a seca não estavam sendo mais acatadas com tanta pacificidade, os agricultores se articulava de forma nacional, unificaram a pauta de luta e passaram a fazer pressão nos estados e municípios, os agricultores que historicamente convivem com o fenômeno da seca e com o bioma caatinga queriam um basta e tinha que se através de ações governamentais.

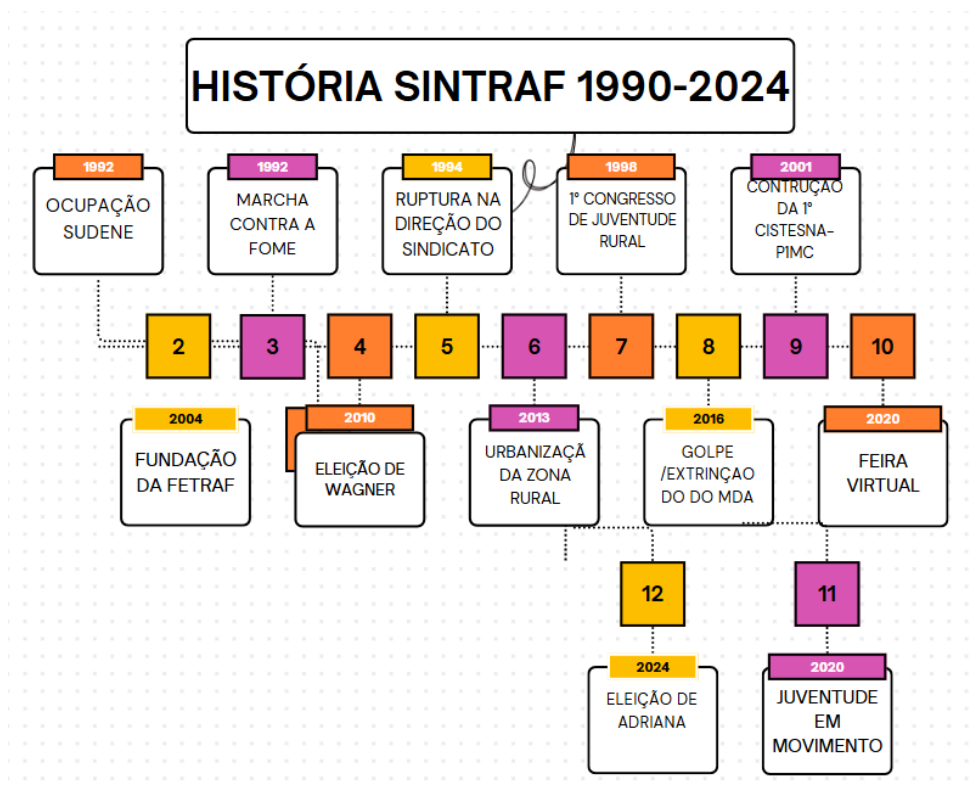
4.1FORMAÇÃO POLÍTICA ENQUANTO INSTRUMENTO DE LUTA E RESISTÊNCIA

“Para nós mulheres conseguir participação, a gente teve que disputar com companheiro, com Caciano, Pedro Pio...” Conceição Borges.

A importância das atividades formativas dentro da organização sindical Ao longo dos anos à trajetória do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF) de Feira de Santana são marcados por intensas lutas, avanços institucionais e resistência diante de uma estrutura social historicamente excludente. Nesse período, a entidade consolidou-se como referência na defesa dos direitos da agricultura familiar, enfrentando os desafios impostos por um contexto político conservador, no qual os espaços de poder sempre foram majoritariamente ocupados por representantes das elites rurais. A ousadia e a organização coletiva dos trabalhadores rurais possibilitaram a conquista de políticas públicas, o fortalecimento das bases sindicais e a formação de novas lideranças, comprometidas com a transformação da realidade do campo.

Para sintetizar essa trajetória, a Figura 26 apresenta a segunda linha do tempo do SINTRAF de Feira de Santana, destacando os principais marcos históricos da entidade da década de 1990 até o ano de 2024.

Figura 26 Linha do Tempo dos Marcos do SINTRAF de Feira de Santana de 1990 a 2024



Fonte: Pesquisadora(2025).

No ano de 1994, as estruturas políticas dentro da direção do sindicato sofre mais um processo de ruptura, essa divisão é provocada pela mobilização das mulheres na luta pela ampliação de vagas para as agricultoras na composição da chapa. Para compreender essa etapa tão importante na história do sindicato, realizamos uma entrevista simultânea, com a participação de Conceição e Cassiano, os agricultores que encabeçaram o bate chapa, e após essa ruptura criou-se uma rivalidade política entre as duas lideranças que levou alguns anos para ser superada. Para contextualizar o início do conflito, Conceição afirma que tinha um grupo de aproximadamente quatro diretores que eram radicalmente contra a luta das mulheres, e segue afirmando que quem segue sustentando a luta dentro da direção do sindicato é o MOC, quem organizava, garantia deslocamento e despesas para dias de estudo na comunidade. Conceição afirma

“Ai... a criação do departamento de mulheres, era para agente fazer essa luta dentro do sindicato, porque mesmo a gente sendo maioria no quadro social, mas a gente ainda não tinha espaço”

Importante contextualizar que nesse período Caciano não estava na direção do Sindicato, ele estava na direção estadual da CUT, e na direção estadual e nacional da FETAG; Conceição relembra os momento de conflito em relação ao grupo da direção, “era o grupo de se auto denominava grupo de Caciano, mas a gente vai criando essas divergências por conta de não

aceitar, né, que mulher fizesse parte da direção”. Na discussão de chapa, a proposta era uma mulher na tesouraria, e outra na secretária de formação, Conceição segue afirmando “Caciano estava no mundo”.

Mas o grupo que estava não aceitava, e depois de muita conversa, disseram que aceitava na secretaria geral[...] que queriam que fosse mulher na secretária geral para fazer ata do sindicato, aí a gente sai daqui neste impasse, eles saem dizendo que iria consultar Caciano para ver a chapa, quem ficou nessa negociação foi Dionísio [...] e eu não sei a conversa que eles tiveram com Caciano, que no outro dia eles chegaram aqui e disseram que não tinha acordo, e que a muita coisa que eles sugeriram, e se eles quisessem era uma vaga no conselho fiscal.

Conceição e Cassiano contam que a partir desse momento estava instaurada a ruptura dentro do sindicato, e o “Grupo de Caciano” avisa que se não tivessem gostado que se organizassem e colocassem outra chapa. Dionísio que não tinha se colocado para participar de nenhuma chapa, saiu do sindicato e vai buscar apoio do MOC para as negociações através de Ildes Ferreira, e por sua Vez, Eliete que era liderança do “Grupo de Caciano” também vai buscar ajuda do MOC, só que na pessoa de Albertino. As duas lideranças do MOC aconselharam os grupos em conflito para deixar a conversa sobre a composição das chapas para quando Caciano chegasse, segundo Conceição o agricultor estava em viagem e demorou retornar.

Dionizio reuniu as lideranças, fez uma conversa, quando terminou a conversa, Ildes estava com o Grupo de Dionísio, e Albertino com o de Caciano. O grupo de Dionísio já tinha claro uma coisa, que a gente seria uma chapa, mais da metade seria de mulheres, Ildes disse que não era bom, não era uma luta de mulher contra homem, era uma luta por espaço, e que a gente fosse procurar homem para colocar na chapa. Já o pessoal esperou Caciano chegar, quando Caciano chegou dessa viagem, o grupo de Dionísio já tava com chapa pronta. Eu tava aqui no sindicato numa atividade de mulheres quando chegaram aqui, chegaram... a candidata da nossa chapa é você, aí saíram atrás de Bonifácio, que era ligado a Caciano... aí as pessoas que eram de Caciano, terminou que migrou para o lado de cá., quando cassiano volta, briga com o grupo dele, pela precipitação do processo, que vem chamar a gente para conversar... a gente, ó, agora acabou, tem conversa não, já tem a chapa, e você agora que lute pela sua.

E oficialmente a direção do sindicato estava dividida, sobre esse momento Cassiano reitera

“Para mim... meu povo ficou arrependido, eu estava na direção da FETAG-BA, sabe? o segredo para mim é que ficou um racha em nós... para Conceição falar comigo, e para Ninha falar comigo, se não fosse eu... e Ildes eu eu... trouxe ildes travado no peito aqui, o papel de Ildes era dizer Caciano só vai negociar chapa com você aqui... eu, segura, segura, depois disso, cabou respeito, só bom dia, oi,”

E depois da ruptura na direção do sindicato, são inscritas para o pleito eleitoral ocorridos no ano de 1994, as seguintes chapas, conforme Quadro 1.

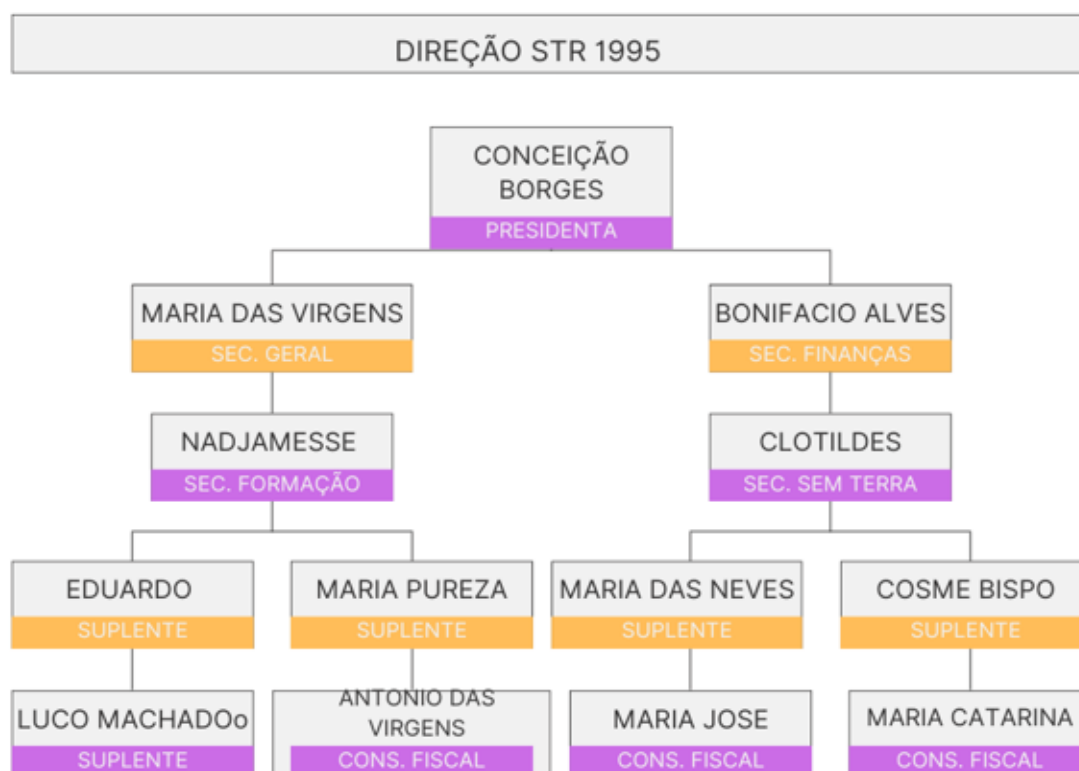
Quadro 1. Chapas 1 e 2 na disputa do STR de Feira de Santana, em 1994

Cargo	Chapa 1	Chapa 2
Presidente	José Cassiano Pereira	Maria Conceição Borges
Sec. geral	Pedro pio da Silva	Maria das Virgens Alves
Sec. Finanças	Francisco de Jesus	Bonifácio Alves da Virgens
Sec. formação	Maria Eliete de Jesus Ribeiro	Nadjamesse Cerqueira
Sec. Ass e Sem terra	Lourenço Cundes	Clotildes Coutinho
Suplente	José Carlos Santos Almeida	Eduardo Pereira dos Santos
Suplente	Maria Lucimeire Silva	Maria Pureza Amorim
Suplente	Aurelina Oliveira	Maria das Neves das Virgens
Suplente	José Valdeci Nascimento	Cosme bispo dos Santos
Suplente	Antônio Alves	Lucio Machado Santana
Cons.Fiscal	Hermiro Lima Jorge	Antônio Jesus das Virgêns
Cons.Fiscal	Almerindo Fernandes	Maria José Andrade
Cons.Fiscal	Pedro Da Silva Paixão	Maria Catarina Santos

Divididos dessa forma, os agricultores realizaram a eleição, e no bate chapa, o grupo que compôs a chapa 1, obteve 564 votos válidos, e a chapa 2, 659 votos válidos, elegendo no pleito a chapa que rompeu em nome da ampliação da participação das mulheres, chapa 2.

Em 28 de Janeiro de 1995, toma posse na direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, Maria Conceição Borges Ferreira, Mulher negra da comunidade de Olhos D'água da Formiga; fruto das formações de base iniciadas na gestão de Dionísio, a agricultora se destaca na organização sindical por intermédio do movimento de mulheres. Na Figura 27, é apresentada a composição da direção do STR Feira de Santana, em 1995.

Figura 27 Direção do STR – Feira de Santana, em 1995



Fonte: Pesquisadora(2025)

Logo após assumir a gestão do STR, em 20 de fevereiro de 1995, Conceição convoca uma assembléia de prestação de contas, e nessa atividade é verificado que a entidade estava passando por sérios problemas financeiros, realidade que não era exclusiva do sindicato de Feira, mas era vivenciada por outros sindicatos da região e ligados ao Polo-CATRUFS, nesse sentido numa ação coletiva os sindicatos tomaram a decisão de fechar as portas das entidades e irem fazer trabalho de conscientização na base, falar da importância do sindicato, fazer campanha de regularização financeira, filiação, organização do quadro social do sindicato.

Figura 28 Solenidade de posse da direção eleita do STR de Feira de Santana, em 1995



Fonte: Arquivo CATRUFs

O primeiro mandato de Conceição se concentrou nas lutas em busca de políticas públicas para resolver a problemática da seca e seus impactos. Os trabalhadores realizaram uma manifestação ocupando a prefeitura de Feira de Santana, por três dias, dentre as pautas de reivindicação estava o decreto de situação de emergência, distribuição de cestas básicas e organização das frentes de trabalho. Também acontece na gestão da agricultora a organização dos trabalhadores para participação do segundo Grito da Terra Brasil, o sindicato junto às delegacias mobilizou recursos e os trabalhadores, conseguindo levar de feira um ônibus de agricultores com todas as despesas garantidas.

A intensificação da luta no movimento de mulheres, foi outra ação de destaque na primeira gestão de Conceição como presidenta do STR, nesse período se intensificou as campanhas para emissão de documentos das mulheres, de regularização da documentação de terra, que poderia ser feito contrato de comodato ou parceria no próprio sindicato. A luta pela ampliação dos direitos previdenciários também esteve em pauta pelo STR, e através de muita luta conquistam o acesso à licença maternidade, e conquistam o direito das mulheres casadas acessarem os benefícios previdenciários que eram apenas para as mulheres solteiras.

A gestão também faz um movimento de ampliação das delegacias sindicais, e junto com esse movimento leva um debate sobre a participação da juventude, debate inédito na direção do sindicato. Se cria uma coordenação de juventude, e a partir dela começa se debater uma alteração estatutária para criação da Secretaria de Juventude, esse movimento levou a juventude

rural para o espaço sindical, fazendo com que os mesmos pensassem suas comunidades, os problemas que os atravessavam. Um movimento que proporcionou formação para esse público e que posteriormente contribuíram na direção do sindicato, se destacando enquanto lideranças estaduais e nacionais.

Toda a pressão política que os movimento sociais do campo fizeram, tanto nas esferas municipais, estaduais, e federais tenciona para que o governo construísse o mínimo de políticas públicas para classe trabalhadora do campo, dentre elas o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, para Schneider et al.

O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares– que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. (SCHNEIDER et al, 2020,p.3).

O PRONAF tinha como objetivo possibilitar o acesso a crédito aos Agricultores Familiares, esse recurso serviria para investir na propriedade agrícola; essa está entre as políticas públicas mais importantes no fortalecimento do meio rural, do ponto de vista operacional

O PRONAF apresenta, atualmente, quatro grandes linhas de atuação, a saber: a) Crédito de custeio e investimento destinado às atividades produtivas rurais; b) Financiamento de infra-estrutura e serviços a municípios de todas as regiões do país, cuja economia depende fundamentalmente das unidades agrícolas familiares; c) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares através de cursos e treinamentos aos agricultores, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; d) Financiamento da pesquisa e extensão rural visando a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares (SCHNEIDER et al, 2020,p.5).

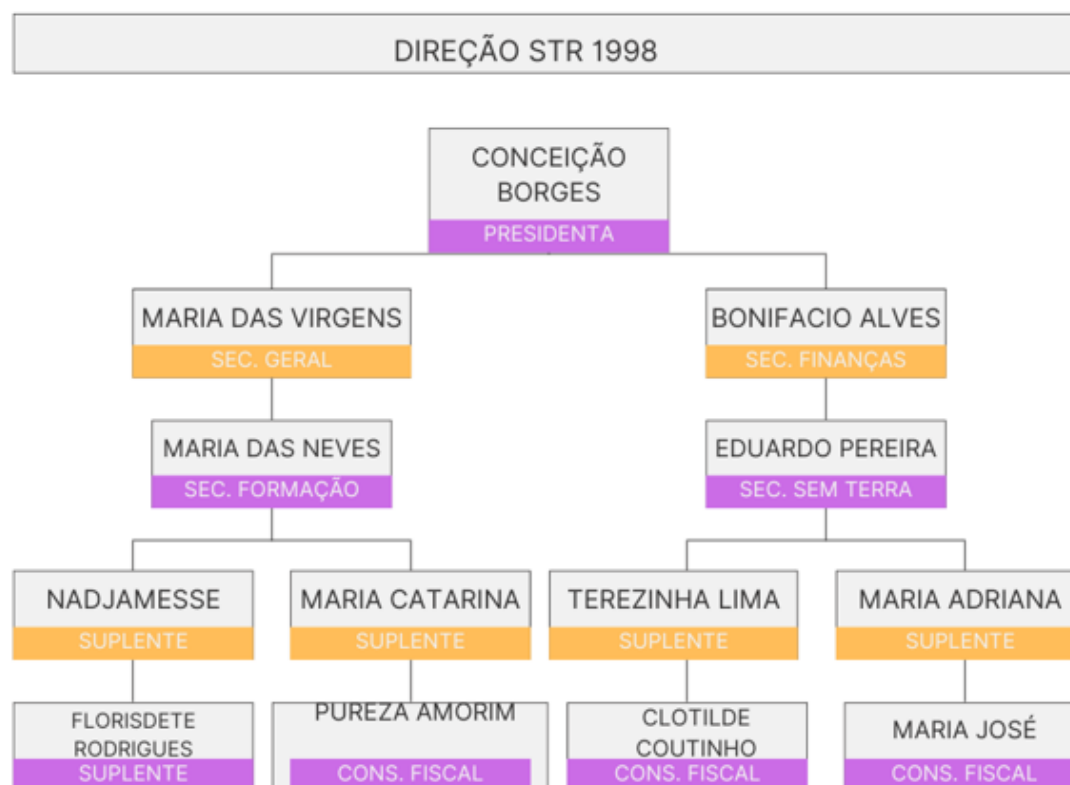
Embora um avanço importante, o programa de acesso a crédito escancarou uma fragilidade muito grande, dificultando a vida dos trabalhadores que precisavam acessar essa importante política pública, esse problemas eram tanto relacionado à falta de documentação dos agricultores, quanto às exigências para acessar o programa que eram excludentes, a exemplo do tamanho da propriedade. Com o passar dos anos e intensificação das lutas, e chegada dos governos Lula e Dilma, outras linhas de créditos também foram criadas, a exemplo do Pronaf Jovem e Pronaf Mulher, mas ainda assim a questão agrária é um fator limitante, principalmente na realidade do município de Feira de Santana, em que as propriedades dos agricultores familiares em sua maioria são classificadas como minifúndio.

Para acessar o PRONAF-B, por exemplo, o agricultor precisa ter ao menos meia tarefa de terra, e emitir junto a secretaria de agricultura municipal ou sindicato um documento que comprove sua atividade agrícola, esse documento é a Declaração de Aptidão ao pronaf (DAP),

ou Cadastro nacional da Agricultura Familiar-CAF, e para emitir ambos os documentos os agricultores precisam ter o mínimo de uma tarefa de terra, equivalente a 0,25 ha, realidade que deixa parte significativa dos agricultores de Feira de Santana, sem acessar o crédito.

No ano de 1998, Conceição assume mais um mandato junto a direção do sindicato, é um mandato marcado pela ampliação do trabalho que já vinha sendo construído desde que os trabalhadores rurais chegaram a direção do sindicato, e nesse novo ciclo a gestão teve um aumento significativo na participação das mulheres e, ficou composta da seguinte forma:

Figura 29 Direção do STR de Feira de Santana, em 1998



Fonte: Pesquisadora (2025)

A juventude rural seguiu sendo pautada na gestão que iniciou em 31 de Janeiro do ano de 1998, e nesse sentido o sindicato realizou o primeiro congresso regional da juventude rural. Nesse período já se tinha um alerta sobre a migração da juventude rural em direção aos centros urbanos, e a permanência a juventude rural passou a ser pauta emergente para o STR; naquele momento se fazia necessário a realização de um evento para realizar escuta, e acima de tudo pensar políticas públicas que garantam a manutenção dessa juventude nas comunidades rurais.

Os jovens precisam ser parte de todo o projeto de organização sindical rural feirense;

Anjos 2023, traz que ao realizar eventos sem debater com profundidade os necessidades da juventude, por si só é vento, e em consonância com o que o autor problematiza, o sindicato naquele momento buscava através dessa ações e ações de formação política construir lideranças, para que ocupassem espaços de poder e decisão podendo vir somar na luta da juventude rural.

Compreendemos que há um processo de expulsão da juventude do campo, seguimos nos perguntando como debater sucessão no campo? Ao passo que o campo tem envelhecido, e nossos mais velhos têm ancestralizado, mas estamos falando do mesmo campo que tem concentrado terra, monopolizado recursos naturais, numa estrutura de estado que não tem reunido forças para fazer frente ao projeto de dominação capitalista. Estamos reféns de uma estrutura de sociedade que já escolheu o espaço que deve ser direcionada a juventude rural, e esse espaço é da subalternidade, e a juventude do campo segue tentando sobreviver a um projeto que tem os expulsado de seu lugar de pertencimento em direção aos centros urbanos, num contexto de exploração de mão de obra e condições precária de sobrevivência. Silva(2019) disserta que “resistir” nesses processos históricos é característico da juventude que compõe os mais diversos movimentos que nascem no cerne das desigualdades, e seguem lutando na busca por romper estruturas conservadoras que inibem ações de cunho coletivo. foto do 1º congresso da juventude rural realizado pelo sindicato de Feira de Santana.

Figura 30 Congresso da Juventude Rural de Feira de Santana



Fonte: Arquivo CATRUFs

O sindicato tem como marca registrada sua forma autêntica de fazer luta e conscientizar os trabalhadores, todos os movimentos, manifestações, ocupações, marchas, caminhadas e todas as mobilizações da entidade, são regadas de muitas cantigas de lutas, acompanhadas de instrumentos, cheios de alegria e musicalidade.

A entidade tem um calendário de festas que nasce na gestão de Ninha, e com o passar das gestões se amplia, a exemplo da realização dos 1º de maio. Anteriormente era realizado de forma unificada unindo a classe trabalhadora do campo e cidade, ao chegar nas gestões presidida por Conceição, as festas em comemoração ao dia do trabalhador eram realizadas nas comunidades rurais, na maioria das vezes nas sedes dos distritos, uma ação que fez o maior sucesso entre os agricultores, ao finalizar cada edição da festa os agricultores já estavam ansiosos para saber se seu distrito seria o próximo a sediar a festa. Embora seja um momento de pautar os pontos mais importantes da luta, para os agricultores o 1º de maio é um dia de festa, de sambar, cantar, rezar, agradecer e fazer manutenção das tradições.

Outros momentos festivos são promovidos pelo sindicato, a exemplo da festa do agricultor, esse evento é celebrado dia 25 de Julho, é realizado uma missa, e os agricultores levam para o ofertório um produto de sua roça, e assim ao finalizar a festa carros saem carregados de produtos em direção a instituições de caridade. No calendário da entidade também está a festa do idoso, público importante do Sindicato, os Idosos recebem uma atenção especial, a entidade tem uma atuação muito próxima, participa do conselho municipal do idoso, tem uma assessoria jurídica atuante, na tentativa de prevenir violência patrimonial, e violências em geral, por compreender ser um público vulnerável, no caso dos agricultores essa realidade se agrava por conta do nível de letramento, numa realidade em que parte significativa não foram alfabetizados.

Figura 31 Manifestação no INSS, em Feira de Santana



Fonte: Arquivo CATRUFES

O março mulher foi uma iniciativa do STR, em parceria com demais entidades do município criam uma feira de comercialização na Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS, e no espaço da feira era utilizado para debater as questões de gênero, sexualidade, violência doméstica, e trabalhar a auto estima dessas mulheres do campo e da cidade. Unificar março mulher e comercialização tem sido uma importante estratégia, além das mulheres estarem num espaço tão importante de debate terão a oportunidade de divulgar, expor e comercializar seus produtos, uma ação que além de potencializar as relações de gênero, fortalece a agricultura familiar e as iniciativas de economia solidária.

Figura 32 Mobilizações do Março Mulher, em Feira de Santana

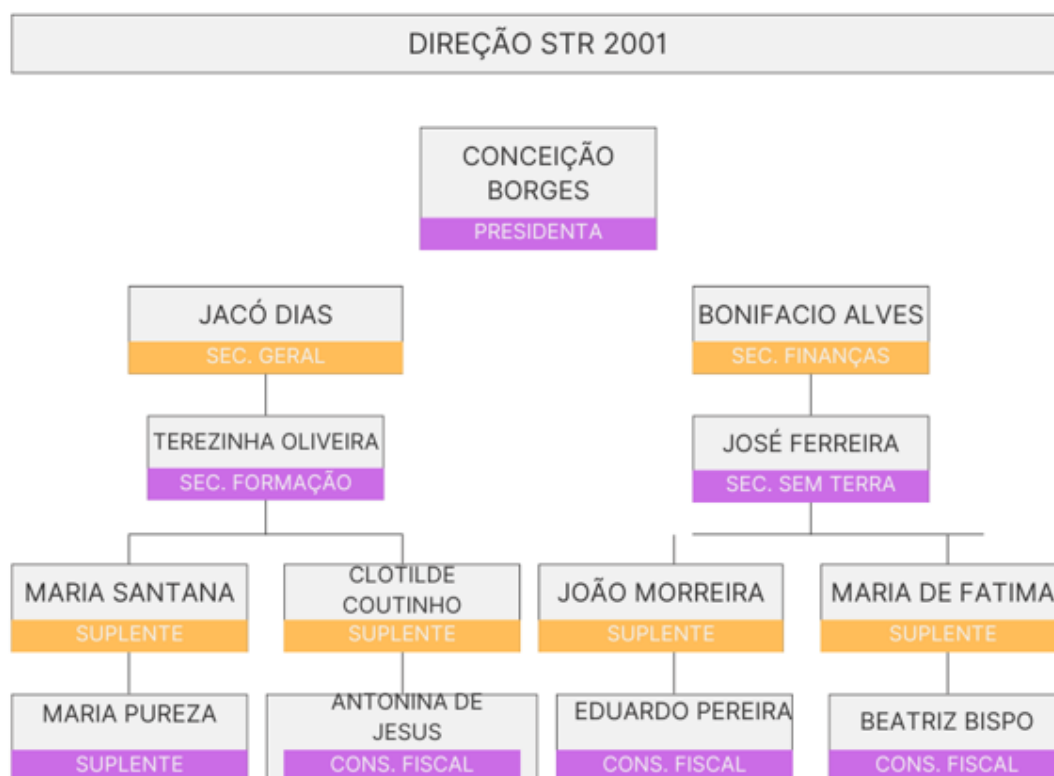


Fonte: Arquivo CATRUFs

Esse movimento de feiras para comercialização não fica restritas ao março mulher, a Feira de Santana é um município que nasce do processo de comercialização, por tanto tem um traço comercial latente, e o sindicato utilizou muito bem essa estratégia, que só se fortaleceu com o passar dos anos. Feiras de destaque estadual foram criadas a partir das provocações do sindicato, a exemplo da feira do Semi-Árido, que por muitos anos foi realizada na UEFS, no município também acontece o tradicional arraiaá do comércio que originalmente é criado pelo STR.

O sindicato dos Trabalhadores Rurais faz uma reforma estatutária, e nessa ação amplia-se a gestão da direção para quatro anos, possibilitando que Conceição se candidate para seu 3º mandato à frente do sindicato, sendo eleita pelo trabalhadores rurais, tomou posse em 27 de janeiro de 2001, ficando a direção eleita composta conforme apresentada na Figura 33.

Figura 33 Direção do STR de Feira de Santana, em 2001



Fonte: Pesquisadora (2025)

A reeleição de conceição para o 3º mandato não foi recebido com espanto pela população feirense, muito pelo contrário, a atuação da liderança nos seus dois últimos mandatos não tinha passado despercebido, nem pelos trabalhadores que a fizeram mais uma vez vitoriosa na eleição de duas chapas, em que a liderança do grupo “adversário” era uma figura conhecida do movimento sindical, o José Caciano, nem pelo veículos de comunicação que dedicavam manchetes de jornais destacando a atuação de conceição.

Figura 34 O Sindicato e seu destaque na imprensa



Fonte: Jornais Folha do Estado e Tribuna Feirense(2001)

Uma enquête realizada pelo Jornal Tribuna Feirense procurou saber a opinião de pessoas da imprensa da opinião sobre os dirigentes sindicais do município, e 34,2% dos entrevistados apontaram Conceição, o texto do jornal ainda traz o seguinte.

O trabalho realizado por Conceição é de reconhecimento público. É uma incansável e intransigente defensora dos direitos dos pequenos agricultores. Um dos destaques pessoal é a capacidade de mobilização dos associados. Sob seu comando o sindicato vem se modernizando e conquistando novos associados. não foi por acaso que ficou na segunda posição na escolha da mulher do ano(TRIBUNA FEIRENSE,2001,P.02)

Já na outra matéria, destaca as promessas de Conceição para sua próxima gestão, dentre elas o desenvolvimento de atividades voltadas para a valorização e permanência dos agricultores no campo, e assim como prometido os grupo que foi empossado para o mandato de 2001 a 2004 passaram quatros anos sem dar um minuto de paz para os gestores que não estavam comprometidos com os trabalhadores rurais.

A abertura do milênio foi marcada por luta para o STR, os agricultores de Feira de Santana mais uma vez estavam sofrendo com os efeitos da longa estiagem, todo o mandato desta gestão foi marcado por grande mobilizações, ainda em 2001, o STR em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e distribuição de água e em Serviços de Esgoto - SINDAE, movimento água é vida realizam um grande manifestação em Feira e entrega na câmara de Vereadores listas contendo assinatura dos agricultores que são contra o processo de privatização da EMBASA.

Outro marco importante dessa gestão, foi a construção das primeiras cisternas de captação de água da chuva, as cisternas de placas, essa construção já era fruto de um projeto idealizado pela ASA em 1999, e teve o pontapé inicial em Feira de Santana no distrito de jaguara, a região mais árida do município, conhecido pela dificuldade de acesso a água e distância entre as comunidades, fator que coloca os agricultores residentes no distrito num contexto de grandes dificuldades para produção, fator que os leva a insegurança alimentar.

Figura 35 Construção da 1ª Cisterna do município de Feira de Santana pelo programa um milhão de cisternas (2000)



Fonte: Arquivo CATRUFES

Foi um marco muito importante, e essa ação foi recebida com gratidão e fé, com a chegada dos governos lula o programa idealizado pela ASA passa a ter um incentivo muito maior do governo federal, a construção de cisternas é um dos marcos na superação do combate à seca, ao passo que se passa a pensar tecnologias sociais de convivência com o semiárido.

A chegada de um nome novo para a prefeitura de Feira parecia ser a abertura de um novo ciclo para os trabalhadores rurais, mas nada mudou, o prefeito eleito não recebia o sindicato para debater a questão da seca, e para chamar atenção do executivo e legislativo municipal sobre a situação que os agricultores vinham passando nas comunidades o sindicato mobilizou uma grande vigília, a concentração foi no sindicato dos Trabalhadores Rurais, dali os agricultores partiram em marcha para a prefeitura de feira, que estavam sob a gestão de Conceição, passaram a noite em vigília, rezando e louvando, numa vigília que clamava justiça social, no dia seguinte foram para câmara de vereadores, construíram o caixão simbólico. Em um cartaz estava escrito “ A vigília é pela vida e por isso vamos enterrar tudo que mata: A fome, a miséria, a violência e a falta de compromisso das autoridades”. Aquele ato de “Rebeldia” era um grito de socorro, era sim para causar impacto e chamar atenção, para uma pauta emergente, num contexto em que parlamentares e poder executivo, se comprometeram em transformar a realidade de fome no município seguem sentadas em suas cadeiras confortáveis, em seus gabinetes climatizados, os agricultores do município estava morrendo de fome, passando privações, vendo suas lavouras e animais padecem.

Figura 36 Vigília Pela Vida, em Feira de Santana



Fonte: Arquivo CTRUFS

No caixão estava estampada a seguinte descrição: “Neste Caixão estamos enterrando para ser sepultado amanhã, tudo que causa a morte: fome, sede, violência, saúde precária e a insensibilidade das autoridades competentes”. Os agricultores queriam ampliação no orçamento e o decreto de situação de emergência por conta da seca. Foi uma importante estratégia para pressionar o poder público municipal, para que fossem criadas alternativas para amenizar o contexto de fome e miséria que tinha se instaurado nas comunidades rurais do município.

O sindicato em parceria com o polo mobilizou uma grande marcha “o luto no campo” foi assim o primeiro de maio dos trabalhadores rurais no ano de 2003, em relação a essa manifestação Conceição diz “O primeiro de maio, a gente não quis fazer festa, porque não teria clima para festa, seria essa grande manifestação”.

Figura 37 Luto no Campo em 1º de Maio, em Feira de Santana



Fonte: Arquivo CATRUFES

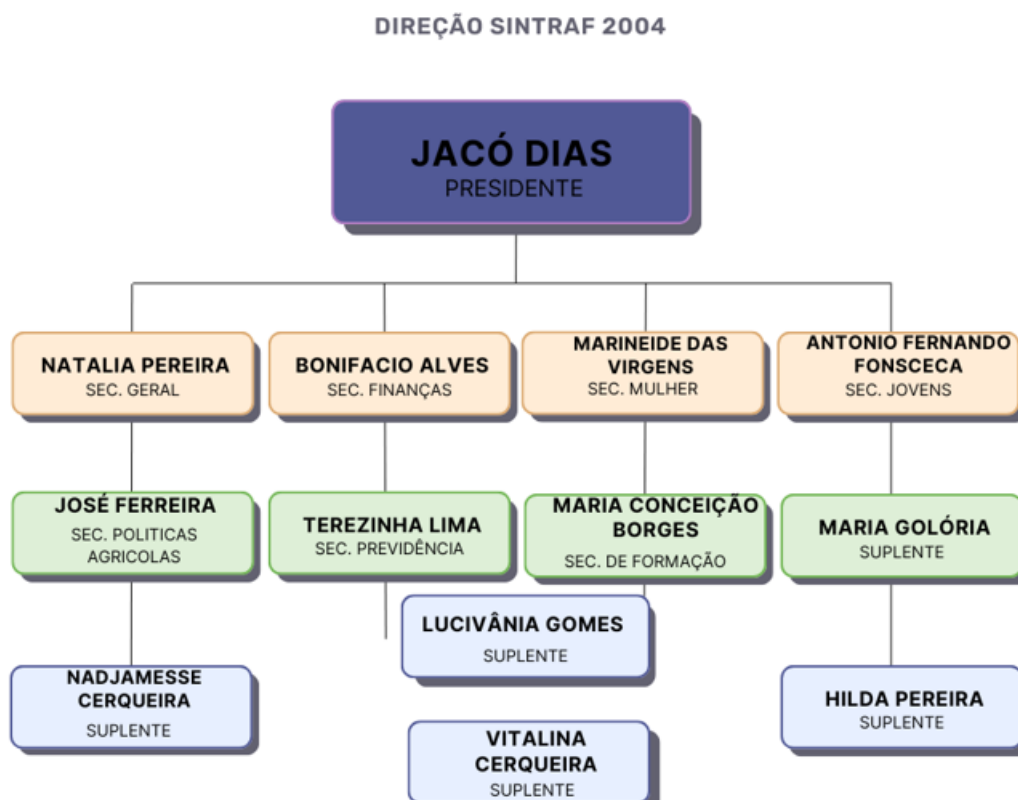
O mandato do sindicato iniciado em 2001, foi um dos mais compatíveis do sindicato, numa conjuntura muito difícil, anos de estiagens severas, e nas esferas municipais, estaduais e federais enfrentavam estrutura de governos neoliberais, em 2003 o presidente Lula assume, mas até que as políticas governamentais chegasse até o agricultor, muita luta precisou ser feita, e luto precisou virar verbo na cartilha dos movimentos sociais do campo.

No final do mandato de Conceição foi aprovada em assembleia realizada no STR a autorização de fundação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - FETRAF, em seguida também foi aprovada a proposta de filiação do sindicato a nova federação, e em terceiro foram eleitos os delegados que participaram do congresso estadual de fundação da FETRAF.

Em Janeiro de 2004, chega a presidência do Sindicato o Agricultor Jacó dias de Carvalho, morador da comunidade de Jenipapo, homem negro que teve contribuição importante na presidência do sidicato. O grupo que foi empossado no sindicato dos trabalhadores rurais

daquele ano, já tinha melhores expectativas no que se refere à conjuntura nacional, uma vez que tinha acabado de fazer um ano que o Luiz Inácio Lula Da Silva foi empossado como presidente da república. A gestão do agricultor ficou composta conforme a Figura 38.

Figura 38 Direção do SINTRAF de Feira de Santana, em 2004



Fonte: Pesquisadora: (2025)

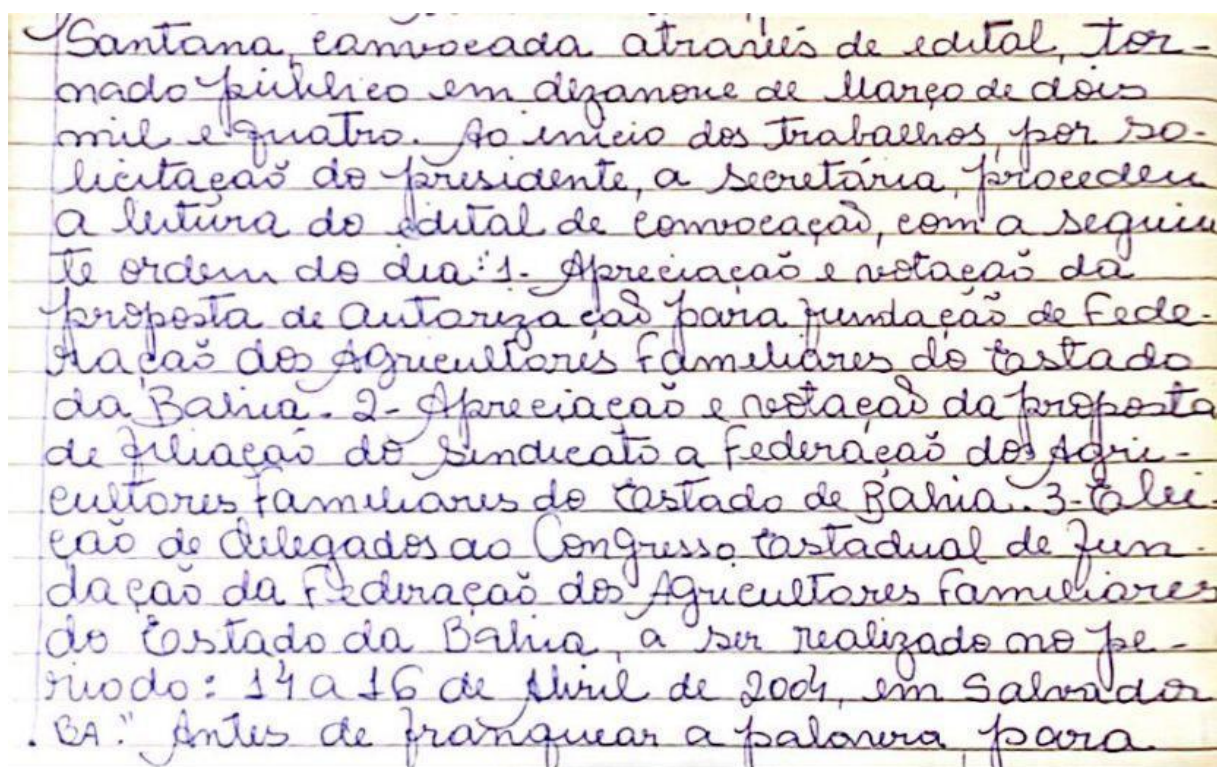
A gestão foi marcada por um forte trabalho na formação de jovens lideranças e na organização das comunidades rurais. Tratava-se de um ano eleitoral, e o sindicato, conhecido por sua postura combativa, assumiu uma tarefa ainda mais desafiadora: tentar eleger uma representante dos agricultores para a Câmara de Vereadores. Nesse contexto, Conceição Borges lançou sua candidatura, representando as demandas e esperanças dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O sindicato também deu continuidade às feiras de comercialização, participou de atividades nos ministérios para debater o contexto de fome, e pensar ações para o programa do governo federal Fome Zero, mas a principal ação da gestão foi organizar sua base para participar do congresso de fundação da FETRAF.

4.2 O STR AGORA É SINTRAF: BREVE HISTÓRICO DE FUNDAÇÃO DA FETRAF

“Agricultura Familiar mãos calejadas que alimentam o povo, semeando em terra solidária, política agrária, plantando um sindicalismo novo” (Movimento da agricultura familiar -RS).

Figura 39 Assembléia que deliberou participação do sindicato na fundação da FETRAF(2004)



Santana, convocada através de edital, tornado público em diário de Março de dois mil e quatro. Ao início dos trabalhos por solicitação do presidente, a Secretária procedeu a leitura do edital de convocação, com a seguinte ordem do dia: 1- Apreciação e votação da proposta de autorização para fundação de Federação dos Agricultores Familiares do Estado da Bahia. 2- Apreciação e votação da proposta de filiação do Sindicato a Federação dos Agricultores Familiares do Estado de Bahia. 3- Eleição de delegados ao Congresso Estadual de Fundação da Federação dos Agricultores Familiares do Estado da Bahia, a ser realizado no período: 14 a 16 de Abril de 2004, em Salvador, BA." Antes de franquear a palavra, para

Fonte: Atas SINTRAF

As decisões tomadas naquela assembleia foram os passos iniciais que o sindicato deu para trilhar junto com a FETRAF. Além da alteração estatutária que transformou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, em Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Feira e Santana - SINTRAF, foi o momento em que os trabalhadores rurais organizados criaram a federação com as raízes fincadas no novo sindicalismo.

A primeira FETRAF foi fundada na região sul do país, e os trabalhadores que idealizaram a instituição, buscavam uma organização que se diferenciasse do sindicalismo tradicional e desse conta da diversidade que engloba a Agricultura Familiar.

“Este processo de reorganização do sindicalismo rural iniciou-se pela Região Sul, com a fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Santa Catarina – FETRAFESC/CUT em 1997. Mas é a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF-Sul em 2001, nos Estados de Rio Grande do Sul,

Paraná e Santa Catarina que foi dado o grande impulso a este processo. Posteriormente vieram as Federações da Agricultura Familiar – FAF's em São Paulo e Mato Grosso do Sul; e as FETRAF's na: Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Pernambuco, Distrito Federal e Entorno, Minas Gerais, Maranhão, Pará, Goiás e nos estados de Mato Grosso, Amazonas, Paraíba, Alagoas, Tocantins e Sergipe estão em fase de consolidação (Picolotto, 2009, p.23).

Dourado apud FETRAF-BA(2006) traz que na conjuntura de fundação da FETRAF-BA, havia um grupo que pautava um sindicalismo rural específico para Agricultura Familiar, esse grupo era conhecido como, “Os Rurais da CUT”, caracteriza esse grupo enquanto um movimento articulado que vinha traçando parcerias diversas ONG's, pastorais e organizações que atuavam no meio rural, levando para debate os diversos assuntos que se relacionava com a agricultura Familiar.

Esta articulação se fortalece com o Encontro Estadual de Agricultura Familiar, que aconteceu entre os dias 16 e 18 de outubro de 2001, em Salvador/BA, reunindo mais de 1.500 agricultores/as familiares de várias regiões do Estado. O principal encaminhamento do Encontro foi a criação e do Fórum em Defesa da Agricultura Familiar da Bahia, aglutinando Sindicatos, Associações, Cooperativas, ONG's, Pastorais e outras entidades de apoio. Para a FETRAF BA, esta deliberação demonstra “a intencionalidade política de fortalecer o projeto coletivo referenciado na Agricultura Familiar na Bahia” (FETRAF, 2006, apud Dourado, 2015, p. 109).

Essa articulação apontada na documentação da Fetraf, e sistematizada por Dourado, é possível acompanhar através do registro das atas das assembléias do sindicato, e dos registros fotográficos. Uma série de atividade começa a ser realizada pela entidade após a criação desse fórum. em 2001, inicia nas comunidades a formação de turmas ligadas ao projeto Mova Brasil²⁴, e a realização do encontro estadual da Agricultura Familiar.

²⁴ Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos, desenvolvido em comunidades rurais, que teve os sindicatos rurais como mobilizadores fundamentais.

Figura 40. 1º Encontro Estadual da Agricultura Familiar, em Feira de Santana



Fonte: Arquivo CATRUFs

O fórum foi organizado pelos polos sindicais, ASCOOB, MOC, e o Fórum estadual da Agricultura Familiar. Esse evento contou com a participação de lideranças nacionais e sindicais de todo o Estado da Bahia. A atividade foi uma ação de planejamento que posteriormente culminaria no primeiro congresso da Agricultura Familiar, realizado nos dias 14,15 e 16 de abril de 2004.

Com a participação de cerca de 1.800 participantes, sendo 747 delegados/as de mais de 100 Sindicatos de Trabalhadores Rurais e 400 agricultores familiares ligados a Associações, Cooperativas e Grupos de Produção de outros 50 municípios. Neste evento, foi decidido, por aclamação, criar a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Bahia (Dourado, 2015, p. 109).

Os documentos da entidade ressaltam que a federação nasce da força e lideranças dos principais sindicatos da Bahia, e o SINTRAF, teve contribuição significativa nesse processo. Jovens que passaram pelos cursos de formação políticas promovidos pelo sindicato ingressaram na direção da Entidade e junto com lideranças de demais regiões do Estado seguiram construindo ao longo dos anos um sindicalismo comprometido com as organizações do campo, comprometido com a luta por políticas públicas, e importante aliado dos sindicatos na execução da política de formação e organização sindical.

A FETRAF Brasil também foi fundada em 2004, pouco depois da fundação da entidade na Bahia, a criação da entidade no âmbito nacional obedeceu as deliberações do 1º Encontro Nacional da Agricultura Familiar, realizado em Julho. Dourado ainda afirma que a Fetraf

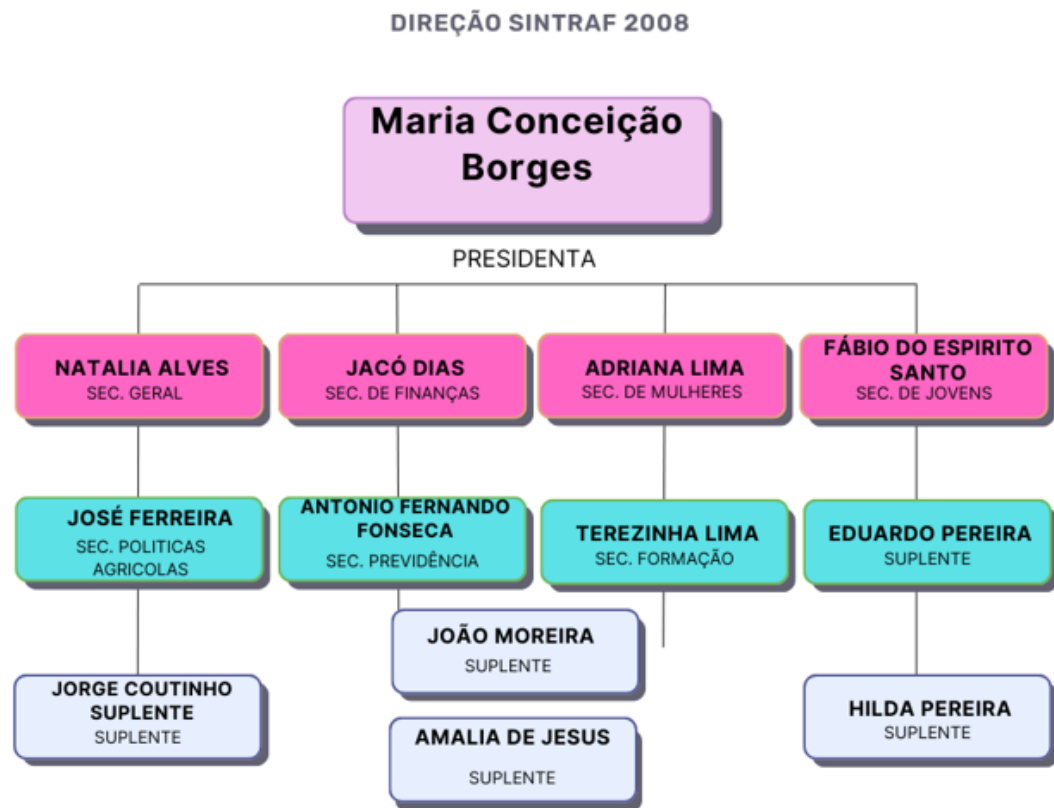
destaca enquanto princípios organizativos, uma ação articulada dos sindicato com outras instituições que atuam no campo, a exemplo de ONGs, associações, cooperativas, entre outras; também a efetivação do sindicato enquanto instrumento social, articulador de estratégias, coordenando ações no âmbito municipal e regional para construção de uma entidade justa, forte e fraterna.

4.3. O SINTRAF E SUA LUTA POR VIDA DIGNA NO CAMPO.

“Entrei na Luta, da luta eu não fujo, pelos diretos, da luta eu não fujo, pela igualdade, da luta e não, pra construir uma nova sociedade”(Movimentos populares)

O SINTRAF de Feira nunca teve o tempo de calmaria, e sempre precisou construir resistência ao modelo político impresso no município. O incansável processo de luta não foi uma novidade para a gestão que assumiu em janeiro de 2008, essa foi uma gestão bastante combativa, foram anos atravessados por períodos severos de estiagem, e muita negligência do poder público municipal. Um dos pontos positivos que atravesso a gestão de Conceição, foi a eleição de Jaques Wagner para governador da Bahia, essa eleição simbolizou a retirada do carlismo das estruturas políticas do estado da Bahia.

Figura 41 Direção do SINTRAF de Feira de Santana, em 2008



Fonte: Pesquisadora(2025)

Fazendo enfrentamento a gestão municipal, em 2010 foi realizado um acampamento na Prefeitura de Feira de Santana, essa ocupação durou três dias, mas se iniciou com tempo de duração indeterminado, só saíam da prefeitura depois que fossem atendidos em audiência pelo prefeito para debater os pontos da pauta de reivindicação. No primeiro dia o acampamento saiu do STR, foi até a gerência da Embasa, cobrou ampliação de rede, se manifestou contra as frequentes falta de água nas comunidades e valores altos das contas. Conceição em entrevista ao portal de notícias do Acorda Cidade, enfatiza que “Feira também é rural” ao destacar a falta de prioridades das gestões com as comunidades rurais.

Os agricultores passaram a noite em vigília, e na madrugada, ao aproveitar um momento de distração dos guardas, foram colocadas faixas pretas no prédio da prefeitura municipal, retratando um espaço enlutado com velas, cânticos e rezas. A intenção dos manifestantes era despertar no município que amanheceu para mais um dia de trabalho para um grande grito de socorro, chamar atenção do povo daquele município para tamanho descaso e desrespeito que os trabalhadores rurais que vinham enfrentando.

Figura 42 Acampamento dos Agricultores na Câmara de Vereadores do município de Feira de Santana - BA



Fonte: Acorda cidade (2010)

A câmara de vereadores não saiu imune da mobilização, e os agricultores também fizeram um ato na casa da cidadania, o Acorda Cidade comenta como foi as manifestações na câmara.

Entre os aplaudidos, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Conceição Borges, que usou a Tribuna Livre da Casa da Cidadania, e mandou um recado para o Prefeito Tarcízio Pimenta: “Esse discurso de implantar rede digital na zona rural é bom, mas não enche a barriga de ninguém”, disse. “A partir de agora quem determina o prazo são os trabalhadores e a prefeitura até o dia oito de março para se posicionar sobre nossas reivindicações”, pressionou (Acorda Cidade, 2010).

O mandato do prefeito Tarcísio ficou conhecido pela ampliação e popularização da internet, e a disponibilização de rede wifi gratuita estava acontecendo na sede de alguns distritos, por isso a crítica da presidenta em relação à falta de prioridades na execução do recurso do poder público municipal. No dia seguinte a reportagem retorna para acompanhar o desfecho da manifestação. Ao entrevistar a liderança dos trabalhadores, a reportagem do Acorda Cidade: “Segundo a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Conceição Borges, a manifestação está prevista para terminar hoje (3), mas pode ser estendida por tempo indeterminado, até que o prefeito se posicione em relação aos pedidos do grupo”.

Figura 43 Acampamento. Luto no Campo(2010)



Fonte: Acorda Cidade (2010)

Foi um ato que teve grande repercussão no município, e a contribuição da imprensa local na divulgação fortalece o movimento, traz comoção popular, fator que fez pressão para que o prefeito da época, Tarcízio Pimenta recebesse os agricultores.

Figura 44 Agricultores em frente a Prefeitura Municipal de Feira de Santana



Fonte: Acorda Cidade(2010)

Foi uma manifestação dos trabalhadores rurais de Feira de Santana, mas para realização

do acampamento contou com a ajuda de diversas instituições que contribuíram na organização do evento, mobilização de recursos e apoio na infraestrutura. Sobre o acampamento, uma matéria no site da CUT traz:

O STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais De Feira de Santana, a CUT – Central Única dos Trabalhadores da Bahia, representantes de diversos sindicatos urbanos do município e de movimentos sociais comemoram a vitória pela luta do Acampamento pela paz na terça-feira (3), último dia de manifestação (CUT, 2010).

Os agricultores saíram vitoriosos daquela mobilização, o prefeito colocou um milhão de reais no orçamento da secretaria de agricultura, aumentou a quantidade de sementes distribuídas ao agricultor, também ampliou a quantidade de horas de trator fornecida pela prefeitura. e providências emergenciais foram tomadas para amenizar o sofrimento causado pela estiagem.

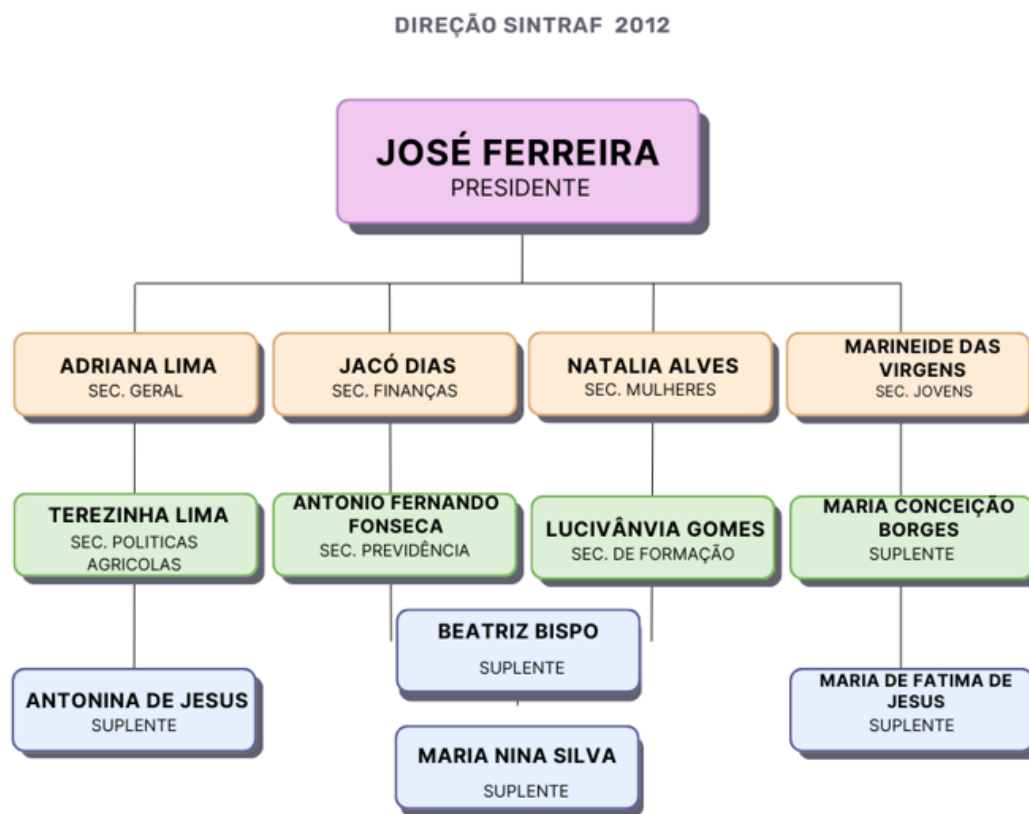
Outras ações nos mais diversos setores foram realizadas para beneficiar as comunidades rurais, a exemplo da construção de casas do projeto Caprichando a Morada, transformando a realidade de agricultores que não tinham condições de construir uma casa, moravam de favor ou em condições precárias só em 2008 foram construídas 123 casas. Esse projeto foi realizado pela FETRAF, e executado pela COOPERHAF.

A entidade ainda reivindicou junto a EBDA, órgão de assistência técnica do governo do esta, uma solução para a questão do empobrecimento do solo. Os agricultores do município, ainda que em períodos chuvosos seguiram perdendo suas safara, realidade que afetou e tem afetado muitas propriedades no município de Feira de Santana. Foi solicitado a realização de análises de solo, para que pudesse se descobrir as possíveis causas do problema, além da distribuição de mudas e árvores frutíferas para melhorar a produção dos agricultores.

Além do acampamento na prefeitura houveram algumas ocupações nas agências do INSS, reivindicando uma melhor relação com os associados, e menor taxa de indeferimento indevido em processo de agricultores. Outra ação que foi realizada nesse período e merece ser destacada aqui foram as estratégias de fortalecimento do movimento de mulheres através da criação de grupos de produção e feiras de comercialização, momento oportuno que faziam organização social, formação política e fortalecimento das ações de economia solidária.

O sindicato ainda firmou parceria com o instituto Paulo Freire para a o projeto de alfabetização do Mova Brasil formando aproximadamente 25 turmas nos últimos 4 anos. Prioridade em formação de liderança, cursos realizados em parceria com a Escola Nordeste da CUT, de formação política de base.

Figura 45. Direção do SINTRAF de Feira de Santana, em 2012



Fonte: Pesquisadora(2025)

Em janeiro de 2012 chega à presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultor José Ferreira Sales, Zé Grande, como é conhecido nas comunidades rurais, e passou a ser tratado enquanto presidente da instituição. Zé já estava num processo de intensa mobilização e organização política, pois foi uma das lideranças que acompanhou bem de perto o processo de fundação e consolidação da FETRAF-BA.

A gestão liderada por Zé Grande também foi regada a muita luta, e dentre as mobilizações que se destacaram nessa gestão foi a ocupação da EBDA. O Sindicato já vinha comprando uma atuação mais atuante da empresa nas comunidades rurais, e resolveram pressionar da forma tradicional, fazendo ocupação. Em 27 de fevereiro do ano de 2012, a ressaca do carnaval foi feita pelos agricultores no prédio da EBDA. Não foi uma ação fácil para os sindicalistas, ali era um movimento de pressão em um governo escolhido pelos agricultores e apoiado abertamente pelo sindicato, o governador da época era o petista Jaques Wagner. Os sindicalistas tiveram que lidar com a crítica de companheiros de lutas, mas a defesa dos agricultores familiares sempre esteve na centralidade para o SINTRAF, e se garantir os direitos básicos de sobrevivência no campo fosse preciso enfrentar companheiros de longas datas, os agricultores ocuparam a empresa

preparados para possível ruptura. Em entrevista ao acorda cidade Conceição fala da ocupação.

Os ocupantes pretendem permanecer no prédio até a próxima quarta-feira (29). A ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, Conceição Borges, que está a frente do movimento, disse que entre as pautas principais de reivindicações está a necessidade de água para plantar (Pinto, 2012).

Em entrevista ao portal de notícias, Conceição afirmou que “Muitas ações do governo nos deixaram tristes e revoltados. Quando se fala em qualquer investimento ou benefício para zona rural, as pessoas só lembram de garantia safra, que é um programa que exclui e limita”.

Os agricultores ficaram dois dias acampados na empresa, até que representantes do movimento, conseguisse audiência com o governador do estado. Algumas tentativas de negociação foram feitas, com representantes do governo, mas em relação a essas tentativas os trabalhadores não aceitaram, e seguiram quebrando seus licuri²⁵. Em relação ao sucesso da ocupação, e finalização do acampamento, em entrevista prestada ao G1, Conceição afirma: “Estamos saindo satisfeitos com o resultado, mas com a certeza de que o trabalho vai precisar continuar e os trabalhadores precisam continuar mobilizados”, afirma Conceição Borges. Aquela ocupação mostrou para o governo escolhido pelos trabalhadores, que independente de qualquer coisa não aceitariam menos que mereciam, e que se preciso fosse ocuparia as estruturas governamentais diversas vezes para fortalecer a Agricultura Familiar, e os trabalhadores rurais.

Esse foi de longe o menor dos problemas dos agricultores durante aquela gestão. Ainda no mandato de Conceição, em Julho de 2011, o sindicato realizou um seminário para debater a criação da região metropolitana de Feira de Santana, contou com a presença de deputados do município, e algumas autoridades. A preocupação do sindicato naquele momento eram os possíveis impactos que essa mudança poderia trazer para a zona rural de feira de Santana, em entrevista prestada a veículos de comunicação local, a então presidenta ressalta o agravo do êxodo rural e enfatiza a necessidade de investimento para a população rural, principalmente em relação a água para produção, as autoridades presentes acalmam os agricultores e firmam compromisso com as comunidade.

O medo que os agricultores tinham em relação a criação da região metropolitana, se concretizou com a criação de seis novos bairros. Projeto do poder público municipal, aprovado às escondidas pela câmara de vereadores em 19 de junho de 2013, sem dar a mínima chance dos agricultores reagirem, transformou parte significativa das áreas rurais do município em bairros.

²⁵ Licuri é o fruto de uma palmeira, o Licurizeiro, planta resistente às estiagens é muito comum do bioma caatinga. A quebra de licuri também é um ato comum e simbólico nas manifestações dos agricultores. Ao começar mobilizar o acampamento também é comum mobilização dos licuris que irão ser quebrados e consumidos por trabalhadores na manifestação.

4.3.1 O CAMPO VIROU CIDADE: A CRIAÇÃO DE SEIS NOVOS BAIRROS EM FEIRA DE SANTANA

Os agricultores voltaram a tomar as ruas do município de Feira de Santana, mas diferente das outras vezes, sem sucesso, em entrevista ao site Acorda Cidade uma das lideranças do movimento fala qual objetivo da manifestação.

Uma delas é que o prefeito crie uma comissão com representantes dos trabalhadores, da Câmara Municipal, da prefeitura e de entidades de ensino para fazermos um estudo imediato na zona rural, porque não podemos impedir a urbanização, mas precisamos discutir isso para que o povo não vire um rebanho de favelados. O prefeito nunca chamou o sindicato para colocar isso em prática” (TRINDADE, Julho 2013).

O prefeito José Ronaldo de Carvalho, não recebeu os trabalhadores, nem os procurou para pensar coletivamente alternativas que amenizem o impacto dessa ação nas comunidades rurais. Houve a princípio dificuldade de emissão de documentos da terra que provem que a propriedade está localizada em área rural, um dos principais requisitos para o agricultor permanecer enquanto segurado especial do INSS. Mas além disso iniciou um acelerado processo de urbanização em direção às comunidades rurais. a seguir o conteúdo da lei.

Lei complementar nº 075, de 20 de junho de 2013. Fixa os limites interdistritais, amplia o perímetro urbano e delimita 06 (seis) novos bairros do distrito sede do município de Feira de Santana e dá outras providências.

O prefeito municipal de Feira de Santana, estado da Bahia, no uso de suas atribuições, Faço saber que a Câmara de Vereadores de Feira de Santana, através do Projeto de Lei Complementar nº 05/2013, de autoria do Poder Executivo, decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar. [...]

Título I

Dos limites interdistritais Art. 1º - Ficam fixadas as seguintes divisas Interdistritais no Município de Feira de Santana, a partir do seu Distrito Sede: [...]

Título II

Dos limites do perímetro urbano Art. 2º - O Perímetro Urbano da Cidade de Feira de Santana, através desta Lei, passa a ter os seguintes limites: [...]

Título III

Dos limites dos bairros Art. 3º - Os limites dos 06 (seis) novos Bairros inseridos no Perímetro Urbano de Feira de Santana se encontram estabelecidos através desta Lei, conforme mapeamento apresentado no título IV – Anexos, desta Lei, se constituindo em sua parte integrante.

Art. 4º - Os novos Bairros de Feira de Santana são os seguintes: 045 – Vale do Jacuípe; 046 – Pedra Ferrada; 047 – CIS Norte; 048 – Mantiba; 049 – Registro; 050 – Chaparral. (FEIRA DE SANTANA, 2013a, p. 1-13-14, apud Silva, 2015, p.117).

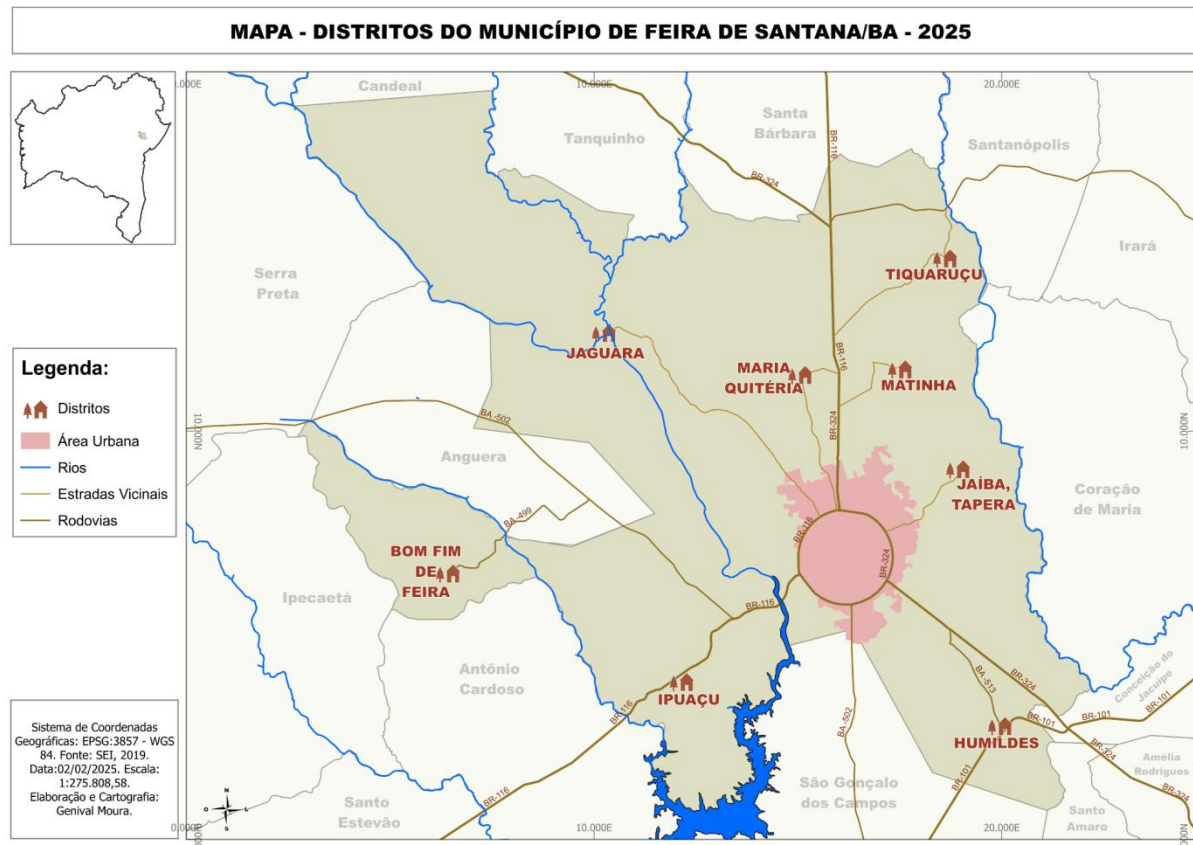
Seguindo o projeto de dominação capitalista, mais uma vez os trabalhadores rurais de Feira de Santana sofreram ataques. A criação dos seis novos bairros foi feita por decreto, e não deu a menor chance de ação aos agricultores. Ao abordar essa ação, Silva traz.

O problema é que, em Feira de Santana, a prefeitura transformou em bairros espaços eminentemente rurais, ainda plenamente ocupados por fazendas, pequenas propriedades e negócios tipicamente rurais. Isso provocou uma reação imediata dos moradores desses locais, principalmente através do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de Feira de Santana (STR)(Silva, 2015, p.118).

E foi em uma canetada que a gestão municipal transformou a dinâmica da zona rural de Feira de Santana, em nome de um progresso e a custo de muita violência territorial. Na Figura 46 é possível identificar no mapa os distritos de Feira de Santana e a sede.

Figura 46 Mapa dos distritos de Feira de Santana – BA, em 2025



Fonte: Moura (2025)

No mapa é possível identificar os distritos diretamente afetados pela criação de novos bairros urbanos em Feira de Santana. O bairro Vale do Jacuípe foi implantado dentro do distrito de Ipuçu; o CIS Norte abrange partes dos distritos de Matinha, Maria Quitéria e Tiquarucu; o bairro Registro localiza-se no distrito de Jaíba; e o bairro Matiba compromete parte significativa do território de Matinha, o distrito mais novo do município e o mais atingido. A proximidade com o centro urbano tem intensificado sobre Matinha os efeitos diretos da especulação imobiliária.

A urbanização oficial dessas áreas se deu por meio de um modelo imposto pelo poder público municipal, sem diálogo nenhum com as comunidades impactadas, desconsiderando elementos essenciais como saúde, educação, cultura e a tradição das populações locais. A partir

de então, as comunidades foram inseridas juridicamente na malha urbana da cidade, o gesto que do ponto de vista urbano cêntrico dará abertura para o chamado “progresso”, mas que, na prática, fragilizou ainda mais as condições de vida no campo. Silva (2015) aponta que, em 31 de julho do mesmo ano, o sindicato realizou um seminário para debater os impactos dessa reconfiguração territorial. Naquele momento, talvez os agricultores e lideranças sindicais não tivessem total noção das implicações desse processo, mas os efeitos foram imediatos.

A transformação de comunidades rurais em bairros urbanos trouxe uma série de consequências que vão muito além da mudança na nomenclatura territorial. Avenidas começaram a ser abertas, empreendimentos imobiliários avançaram com rapidez e o campo passou a ser ocupado por condomínios fechados, fábricas e construções voltadas para a classe média e alta. A especulação imobiliária se intensificou, elevando o preço das terras e pressionando famílias agricultoras a venderem seus lotes. Além disso, houve o avanço da violência no campo, impulsionada pelo veloz processo de urbanização que leva consigo todas as mazelas, a exemplo do tráfico de droga e territorialização de facções criminosas.

Outro impacto direto foi sobre os segurados especiais da Previdência Social, categoria à qual pertencem os agricultores familiares. Com a transformação das áreas em perímetro urbano, muitos trabalhadores passaram a enfrentar dificuldades para organizar a documentação de sua propriedade e consequentemente comprovar sua condição de trabalhador rural, realidade que ao longo prazo pode impactar na aposentadoria ou outros benefícios previdenciários, mas de forma imediata pode impossibilitar o acesso as políticas públicas estruturantes. A demarcação de comunidades rurais como área urbana dificulta a emissão documentos e pode levar à descaracterização da atividade rural, gerando insegurança jurídica e perda de direitos historicamente conquistados.

Apesar de a lei de criação dos bairros não ter sido, isoladamente, o fator que acelerou a urbanização da zona rural, ela criou um ambiente institucional favorável ao avanço descontrolado de loteamentos, sem a devida contrapartida do poder público. O crescimento urbano não foi acompanhado por políticas públicas de infraestrutura ou serviços básicos. Faltam estradas em boas condições, saneamento básico, coleta de lixo, iluminação pública, postos de saúde e escolas. Ao contrário: a resposta das gestões municipais tem sido o fechamento e a nucleação das escolas do campo, o que contribui ainda mais para o esvaziamento das comunidades rurais e para o aprofundamento do êxodo rural.

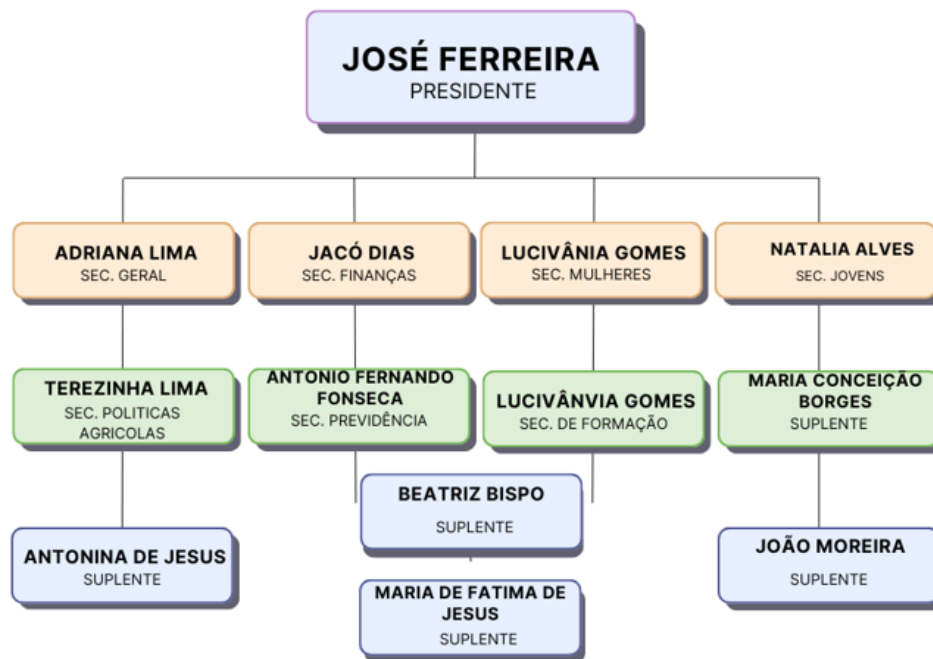
Essas ações entre o Estado e iniciativas privadas interferem na configuração territorial das periferias e dos espaços rurais de Feira de Santana, inserindo novas funções e usos nesses espaços com a ocupação das periferias e do campo pela classe

média/alta e por indústrias, como ocorreu nos bairros. Assim, a área é o retrato da dinâmica econômica, sendo que a cidade se adequa aos interesses e estratégias dos agentes promotores do espaço (JESUS, 2021, p. 45).

A zona rural do município encontra-se tomada por esse empreendimentos, e essa expansão não se limita às áreas que foram urbanizadas, é uma realidade que afetou todos os oito distritos. Ao trafegar por qualquer via que dá acesso às comunidades é facilmente identificada em várias áreas de loteamento. Junto com a urbanização desenfreada não foram as políticas públicas, nesses espaços seguem faltando tudo, estradas de qualidade, saúde, saneamento básico, coleta de lixo, iluminação pública, e principalmente educação, as gestões que têm passado pela prefeitura tem se concentrado em nuclear e fechar as escolas do campo.

Figura 47 Direção do SINTRAF de Feira de Santana, em 2012

DIREÇÃO SINTRAF 2016



Fonte: Pesquisadora(2025)

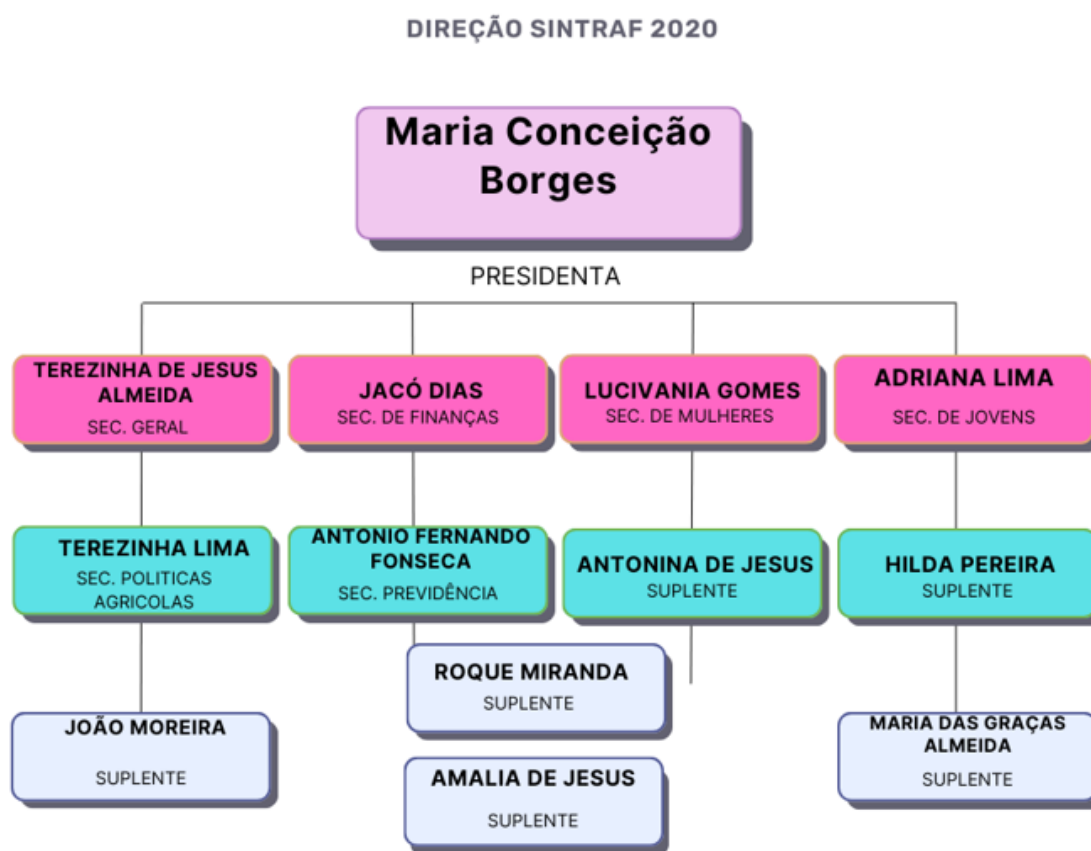
Em janeiro de 2016, Zé Grande é eleito para seu segundo mandato na direção do, embora já se vivenciava situação política instável na conjuntura nacional, a direção que assumia o mandato para aquela quadriênica jamais poderia imaginar o quão difícil seria gerir um sindicato, depois de um Golpe de Estado. Com a iminência do golpe na presidenta Dilma, o sindicato reuniu forças junto às estruturas políticas progressistas municipais. Realizando manifestações, discutindo nas comunidades, e explicando para os agricultores de que se tratava aquele momento que o país vivenciava.

Após a consolidação do Golpe, dentre os primeiros atos do Michel Temer foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário -MDA, ação que cortou de imediato todas as políticas públicas de reforma agrária, inovação tecnológica e transição agroecológicas que estavam sendo desenvolvidas no meio rural, numa ação que retirou recurso público da agricultura familiar e fortaleceu estrutura do agronegócio. Realidade que deixou os trabalhadores rurais de Feira de Santana contando apenas com ações do governo estadual, na época o governador era Rui Costa. Realidade que foi extremamente agravada em 2020 com a chegada da pandemia e eleição da extrema direita, representada por Bolsonaro.

4.3.1.1 AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA

Em janeiro de 2020, Conceição Borges retorna para direção do sindicato, na cerimônia de posse a agricultora conversa com a imprensa e fala um pouco das expectativas para esse novo ciclo dentro da entidade. A direção eleita para o quadriênio que iniciou em 2020, conforme a Figura 48.

Figura 48 Direção do SINTRAF de Feira de Santana, em 2020



Fonte: Pesquisadora(2025)

Na cerimônia de posse, Conceição Borges prestou entrevista ao "Acorda Cidade", e na oportunidade ela falou das estratégias da gestão que estavam assumindo.

Conceição Borges relatou que a classe trabalhadora rural vive um momento de negação de direitos e um dos focos do trabalho, será a organização social, a aproximação da juventude e também o trabalho com as mídias sociais. “Nós olhamos para o campo e vemos a nossa juventude que não tem perspectiva principalmente de continuar no campo. Os investimentos para a agricultura familiar são muito poucos. A própria conjuntura nos impõe que a gente faça diferente e vamos ter que fazer cursos de formação e organização social sindical, parcerias com entidades para que a gente venha a fazer cursos profissionalizantes para o nosso povo. Vamos fazer parceria com o Consórcio Portal do Sertão, com a Seplan, com o próprio território para que a gente venha desempenhar e desenvolver várias atividades” (Acorda Cidade 2010).

A Presidenta inicia a gestão animada, comemora a chegada das chuvas, fala da expectativa de um ano bastante produtivo para os agricultores, mas pouco mais de um mês após sua posse, ela e todo o país é surpreendida com a chegada da pandemia da COVID19. A doença deixou todo país em alerta e na tentativa de frear a disseminação do vírus, houveram discretos casos de isolamento social, e só poderiam funcionar os serviços essenciais. A primeira semana de isolamento foi cumprida pela presidenta, mas da segunda semana em diante o isolamento foi quebrado, pois a fome, algo tão letal quanto o coronavírus, tinha voltado a rondar as comunidades rurais do município. O sindicato buscou parceria com ONGs e o governo do estado na distribuição de cestas básicas, e intensificou a cobrança ao poder público municipal.

Figura 49 Sindicato pede atenção pela zona rural



Fonte: Acorda Cidade(2020)

Na entrevista, a agricultora demonstra preocupação em relação à contaminação nas comunidades rurais, e aponta um direcionamento importante para o poder público municipal.

A nossa conversa trata um pouco de como a gente vai se organizar para se manter

fora da contaminação, mas a gente não tem esse controle, então a primeira conversa foi saber e sugerir, que junto com a secretaria de saúde do município, eles comecem a definir na zona rural, quando a gente tiver qualquer emergência nesse sentido, para onde a gente vai se deslocar, pois os outros atendimentos se fazem em qualquer policlínica e esse é um atendimento específico”(NUNES, 2020).

As ações emergenciais de enfrentamento às consequências da pandemia já estavam acontecendo no centro do município, mas uma série de medidas precisavam ser tomadas para deixar a rural mais segura. Os agricultores não tinham uma unidade de atendimento específico para procurar, as comunidades são distantes do centro do município, fator que dificulta muito mais o acesso aos atendimentos médicos, além do acesso a testagem no primeiro momento não foi regulado para as comunidades. Para que esses ajustes fossem realizados, o SINTRAF seguiu atento e atuante.

Outra iniciativa tomada pelo Sintraf durante a pandemia foi traçar uma estratégia de escoamento dos produtos dos agricultores. As frases livres estavam proibidas de serem realizadas, e os trabalhadores rurais ficaram impedidos de escoar sua produção, a solução encontrada, para esse problema foi vender os produtos através de lista de transmissão num aplicativo de mensagem. Realizou-se um levantamento em algumas comunidades buscando por agricultores em situação de vulnerabilidades que tinham produtos para serem comercializados, depois desse levantamento realizado os produtos foram catalogados e divulgados via aplicativo de mensagem.

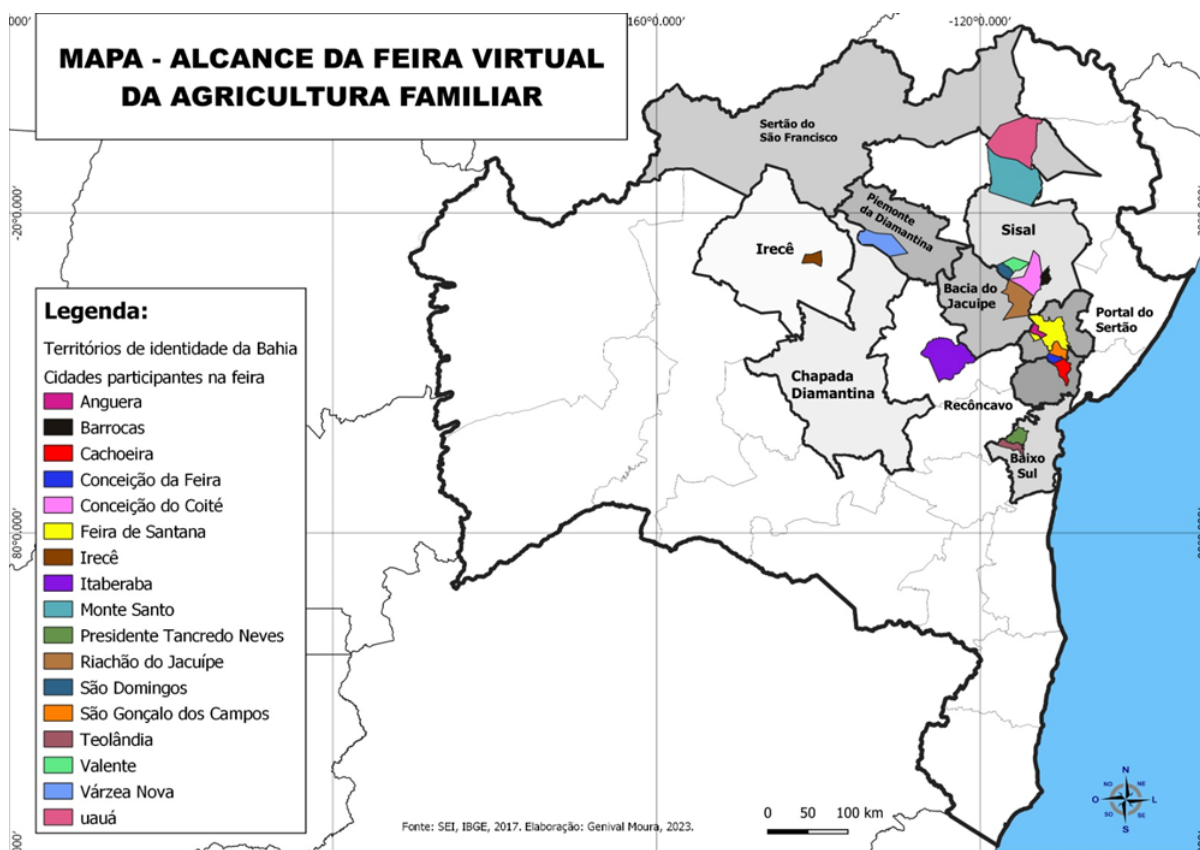
Essa iniciativa ganhou força, foi ampliada e o sindicato contou com ajuda de algumas organizações parceiras para fortalecer a iniciativa. Entre as principais entidades estão a APAEB, CATRUFs, CODETER, UFRB que atuou partir das ações da Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBA, que por sua vez contou com apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), MOC, CESOL, entre outras organizações. Com apoio dessas entidades a feira ganhou estrutura para funcionamento, ganhando equipe para ampliar a operacionalização das entregas, também foram realizadas atividades de qualificação para gestar a iniciativa, tanto com a equipe que organiza a feira, tanto com agricultores fornecedores, quanto com clientes.

A Feira Virtual passou a funcionar da seguinte forma: As segundas pela manhã, consulta dos produtos disponíveis na propriedade do agricultor fornecedor, elaborar o cardápio da semana e enviar link da plataforma com cardápio aos clientes via lista de transmissão; na quarta feira, pela manhã era enviado aos agricultores a relação de produtos reservados para serem comercializados e entregues aos cliente na quinta Feira. O Sindicato buscava os produtos nas comunidades, comercializava, através da entrega direto na casa do cliente, ou caso o cliente

preferir retirar o produto na sede do sindicato; Pós entregas concluídas a equipe realizava prestação de contas para que o sindicato pudesse repassar o valor das vendas aos agricultores.

A quantidade de clientes interessados na compra dos produtos passou a ser maior do que a capacidade de organização da equipe, e fornecimento dos agricultores, a comercialização teve início com aproximadamente 8 a 10 clientes semanais, essa demanda foi ampliada para 50 e 60 clientes. A organização da feira construiu uma lista de transmissão contendo contato dos clientes que já realizaram pedidos por aplicativos de troca de mensagens, essa lista chegou à aproximadamente 500 contatos, além da rede social Instagram, contendo pouco mais de 1.200 seguidores, números alcançados com a divulgação do sindicato, entidades parceiras e apoio da imprensa municipal. Tudo isso era muito importante, mas a capacidade de reservas semanal da feira era de apenas 40 pedidos. Foi ampliada também a aquisição de produtos, além de comercializar itens dos agricultores do município, a feira passou a adquirir produtos beneficiados de vários territórios do estado. A Figura 50 traz um mapa dos territórios e municípios que a Feira da Agricultura Familiar alcançou através da compra de produtos para comercialização.

Figura 50 Mapa dos municípios alcançados pela Feira Virtual



FONTE: Moura, 2023

A iniciativa de comercialização da feira trouxe para o processo de comercialização produtos de pelo menos 16 municípios pertencentes a 9 territórios de identidade, firmando parcerias com grupos de produção, associações e cooperativas. Experiência inicialmente pensada para feira de santana que foi ampliada e enfatizou a importância da economia solidária, numa perspectiva agroecológica, mostrando que trabalhar em rede, é uma importante iniciativa que não beneficia apenas um município ou território, mas inúmeras comunidades rurais e organizações da agricultura familiar da Bahia, deixando de lado a lógica capitalista de competitividade e fortalecendo o projeto de disseminação da agroecologia.

Figura 51 Entrega de Produtos da Feira



Fonte: @feiradigital

Com o relaxamento de algumas medidas de isolamento e sucesso do processo de comercialização, o sindicato percebeu a importância de assistência técnica para os agricultores fornecedores, a demanda por hortaliças se mostrou maior que a capacidade de entrega dos agricultores, esse foi um dos principais motivos para se pensar a estruturação de quintais produtivos. A assessoria técnica contribui para o planejamento e organização do plantio, além das técnicas de processamento e beneficiamento de alguns produtos.

A feira virtual da agricultura familiar foi uma iniciativa que nasce no contexto de pandemia, mas mostrou que veio para ficar, e está entre as ações mais importantes realizadas pelo Sindicato, a feira trouxe um movimento único, os agricultores que tinham dificuldade de

enviar os pedidos para equipe via mensagem, conseguiam ajuda de filhos, netos sobrinhos, foi uma iniciativa que aproximou muitos jovens do sindicato, fator que levou a gestão pensar ações exclusivas para juventude.

Figura 52 Convite Plenária de Juventude



Fonte: Arquivo SINTRAF

Em paralelo às ações da feira o SINTRAF passa a fazer atividades das juventudes, inicialmente foram convidados os jovens mais próximos do processo de comercialização da feira. Esses jovens criaram uma comissão e passaram a convidar outros jovens para participar das atividades do sindicato, e chamaram essas ações de “Jovens em movimento”. Esse movimento realizou uma escuta com os jovens em todas as comunidades rurais, e construiu um capítulo de um documento que seria entregue pelo SINTRAF aos candidatos a prefeitos de Feira de Santana, neste documento continha as propostas dos agricultores para a próxima gestão municipal.

Em entrevista a um veículo de comunicação do município, Conceição fala sobre as propostas e sua importância.

Entre as propostas estão o desenvolvimento e mobilidade rural, políticas públicas para o desenvolvimento do campo, educação e regularização fundiária, além de saúde,

infraestrutura e cultura. O que os trabalhadores rurais querem, segundo Conceição Borges, dirigente da entidade, “é que o próximo prefeito pense numa nova Feira no contexto do campo e apoio para as políticas de desenvolvimento” (AUGUSTO, 2020).

Todas as propostas apresentadas pelo sindicato durante o processo eleitoral foram construídas a partir de escutas realizadas diretamente com as comunidades rurais. No entanto, nem todos os candidatos demonstraram abertura para recebê-las. Houve, inclusive, o caso de um candidato pertencente à própria base de apoio do sindicato que questionou e se opôs a algumas das demandas apresentadas pelos agricultores. Na ocasião, esse candidato, que liderava as pesquisas de intenção de voto afirmou que determinadas propostas poderiam gerar indisposição com setores empresariais, revelando a tensão entre os interesses do campo e os compromissos políticos com grupos econômicos urbanos.

Pensar políticas públicas para zona rural de Feira e tudo que precisa ser feito para a conquista de vida digna no campo é um desafio, e muito maior, é um enfrentamento que precisa ser feito para que se conquiste o básico, não é apenas sobre lutar contra o poder público municipal que historicamente tem ficado na mão daqueles que governam para manutenção dos seus interesses, mas é sobre convencer, e fazer nossos próprios companheiros de luta acreditarem que o campo feirense existe, resiste, quer e precisa está no plano de gestão de quem todos que venha governar nosso município. A história de luta do sindicato tem comprovado que independente de gestão, de ter sido eleita pela classe trabalhadora rural ou não, haverá sempre enfrentamento em busca de melhorias para os trabalhadores rurais.

No que diz respeito ao enfrentamento, o sindicato se posiciona sempre como craque do jogo e segue cobrando investimento para a zona rural. Nas mobilizações do março mulher realizadas no ano de 2021 os trabalhadores rurais foram pressionar os vereadores, na tentativa de buscar mais investimentos, os quatro anos do mandato foram todos pressionando as organizações públicas, tanto para votação orçamentária por conta das estiagens, quanto para transporte, saúde e educação.

Toda essa movimentação promovida ao longo dos anos pelo sindicato conta com um parceiro fundamental, a imprensa Feirense tem demonstrado ao longo da trajetória de luta do sindicato uma sensibilidade importante com a causa dos trabalhadores rurais.

Figura 53 Materias destacando a atuação do SINTRAF



Fonte: Acorda cidade

A oralidade das pessoas que somaram na luta tem sido instrumento fundamental na construção da trajetória histórica do sindicato, mas é possível observar através das matérias publicadas em jornais, reportagens da tv local, registro em rádios e depois da era digital publicação em sites, que a imprensa se mostrou uma aliada na luta em defesa do trabalhador rural de Feira de Santana, o sindicato e suas lideranças conquistaram respeito da imprensa local que sempre esteve na posição de denúncia e divulgação das reivindicações dos trabalhadores rurais de Feira de Santana.

A realidade que construiu a luta sindical rural feirense fez os agricultores que passaram pela gestão da entidade pensar em estratégias de manutenção da luta e resistência, para isso o sindicato precisava deixar de ser a instituição que funcionava apenas para ações assistenciais. A entidade precisava de mais ações e assim fez, dentre as ações de destaque está a formação de jovens rurais, que com o passar dos anos tem se transformado em lideranças de destaque e somado na luta dos trabalhadores rurais.

4.4 IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PARA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Em Janeiro de 2024, Adriana Lima assume a presidência do Sindicato, mulher negra moradora do povoado de Galhardo, distrito de Ipuçu, a agricultora é fruto das iniciativas de formação da juventude rural promovida pelo sindicato. A Figura 54 apresenta a composição da direção do SINTRAFS, em 2024.

Figura 54 Direção do SINTRAF de Feira de Santana, em 2024



Fonte: Pesquisadora(2025)

Além de Adriana, Lucivânia, que está como secretária geral, também é fruto das atividades de formação com a juventude promovidas pelo sindicato, assim como elas, outras lideranças foram formadas e ocuparam os diversos espaços nas diversas organizações do Estado. Os processos históricos de constituição das organizações sindicais são movidos por muitos processos educativos, que no caso foi o movimento por uma educação voltada para o povo camponês, nasce das organizações sociopolíticas do campo. O modelo educacional imposto para o povo do campo foi o da educação rural, modelo tecnicista que visa uma formação apenas para

o trabalho e para manutenção dos privilégios da classe patronal. A Educação do Campo é uma proposta contra hegemônica, trazendo consigo uma educação emancipadora e contextualizada, que busca a valorização dos povos originários, comunidades tradicionais, a valorização do saber que preserva tudo que nossos ancestrais construíram.

Um modelo educacional que debata a realidade do campo, não deixa de ser opção política, uma vez que precisamos refletir criticamente sobre o modelo de sociedade que tem matado, destruído, promovido guerras e degradações ambientais. É de fundamental importância que nos espaços acadêmicos, os filhos e filhas de camponeses e camponesas ocupem espaços, disputem narrativas, e utilizem deste para tornar o conhecimento científico um confluente do saber tradicional e popular.

Olhar para o movimento social como sujeito pedagógico significa retornar uma vez mais à reflexão sobre a educação como formação humana e suas relações com a dinâmica social em que se insere. A preocupação em compreender mais profundamente como acontecem os processos de formação humana, e a tentativa de identificar em cada circunstância histórica quem são os principais personagens da cena pedagógica, quem são afinal os sujeitos educativos, tem sido uma das constantes na história da educação e das teorias pedagógicas (Caldart, 2000, p.200).

Sim, o sindicato foi um sujeito pedagógico que transformou a realidade de muitos agricultores (as) de Feira de Santana. Na dinâmica da *Pedagogia do Movimento* não cabe o modelo educacional imposto pela classe dominante e aplicado pela educação rural, é urgente uma educação contextualizada para a população camponesa, que dialogue com as pautas da classe trabalhadora. Para tanto, é necessário investir na formação de professores qualificados para formar filhos e filhas de agricultores (as), essa população precisa acessar um modelo educacional que dialogue com a realidade da população camponesa.

O MST internacionaliza isto no conjunto de suas práticas, e também reflete sobre o caráter pedagógico deste processo à medida que o provoca especialmente em suas atividades específicas de formação e de educação. Se repararmos bem nas características de um encontro ou de um curso do Movimento, não fica difícil ver entre suas estratégias pedagógicas esta intenção de, aos poucos, ir transformando a experiência da luta e a pertença ao Movimento em modo de vida, em cultura. A mística, por exemplo, é um processo que pode ser interpretado nesta perspectiva. Da mesma forma a arte, e em especial a música dos sem-terra, que tem uma trajetória colada à própria história do Movimento.?? Assim também a própria dimensão do estudo que, aliás, é ela própria objeto deste mesmo processo: há toda uma intencionalidade que visa fazer da ação de estudar também um costume dos integrantes do MST, e um traço da identidade Sem Terra em construção. (Caldart, 2000, p.229).

Ao fomentar a luta por uma educação contextualizada o MST, traz para o centro do debate a luta pela Educação do Campo, pauta central do movimento e obrigação do estado a

organização garante em sua pauta de reivindicação a ampliação de políticas públicas que garantam a efetivação da Educação do Campo. Uma educação que compreenda um campo enquanto local de valorização da cultura, respeito à diversidade e trabalho familiar, produção de alimentos limpos, um projeto que segue na contramão do que é proposto pelo agronegócio, com concentração de riquezas e que trata os recursos naturais como mercadoria.

Para tanto, é urgente buscar políticas públicas que potencializam o fortalecimento da Educação do Campo enquanto projeto contra hegemônico, que tem em sua centralidade a Educação enquanto principal arma de luta. Numa realidade de marginalização das classes multisseriadas, fechamentos das escolas do campo e falta de professores qualificados, fica evidente o quanto a educação do campo está num espaço de disputa com a educação proposta pela classe dominante.

Podemos reconhecer na defesa da formação específica de professores uma política afirmativa de formação ou uma das frentes de formação política e identitária de um outro projeto de campo. Primeiro, porque vai além de uma ação corretiva de históricas desigualdades e passa a ser defendida como proposta dos povos do campo em processos de afirmação social, política, cultural e pedagógica. Esses povos atuam como sujeitos políticos de presenças- reconhecimentos afirmativos (da agricultura camponesa, do trabalho, de um projeto de campo, da cultura e valores aprendidos nesse trabalho, na produção camponesa) contra o histórico ocultamento e a segregação nos processos de dominação-subordinação (Arroyo, 2012, p. 362).

O educador para atuar nas escolas do campo precisa ir além da transferência de conhecimento, é importante que tenha compromisso político e afinidade com a luta, compreenda a importância da manutenção da cultura e organização coletiva. A educação contextualizada para a educação do campo é intrometo de emancipação humana, a população camponesa precisa acessar o letramento e ser um militante questionador, que conhece a legislação e sabe exatamente como cobrar. Exercício que o MST tem feito muito bem, uma vez que a organização, tem cientista referência no país que dedica suas pesquisas para aprofundar nas principais questões que perpassam a luta do movimento, exemplo da questão fundiária e a educação do campo.

A lei de Diretrizes e Bases da educação Brasileira – LDB - Estabelece no seu Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Nessa perspectiva é importante destacar que o processo educativo é indispensável para a emancipação e formação humana.

Num recorte da realidade educacional da população camponesa, trata-se de um povo que historicamente teve a educação renegada, vivendo num contexto em que para acessar as políticas educacionais precisam se reconhecer e se organizar enquanto povo da luta. O que

chegava para a população do campo era a educação rural, modelo educacional que formava para que esses trabalhadores seguissem servindo ao capital, ao latifúndio e não criassem senso algum de questionamento, ainda assim o campo brasileiro majoritariamente enfrentou, e grande parte enfrenta uma realidade de exclusão educacional, em que as populações rurais são marginalizadas, as escolas são muito mais precarizadas se comparado com as escolas urbanas, professores sem formação adequada para trabalhar com essas escolas, aplicando as mesmas aulas com a mesma dinâmica das escolas urbanas, modelo que potencializa o êxodo rural, uma vez que esses agricultores não queriam pertencer ao “mundo do atraso”. Ribeiro (2012, p. 293) ainda trata.

Os filhos dos camponeses experimentam uma necessidade maior de aproximação entre o trabalho e o estudo, visto que a maior parte deles ingressa cedo nas lidas da roça para ajudar a família, de onde se retira a expressão agricultura familiar. Mas na escola apenas se estuda, e este estudo nada tem a ver com o trabalho que o camponês desenvolve com a terra.

Lutar por um modelo de educação que dialogue com a realidade dos filhos e filhas de agricultores virou pauta prioritária para as organizações sociais camponesas, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Embora tenha destaque nacional por conta da luta pela reforma agrária, o MST tem um histórico de luta pela educação contextualizada para a população camponesa, em todo processo de organização de luta do movimento é possível identificar um caráter formativo. A organização leva a escola para dentro do movimento, com um modelo pedagógico que não é inventado pelo movimento, mas ganha dinâmica totalmente nova.

Dessa forma o SINTRAF organizou turmas de alfabetização ligadas ao Mova Brasil, e em parceria com a escola de formação da CUT, secretária de formação da Fetraf, dentro da excursão do projeto semear, nessa turma lideranças agricultoras que só tinham o ensino fundamental tiveram a oportunidade de concluir o ensino médio, dentre estas lideranças está, Conceição Borges, José ferreira (Zé grande) e Rosival Leite, lideranças que para acessar educação tiveram primeiro que entrar, construir e vencer a Luta.

Na dinâmica da *Pedagogia do Movimento* não cabe o modelo educacional imposto pela classe dominante e aplicado pela educação rural, é urgente uma educação contextualizada para a população camponesa, que dialogue com as pautas da classe trabalhadora, para tanto é importante investir na formação de professores qualificados para formar filhos e filhas de agricultores, essa população precisa acessar um modelo educacional que dialogue com a realidade da população camponesa. Ao superar o modelo imposto pela educação rural buscamos

uma educação que compreenda um campo enquanto local de valorização da cultura, respeito à diversidade e trabalho familiar, produção de alimentos limpos, um projeto que segue na contramão do que é proposto pelo agronegócio, com concentração de riquezas e que trata os recursos naturais como mercadoria.

Para tanto, é urgente buscar políticas públicas que potencializam o fortalecimento da Educação do Campo enquanto projeto contra hegemônico, que tem em sua centralidade a Educação enquanto principal arma de luta. Numa realidade de marginalização das classes multisseriadas, fechamentos das escolas do campo e falta de professores qualificados, fica evidente o quanto a educação do campo está num espaço de disputa com a educação proposta pela classe dominante.

Podemos reconhecer na defesa da formação específica de professores uma política afirmativa de formação ou uma das frentes de formação política e identitária de um outro projeto de campo. Primeiro, porque vai além de uma ação corretiva de históricas desigualdades e passa a ser defendida como proposta dos povos do campo em processos de afirmação social, política, cultural e pedagógica. Esses povos atuam como sujeitos políticos de presenças- reconhecimentos afirmativos (da agricultura camponesa, do trabalho, de um projeto de campo, da cultura e valores aprendidos nesse trabalho, na produção camponesa) contra o histórico ocultamento e a segregação nos processos de dominação-subordinação (Arroyo, 2012, p.362).

O educador para atuar nas escolas do campo precisa ir além da transferência de conhecimento, é importante que tenha compromisso político e afinidade com a luta, compreenda a importância da manutenção da cultura e organização coletiva. A educação contextualizada para a educação do campo é intrometo de emancipação humana, a população camponesa precisa acessar o letramento e ser um militante questionador, que conhece a legislação e sabe exatamente como cobrar. Exercício que o MST tem feito muito bem, uma vez que a organização, tem cientista referência no país que dedica suas pesquisas para aprofundar nas principais questões que perpassam a luta do movimento, exemplo da questão fundiária e a educação do campo.

Para compreender a forma como somos tratados numa sociedade desigual é necessário observarmos como se dão as relações, nem sempre identificamos as opressões e reações de exploração, podendo até nos perdermos no discurso da meritocracia, sem questionar por que as mesmas famílias sempre ocupam as mesmas posições sociais. Formar pensadores que questionam a dinâmica que está posta nas relações sociais é fundamental para a transformação das relações de poder.

Todas as conquistas enquanto coletivo foi através de muita luta e sangue derramado, para que tudo que foi construído até aqui não se perca, precisamos formar as gerações futuras, enquanto indivíduos que questionam e acima de tudo não se conformam com a realidade

politicamente posta pela estrutura de estado.

As organizações sindicais são importantes instrumentos de luta na busca por políticas públicas, não se diferenciando da estrutura educacional, à sucessão na organização sindical é importante e precisamos formar lideranças que estejam afinadas politicamente, tanto no político partidários, quando conhecer as estruturas governamentais por dentro, para tanto os processos formativo é indispensável. As organizações sindicais devem se munir de lideranças que dialoguem com a pauta agrária, é de fundamental importância que compreendam como se deu às relações sociais desde a invasão do nosso território, como se encontra hoje, como tudo isso se articula com movimentos populares, sindicais e educacionais.

Enquanto estivermos preparando nossos jovens e crianças para seguir na sucessão das organizações, seguiremos fortalecidos, na luta velada entre classes. De um lado a classe dominante que embora seja minoria, segue desde sempre provendo a manutenção da exploração, e seus privilégios, de outro a classe trabalhadora que embora maioria, segue sendo explorada, porque a emergência é o trabalho enquanto instrumento de manutenção da sobrevivência. A alternativa mais próxima de quebrarmos esse ciclo construído historicamente é através da educação.

A realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento. Ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e a uma educação que seja no e do campo, os movimentos sociais interrogam a sociedade brasileira: por que em nossa formação social os camponeses não precisam ter acesso à escola e a propalada universalização da educação básica não inclui os trabalhadores do campo? 5 Uma interrogação que remete à outra: por que em nosso país foi possível, afinal, constituir diferentes mecanismos para impedir a universalização da educação escolar básica, mesmo pensada dentro dos parâmetros das relações sociais capitalistas (Frigotto, 2010 citada por Caldart, 2012, p.261).

Pensar na educação/formação política para filhos e filhas de agricultores, passa muito longe dos modelos que acessamos nas escolas tradicionais, precisamos contar nossa versão da história para os nossos, e convencê-los de que a luta está só começando. E não se faz isso aprendendo matemática, química, física e geografia de forma tradicional, que é essencial, mas o modelo descontextualizado das escolas não nos serve. Nossos filhos precisam aprender geografia e matemática, questionando a dimensão agrária das capitania hereditárias, na dimensão da grilagem de terras nas mais variadas regiões do País. É sobre aprender e utilizar esse conhecimento para questionar/ transformar a realidade. É sobre questionar os modelos propostos pelo agronegócio, defender a agroecologia, mas fazendo ciência, para além do discurso político, e sim com embasamento científico, e dados que fundamentam o quanto a

preservação e valorização do conhecimento construído historicamente é importante para manutenção da nossa sobrevivência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar o histórico da trajetória do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Feira de Santana – SINTRAFS, destacando seu processo de luta, resistência, organização social e política ao longo de 42 anos. O estudo buscou compreender como o sindicato se constituiu e fortaleceu enquanto entidade de enfrentamento às desigualdades sociais vividas historicamente pelos trabalhadores rurais, inclusive os quilombolas, e como se fortaleceu enquanto espaço de formação política e emancipação social, sobretudo para as mulheres e da juventude rural.

Ao realizar o levantamento histórico da fundação do sindicato e de sua atuação no município, observou-se que a origem do SINTRAFS está diretamente vinculada a uma memória de resistência coletiva. O sindicato nasce num contexto marcado por estruturas coronelistas, onde o poder local era exercido de forma excludente e autoritária, especialmente nas comunidades rurais. A ousadia de trabalhadores e trabalhadoras que retomaram suas terras, organizaram suas bases e assumiram a direção de sua entidade representativa mostra que a trajetória do SINTRAFS é, antes de tudo, uma história de coragem e ruptura com o modelo de submissão imposto à população rural.

A criação das delegacias sindicais como estratégia de descentralização e fortalecimento da base, a formação política popular como instrumento de autonomia, a valorização das manifestações culturais como forma de resistência simbólica e o protagonismo das mulheres rurais em todas essas frentes demonstram o quanto o SINTRAFS conseguiu construir um sindicalismo popular, democrático e contra-hegemônico. Esses elementos revelam que a entidade superou o velho sindicalismo, assumindo práticas do novo sindicalismo, investindo na formação de lideranças políticas conscientes e atuantes.

Dentre os destaques da atuação do sindicato, merece ênfase a transformação da participação feminina: as trabalhadoras rurais não apenas ingressaram na entidade, mas ocuparam cargos de liderança, redefinindo papéis historicamente negados às mulheres no meio sindical. Essa mudança não foi apenas estrutural, mas também simbólica, pois contribuiu para romper com estereótipos que sempre associaram o campo ao atraso e a mulher à submissão. A formação política de mulheres, jovens e lideranças camponesas promovida pelo sindicato ao

longo das décadas consolidou-se como uma das ações mais estratégicas e duradouras da entidade.

Além disso, as parcerias estabelecidas com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e instituições de ensino superior foram fundamentais para garantir a sustentação política e institucional do SINTRAFS, fortalecendo sua capacidade de articulação e mobilização em prol das pautas da Agricultura Familiar, dos direitos territoriais e da Educação do Campo. Essa rede de alianças foi essencial para garantir a autonomia do sindicato, sua permanência ativa nas comunidades, e o respeito conquistado diante das instituições públicas.

A presente pesquisa contribui para o fortalecimento da memória das lutas sindicais no campo, ao registrar e analisar a experiência concreta de uma organização que enfrentou estruturas conservadoras sem abrir mão de suas raízes políticas, nem de sua dimensão humana e espiritual. O SINTRAFS sempre fez luta com fé, cultura e afeto, mesmo nos momentos mais tensos e difíceis, lembrando que os vínculos que unem as comunidades rurais vão além da política institucional, são vínculos de pertencimento, ancestralidade e solidariedade.

Embora este estudo se concentre na experiência específica de Feira de Santana, ele permite dialogar com outras realidades do campo brasileiro, que compartilham os mesmos desafios: concentração fundiária, ausência de políticas públicas efetivas, racismo estrutural, patriarcado e invisibilidade institucional. Nesse sentido, o SINTRAFS representa uma experiência potente de organização popular que deve ser estudada, fortalecida e multiplicada.

Como limitação, reconhece-se que a pesquisa não abrangeu todas as dimensões de atuação do sindicato, o que abre possibilidades para estudos futuros sobre a atuação das delegacias sindicais nas comunidades e sua pluralidade, ou para comparações com outras experiências sindicais do campo baiano.

Por fim, reafirma-se que contar a história do SINTRAFS é fazer justiça à memória coletiva de um povo que se negou a ser silenciado. É garantir que a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da Agricultura Familiar continue viva, inspirando novas gerações a ocuparem seus espaços com dignidade, consciência e resistência. A sucessão política e a permanência no campo passam, necessariamente, pelo reconhecimento e valorização dessa história.

6. REFERÊNCIAS:

ANJOS, J. dos. *Eu te conto; Juventude e ações finalísticas: a hermenêutica do. Feira de Santana*: Editora Zarte, 2023.

AUGUSTO, C. Candidato a prefeito Roberto Tourinho assume compromisso com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana. *Jornal Grande Bahia*, Feira de Santana, 15 out. 2020. Disponível em: <https://jornalgrandebahia.com.br/2020/10/candidato-a-prefeito-roberto-tourinho-assume-compromisso-com-o-sindicato-dos-trabalhadores-rurais-de-feira-de-santana/>.

Acesso em: 25 jan. 2025.

BATISTA, N. Q.; CAMPOS, C. H. Convivência com o Semiárido e suas Potencialidades. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (org.). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília-DF: [s.n.], 2013. p. 51–58.

BORDALO, C. Entre o movimento e o Sindicato: mobilização, socialização e representação política das mulheres trabalhadoras rurais no nordeste do Brasil. In: SILVA, M. C. et al. (org.). *Desigualdades, Estado e Sistemas Políticos: classes e movimentos sociais, migração e etnicidades*. Vol. VII. Braga, 2009. p. 113–121. Disponível em: <http://www.lasics.uminho.pt/xconglab/ficheiros/Volume07.pdf#page=120>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et al. (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257–265.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores: coletânea do 3º seminário internacional o mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro/São Paulo: CUT, 2015. 312 p.

COSTA, T. P. O IRPAA e o “Estalo” da convivência com o semiárido como paradigma e projeto político na ótica do bem viver. 2023. 392 f. Tese (Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial) – Universidade do Vale do São Francisco, Juazeiro-BA, 2023. Disponível

em:

https://econsab.org/wpcontent/uploads/2024/03/TESE_PPGADT_Tiago_Pereira_Costa.pdf.

Acesso em: 05 de dez 2024.

DOURADO, T. F. Concepções e práticas de educação profissional da FETRAF BA: um estudo

do PROEJA Campo com pedagogia da alternância. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa-BA. Disponível em: [file:///C:/Users/adria/Downloads/Tabata%20Figueiredo%20Dourado%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/adria/Downloads/Tabata%20Figueiredo%20Dourado%20(3).pdf). Acesso em: 23 jan. 2025.

FEITO, D. E. Trabalhadores rurais simbolizam sepultamento em manifestação. *Acorda Cidade*, Feira de Santana, 03 mar. 2010. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/feira-de-santana/trabalhadores-rurais-simbolizam-sepultamento-em-manifestacao/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

IBGE. *Censo agropecuário de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: jan. 2025.

JESÚS, Mariana Oliveira. *Periferias urbanas? Interfaces rururbanas? Ou áreas rurais próximas à cidade? A criação do bairro CIS Norte em Feira de Santana – Bahia*. 2021. 80 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Territoriais) – Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11896/4197>. Acesso em: 10 dez 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Tradução: MONTEIRO, H.; SETTINERI, F. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMQ, 1999.

LIMA, Zélia. *Lucas Evangelista: o Lucas da Feira – estudo sobre rebeldia escrava em Feira de Santana (1807–1849)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. *Dialética da agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. Dialética da agroecologia. *Revista Geonordeste*, São Cristóvão–SE, v. 27, n. 1, p. 187–192, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/4337/pdf>. Acesso em: 10 jan 2025.

MARQUES, G. Rurais de Feira de Santana (BA). *CUT*, Feira de Santana, 05 mar. 2010. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/rurais-de-feira-de-santana-ba-7262>. Acesso em: 24 jan. 2025.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. 1845.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOVIMENTO ESTUDANTIL. Feira de Santana–BA: Zarte, 2023.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: CALDART, R. S. et al. (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 32–39.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2025.

NUNES, M. G. Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais pede mais atenção da prefeitura para a zona rural. *Acorda Cidade*, Feira de Santana, 07 abr. 2020. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/feira-de-santana/presidenta-do-sindicato-dos-trabalhadores-rurais-pede-mais-atencao-da-prefeitura-para-a-zona-rural/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

OLIVEIRA, I. F. *Resistir para sobreviver: o trabalho rural no município de Feira de Santana*. Feira de Santana: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 1997.

OLIVEIRA, I. F. *A luta pela autonomia e a participação política dos camponeses: um estudo nas microrregiões de Feira de Santana e Serrinha, no Estado da Bahia*. 1987. 231 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande–PB, 1987. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2198>. Acesso em: 25 jan 2025.

PICOLOTTO, E. LORENZETTI. A emergência dos “agricultores familiares” como [referência incompleta — falta concluir título, dados e fonte].

PINTO, R. Conceição Borges retorna à diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. *Acorda Cidade*, Feira de Santana, 25 jan. 2020. Disponível em: [link incompleto].

SANTOS, R. *Carta aberta ao movimento sindical nos Correios de Alagoas (1985–1997)*. Maceió: [s.n.], 2008.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). *Políticas públicas*. Vol. 1. Belo Horizonte–MG: Fórum, 2008. Disponível em: https://gestaopublica.vgd.ifmt.edu.br/media/filer_public/ce/a0/cea030e8-9269-4743-af55-04a2bcb52b9e/coletanea_enrique_saravia_volume_1.pdf. Acesso em: [data?].

SCHNEIDER, S. et al. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *Revista Grifos*, Chapecó–SC, v. 30, n. 51, ago. 2020, p. 12–41. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5656>.

SILVA, R. M. A. *Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília–DF. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2309>. Acesso em: [data?].

SOUZA, E. B. *Terra, território, quilombo: à luz do povoado de Matinha dos Pretos*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador–BA. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19769>. Acesso em: [data?].

STEDILE, J. P. (org.). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Cap. 1, p. 22.

SUJEITOS de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. *Revista Mundo Agrário*, La Plata, Buenos Aires–Argentina, v. 9, n. 18, set. 2009, p. 1–40. Disponível em: <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar>.

TEIXEIRA, M. A. *Contag 1963–2023: ações de reprodução social e formas de ações coletivas*. Mórula Editora, 2023. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=b_8EAAAQBAJ&pg=GBS.PT6_35&hl=pt. Acesso em: 4 maio 2024.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ZANETTI, L. *O “novo” no sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios*. 1993. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro–RJ. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/>. Acesso em: 07 jan. 2025.